

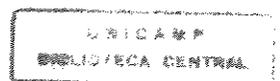
Cláudia Engler Cury

NOÇÕES DE CIDADANIA EM PARADIDÁTICOS

Campinas

1997

5756146



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	C949n
V. Es.	
TOMBO BC/	31999
PROL.	281/97
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	12/14/97
N.º CPD	

CM-00102370-3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

C949n Cury, Cláudia Engler
Noções de cidadania em paradidáticos / Cláudia Engler
Cury. -- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador : Eloísa de Mattos Höfling.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Cidadania. 2. Ensino - Metodologia. I. Höfling, Eloísa de
Mattos. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade
de Educação. III. Título.

Cláudia Engler Cury

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida por
Cláudia Engler Cury
e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data :

Assinatura : El Höfling

Orientador (a)

Dissertação apresentada como exigência parcial para
obtenção do Título de MESTRE em EDUCAÇÃO
na Área de Concentração: Metodologia de Ensino
à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação
Prof^a Dr^a Eloisa de Mattos Hofling *OK*

Comissão Julgadora : E. Höfling

 Ker

 Julia M. D. Araújo

NOÇÕES DE CIDADANIA EM PARADIDÁTICOS

SUMÁRIO :

AGRADECIMENTOS	1
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I - Orientações Metodológicas	6
CAPÍTULO II - Análise dos livros paradidáticos selecionados	24
CAPÍTULO III - Considerações Finais	112
ANEXO I	121
ANEXO II	136
ANEXO III	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os amigos e familiares que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado ora, lendo e fazendo observações ora, me transportando às delegacias de ensino e escolas de Campinas para coleta de material ora, aliviando as tensões dos momentos difíceis e árduos que todo trabalho intelectual exige.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Eloísa de Mattos Höfling meus agradecimentos pelo carinho e atenção que sempre me dedicou permitindo que eu muitas vezes invadissem seus finais de semana com telefonemas que resultavam em um novo fôlego para o trabalho.

Agradeço à CAPES pela Bolsa de Mestrado sem a qual este trabalho não poderia ter se realizado.

Aos funcionários da pós-graduação da Faculdade de Educação agradeço pela paciência e atenção que sempre tiveram comigo nas inúmeras vezes que recorri a eles para solucionar problemas de cunho burocrático.

Finalmente agradeço e dedico este trabalho à memória de meu pai que sempre torceu pela conclusão deste trabalho de pesquisa.

INTRODUÇÃO

Vivenciando a realidade de uma escola particular, numa cidade como Campinas, no final da década de 80 deparei-me com a necessidade de lidar com livros paradidáticos. Especialmente porque a orientação que recebíamos como profissionais desta escola era a de que não poderíamos adotar livros didáticos. Restava-nos então o desafio de escrever o material com que iríamos trabalhar em sala de aula, inclusive selecionando os livros paradidáticos.

As dificuldades aumentaram quando assumi a coordenação da área de “Ciências Humanas “ envolvendo as disciplinas de Estudos Sociais, História, Filosofia e Artes Plásticas. Nem sempre dispunha de tempo suficiente para a análise do material paradidático que chegava às minhas mãos e nem de critérios muito claros para uma possível seleção e sugestão para outros colegas de área.

Acreditava, entretanto, que alguns temas propostos no material paradidático poderiam ser um caminho interessante para desenvolver um eixo temático que pudesse envolver mais de uma disciplina escolar. Juntava-se a isso a solicitação da escola para que utilizássemos, como referencial de trabalho, a proposta da CENP para o primeiro grau. No esforço de desenvolver o eixo temático sugerido para as 7ª e 8ª séries - O Construir da História : cidadania e participação ¹ - e dar continuidade a essa orientação metodológica no segundo grau fui dedicando uma atenção especial à questão da cidadania, que me fascinava teoricamente e ao mesmo tempo provocava muitas inquietações de ordem metodológica.

¹ *Proposta Curricular para o Ensino de História 1º grau* - Secretaria de Estado da Educação - São Paulo - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - 1992.

Entre atônita e sem saber muito bem como lidar com a polaridade : qualidade / quantidade dos livros paradidáticos, comecei a delinear aquilo que seria futuramente o objeto de meu projeto de pesquisa - o conceito de cidadania, ou melhor, a *noção* de cidadania veiculado pelo material paradidático. Dentre as inquietações que permeavam o meu trabalho como professora estavam duas questões básicas : a primeira era o aumento da quantidade de livros paradidáticos que chegavam às minhas mãos, no início da década de 90 podendo indicar um interesse editorial em ascensão por este tipo de material, provavelmente associado a um aumento na demanda. A segunda refere-se ao fato de que o material teórico que tinha encontrado sobre o tema da cidadania apresentava uma tendência de fazer um mapeamento dos movimentos sociais e do exercício da cidadania indicando reivindicações políticas que, certamente permeiam o tema, mas não o discutem conceitualmente.

Acredito e sei da impossibilidade de trabalhar com esquemas conceituais fechados e acabados, entretanto, gostaria de ter mais clareza com relação à terminologia que utilizo com meus alunos e de criar, simultaneamente para a atividade docente, um exercício de reflexão e trabalho um pouco mais crítico e analítico.

Desenvolvi para esta dissertação de mestrado os seguintes capítulos : O primeiro indicaria os parâmetros metodológicos que orientam o trabalho, em especial, a *noção* de cidadania e a *teoria das representações*. Um segundo capítulo que corresponde à análise dos livros paradidáticos em duas vertentes articuladas: aspectos editoriais e *noções* de cidadania. E um terceiro e último capítulo que articularia os anteriores, recolocando de forma sucinta os parâmetros metodológicos, indicação analítica e comparativa das *noções*

Entre atônita e sem saber muito bem como lidar com a polaridade : qualidade / quantidade dos livros paradidáticos, comecei a delinear aquilo que seria futuramente o objeto de meu projeto de pesquisa - o conceito de cidadania, ou melhor, a *noção* de cidadania veiculado pelo material paradidático. Dentre as inquietações que permeavam o meu trabalho como professora estavam duas questões básicas : a primeira era o aumento da quantidade de livros paradidáticos que chegavam às minhas mãos, no início da década de 90 podendo indicar um interesse editorial em ascensão por este tipo de material, provavelmente associado a um aumento na demanda. A segunda refere-se ao fato de que o material teórico que tinha encontrado sobre o tema da cidadania apresentava uma tendência de fazer um mapeamento dos movimentos sociais e do exercício da cidadania indicando reivindicações políticas que, certamente permeiam o tema, mas não o discutem conceitualmente.

Acredito e sei da impossibilidade de trabalhar com esquemas conceituais fechados e acabados, entretanto, gostaria de ter mais clareza com relação à terminologia que utilizo com meus alunos e de criar, simultaneamente para a atividade docente, um exercício de reflexão e trabalho um pouco mais crítico e analítico.

Desenvolvi para esta dissertação de mestrado os seguintes capítulos : O primeiro indicaria os parâmetros metodológicos que orientam o trabalho, em especial, a *noção* de cidadania e a *teoria das representações*. Um segundo capítulo que corresponde à análise dos livros paradidáticos em duas vertentes articuladas: aspectos editoriais e *noções* de cidadania. E um terceiro e último capítulo que articularia os anteriores, recolocando de forma sucinta os parâmetros metodológicos, indicação analítica e comparativa das *noções*

de cidadania apreendidas pela análise nos livros paradidáticos e as possibilidades que teria o professor que desejasse utilizar-se desse recurso pedagógico para trabalhar com seus alunos o tema da cidadania

CAPÍTULO I

Experimentamos, como cidadãos brasileiros, cotidianamente, através dos noticiários, da mídia, nas relações de trabalho, nas filas dos supermercados, nas bancas de jornais, nos espaços domésticos e até em nossos momentos de lazer, uma ciranda em relação aos nossos direitos, ora ampliados, ora limitados. Ocorrem avanços que nos entusiasmam e também retrocessos. Enfim ser cidadão e exercer nossa cidadania tem se constituído numa tarefa árdua e constante em nossa vida.

Esse exercício complexo causa tensão mesmo entre adultos e certamente interfere na vida de nossos alunos de primeiro e segundo graus. São adolescentes iniciando seu percurso em direção à construção de suas próprias vidas e ao exercício constante de sua cidadania.

Recusando-me a desenvolver um trabalho meramente formal que incluísse separar a condição de cidadão entre direitos e deveres, como tem sido feito tradicionalmente nas escolas, pus-me a campo em busca de outras possibilidades para trabalhar o tema.

Muitas vezes, convivendo com a necessidade de escrever o material a ser trabalhado em sala de aula, deparava-me com livros paradidáticos cujo conteúdo era frustrante e também com alguns, poucos, que me entusiasmavam.

Importante mencionar, o livro de Gilberto Dimenstein - *O Cidadão de Papel* que animou minha prática em sala de aula por trabalhar com o tema de forma mais próxima ao que acredito ser Educação. Ou seja, o autor problematiza a questão colocando no primeiro capítulo de seu livro uma pergunta ao leitor: “Existe algo de comum entre você e o menino de rua?”²

² DIMENSTEIN, Gilberto - *O Cidadão de Papel* - São Paulo. Editora Ática. 1992.

O conteúdo prossegue desdobrando, ou melhor, aprofundando o tema ao relacioná-lo com violência, desemprego, partidos políticos e outros.³

As contradições e dificuldades tecidas no cotidiano da sala de aula, no contato com adolescentes e colegas professores, levaram-me a pensar nos riscos da utilização, em larga escala, de um material muitas vezes tendencioso, simplista e descontextualizado historicamente. Ainda mais num momento em que os livros didáticos estão passando por uma avaliação do próprio Ministério da Educação. Parece-me, portanto, oportuno uma análise mais rigorosa do material disponível no mercado editorial.

A referência básica para a concepção de cidadania, por mim trabalhada, é a necessidade de sua contextualização histórica. Reconheço que a discussão acerca desta noção não é linear e apresenta várias possibilidades de abordagem.⁴ De qualquer forma há entre os estudiosos do tema consenso em relação à uma concepção, segundo à qual, cidadania diz respeito a direitos e deveres.⁵ E ainda que é possível subdividir cidadania em individual e coletiva. A primeira envolveria os direitos civis e políticos dos indivíduos e a segunda envolveria os direitos de grupos e categorias sociais.

³ A relação dos demais livros " paradidáticos " selecionados está mencionada mais adiante no texto.

⁴ " Na Teoria Da Democracia Confluem Três Tradições Históricas. - Na teoria contemporânea da democracia confluem três grandes tradições do pensamento político : a) a teoria clássica, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de Governo, segundo a qual a democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos. (...) " BOBBIO, Norberto et alii.. *Verbete Democracia* in *Dicionário de Política*. Brasília D.F., Editora UNB, 8ª Edição, 1995. É importante que o professor contextualize historicamente para seus alunos os primórdios da *noção de cidadania* na antiguidade clássica porque nem sempre os livros paradidáticos vão indicar esse recorte histórico, preocupando-se mais com a concepção de cidadania engendrada pela Revolução Francesa, no século XVIII.

⁵ Para iniciar esta reflexão estarei utilizando como referencial a leitura que fiz da dissertação de mestrado da professora Eloisa de Mattos Hofling defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP em 1981 *Concepção de Cidadania Veiculada em Livros Didáticos de Estudos Sociais do Primeiro Grau*.

Como disse anteriormente a relação da cidadania com seu tempo histórico, que é para mim fundamental, deve ser o parâmetro para compreendermos como os três elementos constitutivos da cidadania - o elemento civil, o político e o social foram construídos historicamente.⁶

O elemento civil corresponderia aos direitos necessários à liberdade individual (liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e fé, justiça e etc...) e refere-se à conquistas mais específicas do século XVIII engendradas pela Revolução Francesa.⁷ O elemento político corresponderia à participação no exercício do poder político, do cidadão como membro de um órgão político ou eleito como representante nestes órgãos políticos. Refere-se às conquistas do século XIX. E o elemento social implicaria em todos os direitos relacionados a um mínimo de bem - estar social⁸ do indivíduo, nas sociedades do século XX. À cada um desses elementos constitutivos da concepção de cidadania haveria uma correspondência em determinadas instituições sociais. Assim os direitos civis estariam garantidos pelos tribunais de justiça; os direitos políticos pelos partidos e associações políticas; e os

⁶ MARSHALL. T.H.. *Cidadania, Classe e Status*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1963. Estou me referindo neste trecho ao encaminhamento dado por Marshall sobre a questão. p.p. 63.

⁷ Considero importante mencionar o papel da Revolução Francesa como marco cronológico. no que se refere à construção da noção de cidadania. para a sociedade ocidental. Mesmo sabendo das controvérsias historiográficas a respeito da extrema valorização e das inúmeras possibilidades de interpretação que o processo revolucionário recebeu. Porque envolvidas em sua luta antes, durante e depois do período revolucionário, os homens deixam sua condição de súditos do rei e, através de uma Constituição, conquistam formalmente o " status " de cidadãos. E é por isso que arrisco-me a dizer que a repercussão desta revolução é inegável na concepção de cidadania.

⁸ Segundo Przeworski : no período pós-guerra de 45 a teoria keynesiana constituiu o suporte político-ideológico para a expansão do Estado de Bem - Estar . Esta nova forma da política estatal sustentava-se em dois princípios. o "pleno emprego " e a " igualdade " (ou seja. os " direitos sociais de cidadania "). A intervenção do Estado. assim se fazia em duas frentes : 1) na política fiscal e financeira e. 2) na política social. ou seja. na expansão do emprego público e na criação de vários " aparelhos de consumo coletivo ". na educação. habitação. saúde etc. - que se incorporaram à cultura política na forma de " direitos de cidadania ". em decorrência . " as relações sociais passam a ser mediadas por instituições políticas democráticas. em vez de permanecerem dependentes da esfera privada. " PRZEWORSKI. Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo. Companhia das Letras. 1989. p.p. 247.

direitos sociais pelo sistema educacional e pelos serviços sociais oferecidos e garantidos pelo Estado. Todos os elementos - civil, político e social - deveriam, por princípio, seguir as orientações gerais previstas na Constituição, pelo menos nos países democráticos, nos quais vigorem o sistema de representação pelo voto direto ou indireto.⁹ Gostaria de enfatizar que não há uma hierarquia cronológica rígida entre estes três elementos porque muitas vezes eles estiveram imbricados em sua elaboração histórica.

Em Marshall¹⁰ encontrei uma análise sobre uma das vertentes da concepção de cidadania que ressalta a cidadania como uma instituição em desenvolvimento que asseguraria o progresso da igualdade contra a desigualdade social. E reconhece que no interior das democracias modernas há uma tensão entre o princípio de igualdade - implícito na *noção* de cidadania - e a desigualdade inerente ao sistema capitalista e à sociedade de classes.¹¹ Não posso perder de vista em minha análise dos livros paradigmáticos como os autores vão tratar essa questão que me parece essencial na conquista da cidadania.

⁹ Entendo como países democráticos aqueles que estejam submetidos ao Estado de Direito sejam eles repúblicas ou monarquias. A definição do termo democracia, contemporaneamente, tem sido alvo de muitas discussões e confusões. E há uma dificuldade entre os especialistas em se dar uma maior precisão ao termo.

Ver mais sobre esta polêmica em *Educar o Cidadão?* Patrice Canivez, Campinas, Editora Papirus, 1990.

¹⁰ MARSHALL, T.H., op. cita. Ver em especial a construção histórica de Cidadania em *O desenvolvimento da Cidadania até o fim do século XIX* - p.p. 63/87.

¹¹ Marshall faz uma distinção entre classe social e status. Classe social " constitui a terceira categoria de estratificação, e sua base é econômica (...) " Classes ", diz Max Weber numa de suas obras, " são grupos de pessoas que, do ponto de vista de interesses específicos, têm a mesma posição no sistema econômico ". A combinação dos termos " posição " e " interesses " subentende que as posições devem ser consideradas como as mesmas se a vida daquelas que as ocupam é condicionada pelas mesmas forças e influenciada, de modo semelhante, pelas mesmas circunstâncias (...) E status social deve ser entendido como " a posição de um indivíduo com relação aos outros membros da sociedade ou de algum setor dela. A expressão *geral* é inserida para indicar que nos referimos a algo mais globalizante do que uma posição especializada (...) o status social como estratificação, traz consigo a idéia de superior e inferior. (...) Em outras palavras, o status social é a posição em função dos valores sociais correntes na sociedade. " MARSHALL, T.H. op. cita p.p. 149/ 152.

Em países como o Brasil, onde a exclusão social toma dimensões alarmantes e cuja experiência histórica tem indicado um desequilíbrio entre, nossas aspirações de ampliar a cidadania e as desigualdades sociais impostas pela má distribuição da renda, pelos contrastes regionais e pelas discriminações das mais diversas ordens caberia ao Estado um papel importante nas áreas sociais. Sabemos entretanto que a implantação dos projetos de governo pelas últimas gestões presidenciais (Fernando Collor/ Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso) têm levado o Estado, no Brasil, a assumir um caráter meramente assistencial e emergencial nas áreas sociais deixando para instituições privadas o papel de planejar e propôr. E aí entramos numa área de interesses que extrapola a capacidade da sociedade civil de interferir e controlar os encaminhamentos que serão dados. Pelo menos não consegui detectar, até agora, esses mecanismos de controle sobre as ações governamentais.

Na argumentação de Marshall sobre a questão da desigualdade de classes e cidadania, a inclusão dos direitos sociais - conquista do século XX - é um dos mecanismos possíveis de se aliviar os contrastes sociais impostos pelo capitalismo.¹² Sobre a categoria de cidadão, Marshall vai afirmar que trata-se de um “status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação a qual o sucesso pode ser medido e em relação a qual a aspiração pode ser dirigida.”¹³ Acrescentaria às reflexões de Marshall as seguintes

¹² MARSHALL. T. H., op. cit. . Ver mais sobre esta discussão em *Os Direitos Sociais no Século XX* - p.p 87

¹³ MARSHALL. T. H., op. cit. , p.p. 76.

questões : quais as possibilidades que teríamos, no Brasil, de diminuirmos a exclusão social de grande parte da população e darmos acesso cada vez maior aqueles que desejem pertencer à categoria de cidadãos ? Quais as representações que as diversas classes ou grupos sociais fazem ou estabelecem da *noção* de cidadania ? São estas e outras perguntas que me interessam ver apreciadas, pelos autores, em minha análise dos livros paradidáticos.

Gostaria de mencionar ainda, uma outra face da concepção de cidadania por mim trabalhada - a que discute as relações entre esfera pública e privada. Não estou me propondo a um estudo aprofundado sobre a questão mas, sim uma preocupação em perceber a maneira através da qual o material paradidático vai lidar com essa questão.

Ao que parece todos os comentadores e analistas das relações entre a esfera pública e privada concordam que há uma crise, ou melhor tensões entre as duas esferas e que uma melhor compreensão do que entendemos ou queremos como indivíduos e sociedade pode ajudar-nos a clarear a nossa condição de cidadãos num mundo caótico. Não se trata da apologia do caos, mas de um esforço que cada um de nós deve fazer em sua área de atuação para redefinir esses dois campos da vida daqueles que vivem em sociedade. Cabe a nós , portanto, como educadores não perdermos de vista a questão e termos alguns referencias para trabalharmos com nossos alunos.

Segundo a leitura que fiz de Richard Sennet, os homens do século XVIII entendiam o espaço público como o espaço por excelência da sociabilidade e a esfera privada como aquela que privilegiava as relações da casa e da família. Para o autor, neste período. de alguma forma público e privado se complementavam. Ao longo do século XIX, outra configuração vai

se articulando através do advento do capitalismo industrial e da redefinição da secularidade (entendida aqui como o conjunto de imagens mentais e de símbolos que tornam compreensíveis as coisas e as pessoas). Essas articulações vão historicamente modificando a distinção das esferas pública e privada na direção de uma supremacia dos referenciais do universo privado na esfera pública ou, nas palavras de Richard Sennet :

“ Hoje, a vida pública também se tornou questão de obrigação formal. A maioria dos cidadãos aborda suas negociações com o Estado com espírito de aquiescência resignada, mas essa debilitação pública tem um alcance muito mais amplo do que as transações políticas. Boas maneiras e intercâmbios rituais com estranhos são considerados, na melhor das hipóteses, como formais e áridos e, na pior, como falsos. A própria pessoa estranha é uma figura ameaçadora, e muito poucos podem sentir um grande prazer neste mundo de estranhos : a cidade cosmopolita. Uma ‘ res publica ‘ representa, em geral, aqueles vínculos de associação e de compromisso mútuo que existem entre pessoas que são unidas por laços de família ou de associação íntima : é o vínculo de uma multidão, de um ‘ povo ‘, de uma sociedade organizada, mais do que o vínculo de família ou de amizade. Como na época romana, a participação na ‘ res publica ‘ é hoje, na maioria das vezes, uma questão de estar de acordo; e os fóruns para esta vida pública, como a cidade, estão em estado de decadência.”¹⁴

Este é um terreno de discussão extremamente complicado, mesmo porque vivenciamos e fazemos parte desse tempo de transições, permanências e tensões entre aquilo que consideramos como nossa vida privada e um universo permeado pelo medo - o espaço público. Somos filhos da descoberta do inconsciente freudiano, do neoliberalismo, do mercosul, da informatização do aprendizado e da violência nas ruas.

A “globalização “ da economia tem garantido índices inflacionários menores, mas não tem garantido a diminuição dos índices de criminalidade e nos parece que esse aumento da exclusão de muitos, com relação à uma vida

¹⁴ SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público - As Tirantias da Intimidade* São Paulo. Companhia das Letras, 1989. (p.p. 15 e 16)

minimamente digna, não é “ privilégio “ somente dos países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como querem alguns. Discutir com clareza e precisão o que se entende por espaço público e privado não tem sido tarefa fácil.

Jurandir Freire da Costa em artigo recente¹⁵ afirma que as pessoas não estão se dando conta que o desmoronamento da vida privada seria a contraface do esvaziamento da vida pública e que ambas estão imbricadas num mesmo movimento. É preciso redefinirmos nossas relações com o “outro” como forma de resgatarmos o contato conosco, uma coisa não pode ser desmembrada da outra. Como disse, anteriormente, estarei atenta à uma apreciação desta questão no material analisado.

Para esta pesquisa o recorte cronológico será feito a partir de 1988 com a versão final da Constituição porque considero que muitas das lutas, discussões e conquistas anteriores, serão canalizadas para a redação final da Constituição do Brasil em 1988. Portanto, aquilo que indicarei mais adiante neste trabalho como discussões mais recentes sobre cidadania obedecem a este corte cronológico, e também porque todos os livros analisados foram publicados depois de 1988. Além disso me interessam as várias *representações* da noção de cidadania do final dos anos 80 e no decorrer dos anos 90, no Brasil, com as “novas” demandas de reivindicações políticas e sociais que tem nos valores éticos um de seus principais pilares. Ao que parece trata-se de uma sociedade mais articulada em relação às possibilidades de atuação da sociedade civil que aprendeu com a experiência dos inúmeros movimentos sociais da década de 80¹⁶ e que avança nos anos 90 se opondo a

¹⁵ *A Devoração da Esperança no Próximo*, artigo do Caderno Mais, Folha de São Paulo 22/09/96.

¹⁶ Estou utilizando como referência o mapeamento da Prof^a Maria da Glória Gohn vinculadas à questão da cidadania. Para maiores informações sobre os movimentos sociais deste período ver p.p. 112/122 e p.p.

governos corruptos e pouco éticos. Uma concepção de cidadania mais centrada na ação dos indivíduos e dos diversos grupos que têm se articulado - independentes da atuação do Estado - e têm procurado resolver ou encaminhar soluções para questões como violência, desemprego, miséria, qualidade de vida e etc.¹⁷

Para deixar um pouco mais claro aquilo que entendo por cidadania vou tratar dois outros referenciais teóricos ainda ligados as *representações*, redefinidas pelos anos 90. A primeira diz respeito à uma concepção de cidadania que procura explicitar diferenças e diversidades entre os cidadãos, diferenças estas que podem ser de toda ordem como : cultural, étnica, de gênero, e etc... Não se trata mais da “antiga “ discussão dos intelectuais do século XIX , no Brasil, que almejavam uma unidade e identidade nacional porque preocupados com a construção do Estado - Nação. Trata-se contemporaneamente do direito de exercer essas diferenças.

E a segunda *representação* muito freqüente nos livros paradidáticos é a incorporação que os autores fazem de uma relação que é historicamente colocada pela bibliografia corrente : a de ressaltar o papel da Educação e do acesso à informação como um dos mecanismos mais importantes para se atingir o pleno exercício da cidadania. Quanto a essa questão Marshall vai

149. in GOHN, Maria da Glória - *História dos Movimentos Sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo. Edições Loyola. , 1995.

¹⁷ O longo período de ditadura militar no Brasil e um tímido exercício de cidadania são razões que contribuíram para o surgimento de uma possível lacuna na reflexão intelectual sobre a noção de cidadania. A partir das campanhas de “ Anistia Geral “ (1975/76) e posteriormente na Campanha pelas “ Diretas-Já “ (1984) a sociedade brasileira volta a resgatar lentamente o exercício da sua cidadania. Basta lembrar um único exemplo significativo : a campanha liderada por Hebert de Souza (“ Betinho “) que organiza comitês *Ação - Cidadania contra a miséria e pela vida*. Um movimento da sociedade civil, posteriormente encampado pelo Estado, no governo Fernando Henrique Cardoso.

dizer que : “ por intermédio da educação em suas relações com a estrutura ocupacional, a cidadania opera como um instrumento de estratificação social. Não há razão alguma para se deplorar isto, mas se deve ter consciência de suas conseqüências. O status adquirido por meio da Educação acompanha o indivíduo por toda a vida com o rótulo de legitimidade, porque foi conferido por uma instituição destinada a dar aos cidadãos seus justos direitos (...) “¹⁸

Diria que, no caso brasileiro, quando pensamos no acesso à educação temos que nos referir aqueles que podem escolher entre a escola pública e privada; aqueles que não tem opção e que são obrigados a colocar seus filhos na escola pública - desestruturada pelo mesmo Estado que tenta agora aplicar-lhe mecanismos de avaliação e indica como solução as portas da privatização do ensino. E por último temos que nos referir aqueles jovens que habitam as ruas das grandes cidades e nem sequer podem “escolher “ com relação à sua educação.

Talvez essas sejam duas das *representações* possíveis de cidadania nas, metrópoles mas, certamente não serão as únicas. E começo a perceber - no contato com o material paradidático - como o acesso ao consumo tem se tornado, para muitos, o grande termômetro da condição de cidadão, muitas vezes relegando a segundo plano a inserção dos indivíduos ao mundo do trabalho - como se fosse possível separar as duas coisas !

Outra referência metodológica importante, para o desenvolvimento desta pesquisa, é a definição do que entendo por material paradidático. Para tanto remeto-me, por ora, à definição elaborada pela professora Ernesta Zamboni em sua tese de doutorado nesta Universidade e que foi o ponto norteador de nossa reflexão:¹⁹

¹⁸ MARSHALL. T. H. op. cita p.p. 102.

¹⁹ ZAMBONI, Ernesta - *Que História é Essa ? - Uma Proposta Analítica dos Livros Paradidáticos de História*. Tese de Doutorado. Unicamp, Faculdade de Educação, Campinas. 1991.

“ Para os editores, são considerados paradidáticos as publicações que têm como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico. Consideramos como didática toda a produção usada pelo professor na sua atividade docente. A diferença que se observa entre o chamado livro didático e o paradidático é uma questão de forma e não de conteúdo. “

Esta pesquisa implica em uma análise dos aspectos editoriais e das *noções* de cidadania em livros paradidáticos sendo que a inspiração fundamental veio das leituras que fiz de Henry Lefebvre. Por isso, pretendo tratar os textos dos livros analisados como *representações* de um determinado universo de classe social, de fontes de pesquisa e indicar as possibilidades de interdisciplinaridade que os textos em questão podem oferecer para o leitor. Além disso partirei dos próprios textos permitindo que eles me indiquem os critérios de análise que vão surgindo, na medida em que, o pesquisador vai se familiarizando com o seu objeto de pesquisa.

Para Lefebvre o movimento da história é fundamental - o tempo presente não se separa do passado e do futuro; o presente contém a memória e as contradições do passado. Em minha análise do material paradidático estarei atenta às temporalidades empregadas ao longo do texto, mesmo porque um professor de história não deve perder de vista os referenciais básicos da construção do saber histórico : tempo/espaço e relações sociais.²⁰

“ Para Lefebvre, o objeto do conhecimento, muitas vezes, apenas se anuncia e vai-se construindo, devendo-se ter em mente seu espaço e seu tempo no processo de conhecer. O trajeto define-se a partir do projeto e o conhecimento jamais tem característica de verdade acabada.

²⁰ As dimensões espaciais e temporais precisam ser construídas simultaneamente com o objetivo de situar historicamente o indivíduo para que ele tenha a percepção dos fatos que ocorrem ao seu redor baseado nas relações sociais, temporais e espaciais. O ensino de história deve ultrapassar os campos da pesquisa, o professor deve fazer uma reelaboração do conhecimento histórico através das relações sociais presentes no cotidiano do aluno. Nesse contexto há campo para que a produção de conhecimento aconteça. E que professor e aluno não sejam prisioneiros da mera repetição de um conhecimento pronto e acabado.

Método que não é receituário de procedimentos, mas possibilidade de conceber as virtualidades do objeto.”²¹

Não é objetivo deste trabalho uma discussão mais detalhada da *Teoria das Representações* de Henry Lefebvre, entretanto, considero importante esclarecer o que o autor entende por *representação* para que fique pelo menos indicada qual orientação metodológica estou incorporando nesta pesquisa. Em sua concepção de *Representação*, a linguagem e as práticas sociais (povos, grupos, imaginário coletivo, mitos, símbolos, religiões, cultura, dominação ...) são elementos constitutivos. A linguagem - falada ou escrita - é uma mediação porque contém o movimento da própria história e é uma forma de apreender a realidade, num determinado momento. Não uma verdade pronta e acabada mas, um percurso que permite avanços, retrocessos, resgates e inter-relações. Por isso um texto - uma linguagem - precisa ser interpretado e é necessário que se faça uma leitura tentando entender o que “ ele quer dizer “, tentando apreender o seu movimento interno e suas relações com outros textos e o contexto no qual foi produzido. Não se trata de uma tarefa de desvendamento porque haveria uma verdade a ser revelada, mas sim de apreendermos os mecanismos possíveis da interpretação. Lefebvre insiste na questão da interdisciplinaridade exatamente porque a tarefa é árdua e nenhuma área do conhecimento, dito científico, pode desejar para si o poder de compreender toda a realidade e considerar que esgota todos os mecanismos de investigação. É o que ele chama de “*conhecimentos parcelares*” que devem se empenhar na direção de uma síntese. Não se trata da apreensão de uma totalidade definitiva, mas do

²¹ A teoria das representações de Henry Lefebvre foi sistematizada pela primeira vez em seu livro *O Direito à Cidade* de 1968. Também vamos utilizar como referência sobre a Teoria das Representações o artigo da professora Eulina Lufti intitulado *Representações* escrito em co-autoria com Suzana Evelyn Sochzewski e Tereza Janel. A citação em questão está no artigo acima mencionado.

esforço em compreender o melhor possível determinado fenômeno histórico, com o auxílio de várias áreas do conhecimento. Este esforço de reflexão e análise deve estar sempre aberto à novas investigações. Para mim fica, entre outras questões, a de compreender como os autores dos livros paradigmáticos propõe seu tema, quais exemplos são utilizados, quais tempos verbais estão sendo empregados, as justificativas e omissões. No caso por exemplo do livro de Herbert de Souza - *Ética e Cidadania* - os capítulos abrem com entrevistas e é importante perceber quais relações o entrevistado estabelece com sua própria história de vida, quais as valorações que faz e buscar também, nas entrelinhas as possibilidades de compreender o autor e seu texto. É importante que em um trabalho científico, seja ele de cunho filosófico, sociológico ou historiográfico, o pesquisador não perca de vista as articulações entre os vários níveis de realidade. Para que seja possível colocar em evidência distorções e defasagens entre esses vários níveis, o percurso da pesquisa precisa caminhar na direção de permitir-lhes a existência e não dissolvê-los. Só assim poderemos garantir, minimamente, que a produção do conhecimento científico possa ser criativa.

“ O trabalho correto consiste em ir dos conhecimentos mais gerais aos conhecimentos que dizem respeito aos processos e descontinuidades históricas, à sua projeção ou refração na cidade, e inversamente, dos conhecimentos particulares e específicos referentes à realidade urbana para o seu contexto mais geral. “ (*O Direito à Cidade* - Cap. IV - Henry Lefebvre)

A escolha do tema desta pesquisa , por si só , obrigaria o pesquisador a transitar em diversas áreas do conhecimento. Porque cidadania é uma *noção* que historicamente perpassou as preocupações de historiadores, filósofos, cientistas políticos, sociólogos, só para citar algumas áreas de conhecimento. Além da escolha do tema , a análise de textos também precisa desenvolver-se

de forma interdisciplinar para que o trabalho seja enriquecido, por isso, acredito que objeto e metodologia de trabalho acabaram por engendrar a possibilidade de trabalhar com a *Teoria das Representações*.

Uma questão que poderia se colocar com relação à perspectiva de utilizar as orientações metodológicas de Lefebvre, seria a seguinte : o autor estava preocupado em pensar o fenômeno urbano e este trabalho pretende analisar livros paradidáticos sobre *noções* de cidadania. Então como articular as duas coisas ?

Noções de cidadania geralmente estão relacionadas ao tecido urbano, tanto no seu percurso histórico, como no mundo contemporâneo. O mercado editorial faz parte da realidade das cidades. O consumo de livros paradidáticos nas escolas particulares está aumentando, pelo menos é uma tendência que percebi como professora de História e coordenadora da área de Ciências Humanas, e os livros, sejam eles informatizados ou não, têm um papel importante na formação de nossos adolescentes. Além disso, o livro paradidático é uma linguagem que precisa ser compreendida porque são *representações* do mundo , essencialmente urbanizado, em que vivemos.

Talvez fosse o momento de indicar mais claramente os significados da tríade empregada por Henry Lefebvre na construção de sua teoria. Os elementos da tríade são : *representação* (aquilo que é concebido) ; o *representante* (as experiências vividas) e o *representado* (aquilo que é percebido, as subjetividades). O autor entende que a relação dialética entre esses três elementos seria a possibilidade de superarmos a noção marxista de representação, sob a forma de ideologias que impediriam os grupos dominados de perceberem as representações que teriam, como função última, garantir a dominação por determinados grupos sociais. Sei que Henry

Lefebvre não teceu sua concepção de *Representação* a partir de um movimento intelectual exclusivamente seu. Ele recuperou toda a gênese do pensamento filosófico sobre as *representações*, iniciando com Kant, passando por Hegel, Marx e Nietzsche permitindo uma orientação metodológica fundamental: nenhum conhecimento científico parte do nada. E delineou uma importante orientação metodológica, a de que é preciso recuperarmos, repensarmos, contextualizarmos e atualizarmos o pensamento científico antes de relegá-lo a segundo plano. É em Nietzsche que Lefebvre vai encontrar a questão da ambigüidade da linguagem e vai formular sua crítica ao pensamento filosófico que não levou em consideração que a linguagem é uma das possíveis *representações* da vida social e dessa forma, não pode ser tomada como uma verdade, pronta, acabada e definitiva. Lefebvre vai insistir na utilização de *noção* e não de conceito porque o conceito traria em si um caráter definitivo e sem perspectivas de reelaboração.

Como perspectiva metodológica *A Teoria das Representações* me fascina pela possibilidade de que cada objeto de pesquisa possa ser construído no decorrer da pesquisa, ser submetido a várias experimentações e que os resíduos, muitas vezes desprezados em outras orientações metodológicas, possa ser recuperado em outro momento ou recuperado por outro pesquisador. Sei que o próprio livro de Henry Lefebvre - *O Direito à Cidade* (1968) merece uma contextualização histórica, afinal os anos 60 na França e, em especial o ano de 68 quando o livro é publicado está interpenetrado de um forte apelo político/ revolucionário e o autor pode ser considerado panfletário. Entretanto, entendo que as paixões dos homens por seu tempo histórico não devem servir de justificativa para que desprezemos

seu potencial intelectual e que consigamos discernir em meio às paixões, as possibilidades de apreensão da realidade.

Como o objetivo primordial deste trabalho de pesquisa consiste em analisar as concepções de cidadania apresentadas pelos livros paradidáticos²² de primeiro e segundo grau no que concerne às possibilidades de que dispõe o professor para lidar com a construção desta noção, me proponho a :

1. Identificar as *noções* de cidadania que o material veicula e indicar de que maneira o livro paradidático incorpora as mais recentes discussões sobre cidadania.²³
2. Indicar possíveis referenciais para a seleção e manuseio dos paradidáticos sobre cidadania por educadores em sala de aula.

Mencionei, anteriormente, que na tese da professora Ernesta Zamboni ela trabalha com a idéia que didático é todo material do qual lança mão o professor para desenvolver o seu trabalho pedagógico. E que a distinção que se faz entre paradidático e didático geralmente tem a ver com critérios editoriais. Acrescentaria, entretanto, que não podemos deixar de considerar que há algumas especificidades com relação a esse material, quer seja ele chamado de didático ou paradidático. Há um manuseio diferenciado desses livros com relação aos compêndios que acompanham alunos e professores por todo o ano letivo.²⁴ O livro paradidático pode estar relacionado a algum tema específico que se deseje aprofundar e sua leitura tem um tempo

²² Nos textos que chegaram às minhas mãos para a realização desta pesquisa constatei que a " inserção" cronológica dos livros paradidáticos nas escolas está vinculada à Lei 5692/71, na medida em que essa lei orientava para a leitura de autores nacionais desde as primeiras séries escolares. Ver mais sobre esta questão in *O Paradidático Esse Rendo Desconhecido*, de RAMOS, M.C.M., tese de doutorado defendida na Faculdade de Educação da USP, 1987.

²³ Os referenciais metodológicos que nortearam a noção de cidadania por mim trabalhada foi desenvolvida anteriormente neste capítulo.

²⁴ Os chamados livros didáticos estão geralmente comprometidos com o currículo oficial de cada uma das disciplinas.

específico ou ainda, pode ser indicado como leitura fora da sala de aula. Não quero dizer com isso que ele deva ser desqualificado como recurso pedagógico só estou querendo indicar que este manuseio precisa de critérios de escolha também diferenciados.

Assim, os livros selecionados para a análise são os seguintes :

DIMENSTEIN, Gilberto - *O Cidadão de Papel* - São Paulo, Editora Ática, 1993.

SOUZA, Ari Herculano de - *Os Direitos Humanos* - São Paulo, Editora do Brasil S.A., 1989.

SOUZA, RODRIGUES, Herbert de, Carla - *Ética e Cidadania* - São Paulo, Editora Moderna, Coleção Polêmica, 1995.

FALIVENE ALVES, Júlia - *Metrópoles - Cidadania e Qualidade de Vida* - São Paulo, Editora Moderna, Coleção Polêmica, 1995.

LIBANIO, J.B. - *Ideologia e Cidadania* - São Paulo, Editora Moderna, Coleção Polêmica, 1996.

MARTINEZ, Paulo - *Direitos de Cidadania* - São Paulo, Editora Scipione , Série Ponto de Apoio, 1996.

Para se chegar a esta listagem de livros para análise, inicialmente foi feito um levantamento junto às Editoras para identificação de títulos relativos ao tema da cidadania. Em seguida me preocupei em saber se as Escolas da Rede Pública e Particular de Ensino de Campinas recebem este material paradidático ou se pelo menos as Editoras, em questão, remetem seus livros à essas escolas, principalmente porque um dos objetivos desta pesquisa é o de permitir que o professor tenha alguns parâmetros de análise, do material em questão, e faça suas próprias escolhas com relação ao que deseja trabalhar com seus alunos. O primeiro levantamento feito junto às Editoras foi em

janeiro de 1995 e o último foi realizado em abril de 1997. A consulta foi realizada nos Distribuidores das Editoras, na cidade de Campinas. Todas elas mantêm uma Casa para Atendimento aos Professores, com funcionários responsáveis por informar sobre títulos e distribuir exemplares para professores da Rede Pública e Particular de Ensino, nesta cidade.

Em relação às Escolas focalizadas optei por um critério que incluísse uma Escola Pública e uma Escola Particular de cada uma das quatro Delegacias de Ensino de Campinas. Com este mapeamento das escolas considero estar atingindo unidades significativas para a investigação pretendida. Ver em Anexo os dados coletados e quais Escolas foram consultadas.

CAPÍTULO II

Neste capítulo desenvolvo a análise propriamente dos livros paradidáticos selecionados. Esta análise envolve aspectos editoriais e de conteúdo porque parto do pressuposto que as duas coisas não podem ser vistas isoladamente. Elas compõem um conjunto que se inter-relaciona e interage na construção dos textos dos autores.

O desenvolvimento deste capítulo foi pensado com o objetivo de abrir espaço para que os autores possam “falar” para que seus textos tomem forma para o leitor que não teve contato direto com os livros analisados. É respeitar o movimento do próprio texto e através das citações e comentários dar uma idéia de como as *noções* de cidadania vão sendo construídas e engendradas pelos autores.²⁵

Os textos serão analisados a partir de questões referentes a aspectos básicos do material paradidático, especialmente pensado para os objetivos deste trabalho. Não pretendo uma análise minuciosa e abrangente dos livros, mas sim procurar respostas para as questões que me colocam este tema de investigação. Este roteiro pretende ser norteador do trabalho de análise, entretanto, outras questões poderão ser incorporadas. Não gostaria de submeter os livros à uma “camisa de força” através do roteiro mas, ter um olhar um pouco mais dirigido inclusive para facilitar a comparação dos livros.

Organizei o seguinte roteiro de análise do material paradidático:²⁶

²⁵ No último capítulo desta dissertação de mestrado fiz as articulações entre os vários textos e com as análises concluídas pude estabelecer comparações e indicar parâmetros para que o professor possa fazer suas escolhas dos livros paradidáticos com alguns referenciais um pouco mais articulados.

²⁶ O roteiro teve dois referenciais para ser montado: os sete pontos propostos para a análise dos livros didáticos, na dissertação de mestrado da prof^a. Eloisa de Mattos Hofling defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP em 1981 *A Concepção de Cidadania Veiculada em Livros Didáticos de Estudos Sociais do Primeiro Grau*. E o documento produzido pelo GT que avaliou os livros de Estudos Sociais:

A - ASPECTOS EDITORIAIS :

I - INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR OU AUTORES :

Neste item a preocupação é perceber se o leitor tem acesso a dados sobre a formação acadêmica do autor ou sobre sua área de atuação na sociedade a fim de identificar o universo no qual este se insere.

II - OBSERVAÇÕES SOBRE A CAPA E RELAÇÃO ENTRE A CAPA E O TÍTULO DO LIVRO:

Aqui procuro olhar mais cuidadosamente para um aspecto do livro que está diretamente relacionado com a venda desse tipo de material, em um mercado cujo contato do leitor pode vir muitas vezes por uma curiosidade em manusear um livro cuja capa lhe chame atenção ou por estar destacado em relação a um número imenso de livros paradidáticos que o mercado editorial tem lançado ao público jovem; por isso, um olhar mais detalhado sobre a capa pode indicar estratégias editoriais sob o ponto de vista do apelo visual.

III - ILUSTRAÇÕES, DESENHOS, MAPAS E FOTOS, SEU USO E DISTRIBUIÇÃO AO LONGO DO TEXTO:

Este item vai ser desenvolvido nos dois momentos da análise. Primeiro como um aspecto editorial e depois como parte da construção das *noções* de cidadania, articuladas ou não com o texto porque nos livros “paradidáticos” as ilustrações parecem ser um recurso significativo utilizado pelas Editoras para atrair seus consumidores. E para o leitor jovem acostumado com um forte estímulo visual, imagens²⁷ são um elemento importante na composição da sua leitura. Por isso considero importante que as imagens não sejam

Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos. Português. Matemática. Estudos Sociais e Ciências - 1ª a 4ª séries. MEC/FAE/PNLD. 1995

²⁷ Fotos, desenhos, logotipos, colagens, gráficos e mapas sempre que qualquer um destes recursos foi utilizado pelos autores eu deixei claro para o leitor a sua natureza.

colocadas aleatoriamente ao longo dos textos como interrupções que não se articulam com a discussão que o texto está propondo.

IV - EXISTÊNCIA DE BIBLIOGRAFIA E DE SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES:

Neste item a atenção está dedicada a perceber se fica claro para o leitor que a produção do conhecimento científico é fruto de um trabalho de pesquisa e de reflexão do autor.²⁸

Caso haja alguma indicação sobre a inserção do livro em alguma coleção da Editora indicarei também neste item, os propósitos da coleção.

B - QUANTO ÀS NOÇÕES DE CIDADANIA:

I - REPRESENTAÇÕES DE CIDADANIA POSSÍVEIS DE SEREM ENCONTRADAS, AO LONGO DOS TEXTOS:

O olhar aqui vai dedicar-se a percorrer os textos observando quais as valorações que ele indica; se as opiniões do autor são explícitas ou implícitas ao longo do texto e se há julgamento de valores por parte dos autores. Há preocupação em contextualizar historicamente as *noções* de cidadania indicadas no texto ? Como são tratadas as desigualdades sociais e sua relação com a conquista da cidadania em países como o Brasil ? Qual seria o papel da Educação neste projeto de conquista da cidadania, há outras instituições mencionadas, quais ?

Aqui poderia se colocar uma indagação : Por que essas questões não aparecem em forma de itens ? Porque no meu entendimento isso truncaria o texto produzido ao longo das análises e se transformaria em um questionário

²⁸ Os livros paradidáticos estão voltados para um público jovem acostumado a encarar o que está escrito nos livros como verdades absolutas e inquestionáveis. Os autores poderiam, portanto, dar uma contribuição importante informando o leitor que a produção de um texto está articulada com a experiência pessoal do autor, com as leituras que ele faz e com uma reflexão que envolve todo esse universo de consulta e pesquisa.

a ser respondido e se correria o risco de que outros temas e preocupações dos autores ficassem submetidas ao rigor de se encaixar nestas respostas. Impedindo o diálogo saudável entre o olhar do pesquisador e o material que ele está analisando.

II - O PAPEL DAS ILUSTRAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO TEXTO, ARTICULAÇÕES ENTRE AS ILUSTRAÇÕES E O TEXTO, TEXTOS EM DESTAQUE AO LONGO DO LIVRO.²⁹

A preocupação aqui é a de perceber as articulações entre as imagens e textos complementares com relação ao texto principal. A sua distribuição é aleatória? Tem um papel engendrado na análise que o autor desenvolve ao longo do livro ?

III - PROPOSTAS DE ATIVIDADES :

Neste item estou levando em consideração a preocupação do autor com o desenvolvimento das capacidades intelectuais do aluno³⁰ permitindo que ele reformule idéias apresentadas no texto a partir de sua experiência percebida ou vivida e ainda identificar se as atividades propostas permitem que o aluno amplie sua pesquisa sobre cidadania, posicione-se frente ao tema ou discuta com seus pares.

Apresentarei primeiramente a estrutura formal dos livros para que o leitor tenha uma idéia geral de como os autores pensaram a distribuição do tema ao longo dos capítulos para, em seguida, iniciar a análise propriamente dos textos.

²⁹ Retomei aqui a questão das ilustrações acrescido da observação dos textos complementares que aparecem com frequência ao longo dos textos.

³⁰ Entende-se por capacidades intelectuais do aluno, essenciais para as Ciências Humanas, o desenvolvimento de habilidades como estabelecer relações entre fatos, entre diferentes situações, com diferentes sujeitos e em múltiplos espaços e temporalidades.

Lembrando que norteiam esta análise dois pontos fundamentais :

1. Identificar as *noções* de cidadania que o material veicula e indicar de que maneira o livro paradidático incorpora as mais recentes discussões sobre cidadania.
2. Indicar possíveis referenciais para a seleção e manuseio dos paradidáticos sobre cidadania por educadores em sala de aula. ³¹

³¹ Explicações mais detalhadas sobre seleção dos livros paradidáticos e razões que levaram a determinação dos dois eixos de análise foram trabalhados no primeiro capítulo desta dissertação de mestrado.

Cidadania

Violência

Renda

Mortalidade Infantil

População

Desemprego

Inflação

Década Perdida

Urbanização

Desnutrição

Educação

Conclusão

A. ASPECTOS EDITORIAIS :

I - INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR OU AUTORES :

Há informações claras sobre o autor no final do livro, com direito a foto para o leitor identificar melhor o autor. Um breve resumo de sua vida acadêmica e profissional destacando-se sua atividade como jornalista. Há também indicações sobre outros livros do mesmo autor.

II - OBSERVAÇÕES SOBRE A CAPA E RELAÇÃO ENTRE A CAPA E O TÍTULO DO LIVRO :

A capa ocupa lugar estratégico neste tipo de livro e provavelmente recebe cuidados especiais do setor de marketing das editoras. O título *O*

³² Cada um dos capítulos têm subitens. Verificar em Anexo cópias dos Índices de todos os livros que serão analisados

CIDADÃO DE PAPEL vem iconograficamente colocado através de uma marionete feita de recortes de jornais e revistas presa por fios que se depreendem do alto da capa e tem continuidade na contracapa do livro onde encontra-se o suporte da marionete. As letras do título e nome do autor são coloridas. O logotipo da Editora e a parceria com a Folha de São Paulo ficam no canto esquerdo e abaixo, na capa. Estão indicados também o logotipo da série *Discussão Aberta* e ainda, na contracapa encontra-se um pequeno texto do representante da UNICEF no Brasil indicando apoio financeiro e intelectual deste órgão, ao livro.

III - ILUSTRAÇÕES, DESENHOS, MAPAS E FOTOS, SEU USO E DISTRIBUIÇÃO AO LONGO DO TEXTO:

O livro tem ao todo 157 páginas destas, vinte e sete são de reproduções de fotos que vem sozinhas sem texto acompanhando, todos os capítulos abrem com desenhos que retomam a marionete da capa em posições que se articulam com a proposta do autor em cada capítulo, num total de onze desenhos. Encontrei ainda mais seis páginas que contém fotos pequenas que ficam nas margens laterais e articuladas com textos complementares que acompanham os capítulos.

IV - EXISTÊNCIA DE BIBLIOGRAFIA E DE SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES:

A bibliografia neste caso está distribuída ao longo do texto sem indicações explícitas de leituras complementares. O que em minha opinião pode dar uma impressão equivocada ao leitor jovem de que o trabalho jornalístico não envolveria outras leituras e pesquisa por parte do autor, apesar dos inúmeros dados e referências a documentos oficiais, em especial da ONU e da UNICEF.

B. QUANTO ÀS NOÇÕES DE CIDADANIA :

I - REPRESENTAÇÕES DE CIDADANIA POSSÍVEIS DE SEREM ENCONTRADAS, AO LONGO DOS TEXTOS :

A distribuição dos capítulos do livro pode nos dar pistas a respeito das valorações que o autor faz com relação ao tema que está trabalhando. Neste caso o livro abre com um capítulo específico sobre *Cidadania*, os demais capítulos vão discutir questões relativas ao universo dos problemas sociais no Brasil e o último capítulo será dedicado à *Educação*. Lembro que chamei atenção para esse tipo de abordagem por parte dos autores - Educação como mecanismo de ampliação da conquista da cidadania em países como o Brasil e aqui se verifica essa tendência.

O autor, no Prefácio, faz um breve histórico da experiência com adolescentes em uma palestra , numa escola em São José do Rio Preto , que acabou motivando o surgimento deste livro. Para em seguida deixar claro seus objetivos neste trabalho :

“Este livro pretende mostrar, passo a passo, como funciona o motor de uma sociedade que produz crianças de rua. É uma viagem pelas engrenagens do colapso social, onde a infância é a maior vítima e a violência, uma consequência natural.

A descoberta das engrenagens é a descoberta do desemprego, da falta de escola, da inflação, da migração, da desnutrição, do desrespeito sistemático aos direitos humanos. Com essa comparação, vamos observar como é a cidadania brasileira, que é garantida nos papéis, mas não existe de verdade. É a **cidadania de papel**. (...)

O principal objetivo deste livro é fazer com que você comece a entender que a situação da infância é um fiel espelho de nosso estágio de desenvolvimento econômico, político e social. E os problemas não são isolados: existe uma rede ligando ao assassinato de crianças, a violência nas ruas, a crise do ensino superior e o mercado de trabalho. Esse mercado vem criando legiões de médicos, advogados, arquitetos e engenheiros frustrados porque não conseguem exercer sua profissão. Sem falar nos que exercem mas estão descontentes porque ganham pouco.” p.p. 8 e 9

Neste prefácio há uma constatação de que os direitos dos cidadãos, no Brasil, estão garantidos na Constituição, entretanto há um longo caminho entre direitos garantidos pela lei e sua aplicação prática. O autor seleciona então a infância como o principal elo capaz de desvendar as possibilidades entre o “ Cidadão de Papel” e o Cidadão de Fato no Brasil.

A tese fundamental do livro é provar que a cidadania no Brasil foi conquistada apenas no papel e que de fato ela não pode ser exercida por uma enorme parcela da população. E que através do conhecimento das engrenagens do motor de uma sociedade que produz crianças de rua, segundo palavras do autor, compreender porque a infância é maior vítima desse “ colapso social “ e a violência uma “ consequência natural “.

O autor compara a fragilidade da infância com a fragilidade do papel e afirma que é através da compreensão da infância no Brasil é que seria possível entender o atual “estágio de desenvolvimento econômico, político e social “ deste país. E sugere ao leitor qual o caminho que ele deve seguir para melhor compreender o seu país. Em primeiro lugar o leitor deve apreender o significado de palavras e conceitos que aparecem em jornais e na televisão todos os dias e em segundo lugar que o leitor passe a incomodar-se com o fato de que a violência possa ser tratada como algo natural, principalmente, nas grandes cidades.

A estratégia do autor ao longo do texto é a de utilizar-se de dados estatísticos sobre outros países para indicar a qualidade de vida no Brasil em especial com relação aos velhos e as crianças. Preocupa-me um pouco o tratamento dado pelo autor com relação aos dados porque eles podem correr o risco de perder a historicidade de cada um dos países em questão. Por exemplo um dos principais referenciais usados pelo autor é o Japão que

certamente pode indicar excelentes experiências no que diz respeito à conquista da cidadania mas, que dificulta para o aluno brasileiro pensar em seu próprio país porque além de tantas diferenças entre Japão e Brasil, as diferenças culturais me parecem significativas para que o professor tome cuidado no momento de tratar as comparações.

Com relação ao significado de cidadania o autor parte de exemplos atuais como :

“ Cidadania é o direito de ter uma idéia e poder expressá-la. É poder votar em quem se deseja sem constrangimento (...) “³³

O autor retoma a historicidade da conquista da humanidade com relação ao direito de ter direitos. A Revolução Francesa; a Independência dos Estados Unidos; o fim da escravidão no Brasil; o surgimento da Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948 aprovada pela ONU são os referenciais históricos indicados pelo autor.

As *representações* sobre a noção de cidadania estão vinculadas a conquista da cidadania estendida a todos através do modelo democrático de um Estado do Bem - Estar Social e por uma melhor distribuição da renda que garantiria uma cidadania plena. É interessante notar que o autor utiliza o tempo todo como termos de análise, palavras como : sintoma, infecção e febre para tratar dos problemas sociais que impedem uma cidadania plena no caso brasileiro e remete-nos a uma outra referência bastante conhecida nas Ciências Humanas aquela que utiliza o corpo humano como metáfora para a sociedade e que através do correto diagnóstico e do remédio bem aplicado pode curar o “doente”.

³³ O CIDADÃO DE PAPEL - Gilberto Dimenstein - Ed. Ática - p.p. 20.

“ Ou será que o Brasil está com uma infecção e o menino de rua - um cidadão com direitos garantidos apenas no papel - é o termômetro dessa febre ? E, pela situação do menino de rua, o Brasil está com uma infecção tão forte que torna o próprio país uma **democracia de papel** “
p.p.153

A saída para se quebrar um círculo tenebroso de “ colapso social “ é a Educação. A desinformação aparece com muita insistência no texto como uma das principais responsáveis pela ausência de cidadania neste país e por isso o sistema educacional que para o autor, não é só uma questão de cidadania mas, também tem a ver com a produtividade e portanto com a riqueza material das nações deve estar associada à causa da conquista da cidadania.

“ Por isso, a educação é um dos pilares básicos da democracia. Quanto maior a politização, mais difícil será a vida dos demagogos. Não é apenas uma questão política, mas de reclamar por todos os seus direitos. O direito de não morrer numa fila do Inamps, de ser indenizado por ter ingerido produtos estragados. “ p.p. 148

O autor passa a criar binômios que associam trabalho/educação; educação/democracia; educação/saúde e afirma que o analfabetismo é um dos sintomas mais antigos pela ausência de cidadania e compromete em vários aspectos a liberdade de um indivíduo. Neste ponto o autor retoma a história do Brasil para lembrar ao leitor o longo período de escravidão e da exclusão pela qual passou e ainda passa a população de baixa renda. A renda é um elemento importante no texto mas em nenhum momento o autor faz críticas diretas ao modelo capitalista apenas indica distorções que precisam ser sanadas e que enquanto isso não acontecer será difícil a cidadania no Brasil sair do papel.

“ Inscrita nas constituições, a cidadania avançou mais no papel do que na prática. Não há nada de novo. Durante o Império, nossa primeira Constituição adotava os princípios de liberdade das revoluções americanas e francesa. Mas a escravidão era mantida. “ p.p.149

II - O PAPEL DAS ILUSTRAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO TEXTO. ARTICULAÇÕES ENTRE AS ILUSTRAÇÕES E O TEXTO. TEXTOS EM DESTAQUE AO LONGO DO LIVRO.³⁴

Faz parte da organização do texto um conjunto de fotos³⁵ com flashes das ruas de São Paulo e fragmentos de documentos da UNICEF ou documentos sobre a infância e a juventude; além de depoimentos de meninos de rua. Essas imagens que aparecem acompanhando o texto não são mencionadas pelo autor como exemplos ou desdobramentos de suas idéias mas, estão ali como um esforço de verificação ou comprovação das idéias que o autor vai desenvolvendo ao longo dos capítulos. Estes pequenos textos que funcionam como uma espécie de recorte no texto principal dos livros paradidáticos e que não se articulam diretamente requerem do professor uma atenção especial ao trabalhar com o material. A minha experiência como professora tem indicado que o leitor jovem tem uma tendência a deixar de lado ou não ler esses textos paralelos. Ele não sabe muito bem como articular as duas coisas e o professor deve dedicar uma atenção especial porque muitas vezes trata-se de fontes de pesquisa que auxiliaram o autor em sua produção e permitem trabalhar com o aluno o processo de produção do conhecimento, dissimulando uma idéia corrente entre os alunos adolescentes, de que tudo que está escrito nos livros é verdade inquestionável, impossibilitando uma reflexão mais crítica no ato da leitura e produção de seus próprios textos. Considero ser essa uma das maiores dificuldades, ou melhor desafios, do professor em lidar com o material paradidático.

³⁴ Retomei aqui a questão das ilustrações acrescido da observação dos textos complementares que aparecem com frequência ao longo dos textos.

³⁵ O livro tem 157 páginas. 47 delas ou estão tomadas por fotos sem texto acompanhando ou, têm uma foto menor colocada ao lado do texto. Estou incluindo nesta contagem os desenhos que abrem todos os Capítulos.

III - PROPOSTAS DE ATIVIDADES :

No final de todos os capítulos o autor propõe um *Roteiro para Discussão* com duas questões propostas . O leitor pode encontrar facilmente as respostas no próprio texto. Por exemplo , uma questão que está no final do primeiro capítulo *Cidadania* : **Qual é a perspectiva de um país que não respeita suas crianças e seus velhos ?** Se o leitor voltar ao texto encontrará na p.p. 17 o seguinte parágrafo : “ Estamos vendo dois extremos da perversidade social. Os mais fracos são as maiores vítimas: as crianças e os velhos. E uma sociedade que não respeita suas crianças e seus velhos mostra desprezo ou, no mínimo, indiferença com o seu futuro. Vamos ao óbvio : todo mundo já foi criança e será velho um dia. Portanto, ninguém está seguro.”

Cabe neste caso ao professor atento, formular outras questões que remetam o aluno ao próprio texto mas, que também possibilitem ao leitor remeter-se a outros universos de reflexão e que permita a ele produzir um texto resposta que tenha uma reflexão mais pessoal e relacionado ao universo de experiências vivenciadas pelo próprio leitor adolescente, com a finalidade de que ele não seja um mero reprodutor das idéias do autor.

Falivene Alves - Editora Moderna, 1995.

Introdução

1. Êxodo rural : pequeno pulo ou grande salto ?
2. No coração da metrópole sempre cabe mais um.
3. Metrópole - realização ou frustração ?
4. O processo de industrialização dependente : a acumulação de riqueza e a gestação da miséria.
5. O modelo econômico concentrador e excludente.
6. De cidadão a cidadão.
7. Enquanto uns moram, outros apenas se escondem.
8. Casa própria : o sonho que tira o sono de muita gente.
9. As lutas coletivas por um teto.
10. Se é distante o paraíso, mais longe ainda fica o inferno.
11. Frustrações e carências da periferia.
12. Dos contrastes aos confrontos.
13. Crimes da “ Boca do Luxo “ e da “ Boca do Lixo “.
14. Violentos e violentados.
15. Perigo ! Crianças na rua .
16. Nossas cidades estão doentes. Os cidadãos também.
17. Os roteiros de saúde e o descaminho da miséria
18. Os males da aglomeração.
19. Qualidade de vida e participação política

³⁶ Cada um dos capítulos têm subítens. Verificar em Anexo cópias dos Índices de todos os livros que serão analisados

Nos dados para catalogação do livro há indicação clara de que o livro é para alunos de primeiro grau, entretanto, espero indicar através da análise do texto que o volume seria mais indicado para alunos de segundo grau, pela complexidade do vocabulário utilizado e pelo aprofundamento teórico que a autora faz do tema, talvez isto esteja, inclusive, relacionado com a experiência profissional da autora que é com o segundo grau.

B. QUANTO ÀS NOÇÕES DE CIDADANIA:

I - REPRESENTAÇÕES DE CIDADANIA POSSÍVEIS DE SEREM ENCONTRADAS, AO LONGO DOS TEXTOS:

A autora preocupa-se em indicar as desigualdades sociais provocadas por um país contraditório no qual convivem grandes concentrações de riqueza com bolsões de pobreza. E afirma que a nossa convivência com as desigualdades e contrastes pode nos levar a considerá-los como naturais.

“ Por isso tentamos, neste livro, não só refletir sobre as venturas e desventuras vividas por categorias sociais diversas em nossas metrópoles, com também analisar o processo histórico pelo qual as desigualdades sociais foram criadas e a maioria da população foi excluída dos inúmeros direitos que só são garantidos pelo gozo pleno da cidadania.

É nosso objetivo revelar³⁷ ainda que nem todos os desposuídos estão assim tão resignados e acomodados como os segmentos sociais privilegiados procuram nos fazer acreditar. (...)

Pretendemos, enfim, com tudo isso, estimular nosso leitor a desejar não só conhecer mais profunda e criticamente o país e a comunidade onde vive, mas também a perceber que há diversos canais de participação política e projetos de luta coletiva que possibilitam a interferência na realidade social, de modo a garantir melhor qualidade de vida não apenas para si como para outros também.”p.p. 6 e 7

³⁷ A idéia de que algo precisa ser revelado é uma constante no texto desta autora.

de um texto que comenta e problematiza o tema do livro relativo à qualidade de vida nas grandes cidades afirmando que :

“ Através do estudo das questões ligadas a moradia, o transporte, a segurança, educação e saúde, a autora analisa o processo histórico que criou as desigualdades sociais, excluiu a maior parte da população dos direitos plenos de cidadania e originou movimentos sociais que procuram garantir uma sociedade mais justa.”

A ilustração da capa remete o leitor ao universo sobre o qual o livro vai se debruçar, a relação especialmente da população de baixa renda e sua vivência nos grandes centros urbanos.

III - ILUSTRAÇÕES, DESENHOS, MAPAS E FOTOS, SEU USO E DISTRIBUIÇÃO AO LONGO DO TEXTO:

Este livro tem 152 páginas e dezenove fotos distribuídas ao longo dos capítulos, todas elas têm o crédito para o fotógrafo e uma pequena legenda comentando a foto além disso, o texto utiliza-se de gráficos, mapas e tabelas para compôr a argumentação da autora. São ao todo , entre gráficos e tabelas, onze e três mapas.

IV - EXISTÊNCIA DE BIBLIOGRAFIA E DE SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES:

Como é padrão da Editora Moderna há sempre no final dos livros *Paradidáticos* e na *Coleção Polêmica* uma indicação chamada *Sugestões de Leitura*, neste caso são nove livros sugeridos, com um pequeno resumo de suas obras. Todas as vezes que a autora utiliza-se de fontes de pesquisa ela relaciona as referências bibliográficas ao longo do texto, entretanto, não fica claro para o leitor se a autora utilizou-se apenas das fontes que menciona ou então, qual foi o referencial teórico no qual pautou-se para desenvolver as questões e temas que se propõe no livro.

Considerações finais.

Sugestões de leitura.

A. ASPECTOS EDITORIAIS :

I - INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR OU AUTORES :

Há informações sobre a autora na folha de rosto do livro indicando sua formação acadêmica pela PUCC de Campinas em Ciências Sociais, com especialização em História, não há informações precisas sobre esta especialização. Quanto à sua área de atuação profissional o leitor é informado que a autora é professora de História no 2º grau sem especificar, se na Rede Pública ou Particular de Ensino. Outra informação é a de que Júlia Falivene escreveu um outro título pela mesma Editora., esses mesmos dados sobre a autora se repetem na contracapa do livro.

II - OBSERVAÇÕES SOBRE A CAPA E RELAÇÃO ENTRE A CAPA E O TÍTULO DO LIVRO:

A capa tem um fundo monocromático e uma ilustração colorida de uma família de retirantes composta de um casal com quatro filhos tendo como fundo prédios que podem ser de uma grande cidade. O título do livro vem logo acima da ilustração em letras coloridas sendo o destaque maior para a palavra *Metrópoles*. O nome da autora está colocado na parte superior da capa em letras pretas cercada pelo logotipo da coleção *Polêmica* e pela indicação de que é a sétima edição do livro. Abaixo da ilustração encontra-se a marca da Editora Moderna.

Na contracapa repete-se o título do livro com letras pretas sobre o mesmo fundo monocromático e o logotipo da Editora colocado logo abaixo

O texto foi todo construído na primeira pessoa do plural, suponho que, como uma estratégia de inserir e comprometer o leitor com as contradições que ele vivencia em seu próprio país.

Na *Introdução* há uma preocupação em historicizar as contradições sociais e o convite à reflexão remete o leitor a examinar de perto essas contradições e perceber os canais de reivindicação que a sociedade civil dispõe para exercer sua cidadania.

A organização do livro está articulada em torno das seguintes questões que aglutinam os capítulos. Primeiramente, uma análise do êxodo rural no Brasil; um segundo momento em que vai se analisar a vida nas grandes cidades brasileiras e a inserção da população rural no contexto das grandes metrópoles. Um terceiro ponto é a discussão sobre o modelo econômico brasileiro que segundo a autora é concentrador e excludente e o processo de industrialização que decorre deste mesmo modelo de desenvolvimento. Um quarto ponto é o que articula as discussões anteriores com a qualidade de vida nas grandes cidades, as *noções* de cidadão e cidadão³⁸. O quinto ponto em questão é uma análise da qualidade de vida nos grandes centros urbanos a partir das condições de habitação, saúde, marginalização das populações pobres e o crescimento dos índices de violência. Finalmente a autora estabelece relação entre qualidade de vida e participação política.

A minha análise vai centrar-se mais na discussão que a autora estabelece entre o cidadão e o cidadão para depois indicar as relações possíveis que o livro estabelece com o seu tema central : Metrópoles.

³⁸ É sobre este capítulo que vou dedicar maior atenção porque é nele que a autora desenvolve melhor sua concepção de cidadania.

A autora utiliza em minha opinião uma estratégia interessante para articular os capítulos, ela amarra as questões tratadas até aquele ponto e propõe uma problematização que será desenvolvida pelo capítulo seguinte, possibilitando ao leitor perceber um encadeamento de idéias e preocupações que se articulam entre si. Como é o caso da questão que antecede o capítulo *De Cidadino a Cidadão*.

“ Até esta altura, estivemos falando, neste livro, apenas de ‘ cidadinos’ e não de ‘cidadãos’. Haveria alguma razão especial para isso ? Existe alguma diferença fundamental entre as duas palavras ? Não seria todo cidadão também um cidadão ?

Nossa resposta é não !

Muitos são os cidadãos, mas poucos são, de fato, tratados como cidadãos.

É sobre isso que vamos refletir e falar a seguir. “ p.p.40

Partindo da diferenciação entre cidadão e cidadão, a autora afirma que todos os moradores de uma cidade podem ser chamados de cidadãos mas que no Brasil esta condição não garante que todos sejam tratados como cidadãos. Refere-se à condição de cidadania na Grécia Antiga como um mecanismo de exclusão de grande parte da população, refere-se também à escravidão no Brasil que excluía os negros da categoria de humanos, menciona religiões que também diferenciam os seres humanos uns dos outros mas não especifica de qual religião estaria falando.

“ Analisando a cultura dos povos, civilizados³⁹ ou não, verificamos que durante séculos foram estabelecidos direitos desiguais para os indivíduos, conforme sexo, idade, origem familiar, posição social, estado civil, e outras particularidades. “ p.p. 41

A autora afirma que a História e as culturas são responsáveis pelas várias formas de abordagem com relação às noções de ‘ humano’⁴⁰ e depois de cidadãos.

³⁹ Não fica claro para o leitor qual a concepção da autora a respeito dos critérios para se determinar que um povo seja considerado civilizado ou não.

“ O fato de terem existido, em locais e tempos diversos, diferentes formas de se considerar quem é humano e, sendo humano, quem é ou não cidadão, demonstra por si só que os direitos humanos e de cidadania, como todo o Direito e a cultura em geral, são criações do homem e vão se transformando com o passar dos tempos. “ p.p.41

Neste livro cidadania é tratada como uma idéia que foi se modificando ao longo do tempo sempre relacionada com civilização urbana e ligada à revoluções sociais que foram acompanhadas por cartas ou documentos que legitimaram direitos estabelecidos pelos vitoriosos. Assim teria sido com as revoluções burguesas nos séculos XVII e XVIII na Inglaterra, nos EUA e com a Revolução Francesa que se originou a idéia que nós brasileiros temos, de cidadania.⁴¹

Há uma referência aos países socialistas que não teriam aceito as imposições burguesas, entretanto, não diz como essa questão foi resolvida por esses países. A autora deixa clara a sua posição com relação aquilo que se convencionou chamar de uma postura socialista com relação aos meios de produção e ao papel do Estado com relação às políticas sociais.⁴²

O leitor pode um pouco mais adiante no texto perceber como a autora se posiciona frente às conquistas da classe trabalhadora que não teriam sido contempladas pelos documentos acima mencionados.

“ Não é isso, contudo, o que acontece com a classe trabalhadora, principalmente nos países subdesenvolvidos. Para ela, a teoria na prática é outra.

Portanto, para aqueles direitos estabelecidos pela ONU sejam exercidos, é preciso que certas condições sejam garantidas pelo Estado ao trabalhador, colocando à disposição da

⁴⁰ As aspas são da própria autora.

⁴¹ São citados todos os documentos que acompanharam revoluções burguesas assim chamadas pela autora e a Declaração dos Universal dos Direitos do Homem de 1948. da ONU. (p.p. 42)

⁴² Mencionamos no primeiro capítulo desta dissertação como essas variáveis com relação à postura do Estado frente às políticas públicas pode estar presente também num perfil de Estado do Bem- Estar Social.

comunidade equipamentos de uso coletivo e administrando políticas sociais que atendam, no mínimo, às suas necessidades básicas “ p.p. 43

Um subitem deste capítulo vai tratar da extensão dos direitos de cidadania e o ponto de partida para a análise, da autora, é a vida dos habitantes das grandes cidades. Com questões relativas à moradia, saúde, transporte, alimentação e segurança o texto remete o leitor às obrigações que o Estado deve ter para com o cidadão, lembrando que o dinheiro público deve ser investido para garantir aos cidadãos direitos básicos de sobrevivência. A autora afirma que “ Numa sociedade de classes em que só os mais ricos têm acesso às posições mais importantes no poder, os outros necessitam utilizar de certas táticas para garantir o respeito à sua cidadania. Por exemplo, a estratégia de se associar, se organizar e se mobilizar em sindicatos, partidos, entidades diversas e organizações de caráter internacional, lutando para conquistar espaços nos meios de comunicação de massa e na administração pública, e debatendo com a comunidade e as autoridades do governo projetos de lei, planos, políticas sociais prioritárias etc.

Como se pode perceber, o que entendemos hoje por cidadania é algo muito mais amplo do que entendiam nossos pais e avós e, provavelmente, muito mais limitado, esperamos, do que aquilo que ela significará para as futuras gerações.” p.p.46

Aqui caberia uma discussão um pouco mais clara a respeito das impossibilidades de grupos sociais mais pobres terem acesso “ às posições mais importantes no poder “ e qual entendimento de cidadania tinham nossos pais e avós.

A autora lembra ao leitor a Declaração Universal dos Povos de 1976 em Argel que garante a todos os povos os mesmos direitos respeitando-se suas diferenças culturais.⁴³

Outro subitem deste mesmo capítulo vai tratar da marginalização do subcidadão, uma categoria que a autora afirma ser consagrada por

⁴³ Fragmentos deste documento encontram-se na página 44 do livro.

especialistas mas não esclarece o leitor quem são esses especialistas e indica que o seu entendimento dessa categoria se dá pela forma diferenciada que esses indivíduos recebem por parte do Estado.

“ Usaremos também expressões como ‘ subcidadão’ ou ‘ cidadão de segunda classe ‘, já consagradas entre muitos especialistas, quando nos referimos a indivíduos ou parcelas da sociedade que não têm, na prática, seus direitos garantidos e considerados. “ p.p. 47

Afirma ainda que a educação que é dada a essa população é para torná-las pessoas disciplinadas e obedientes.

“ A educação que é dada a essa população, com poucas e honrosas exceções, tem se orientado mais no sentido de transformá-la em pessoas bem disciplinadas, cumpridoras de seus deveres e trabalhadoras eficientes, acomodadas às regras que a sociedade impõe.” p.p. 45.

A autora poderia ter lembrado ao leitor que nem sempre esse tipo de educação tem sucesso porque as pessoas reagem e constroem sua visão de mundo a despeito das imposições de uma educação de caráter autoritário que prevê passividade por parte dos alunos, além disso o professor tem um papel importante, na medida em que, ele pode promover problematizações que façam seus alunos pensarem criticamente a respeito do mundo e da sociedade em que vivem.

A autora atribui as diferenças e contrastes vividos nas grandes cidades a negação e violação dos direitos de muitos e não à opções diferenciadas ou estilos alternativos de ser. Acho uma afirmação complicada até porque ela não esclarece ao leitor em que está baseada para encaminhar a questão desta forma. Se ela fez alguma pesquisa qualitativa ou quantitativa para chegar à essas conclusões.

No final deste capítulo a autora dirige-se diretamente ao leitor dizendo que “ (...) nos limitamos a falar dos direitos de cidadania e pouco ou quase nada a respeito dos deveres. Temos duas razões para isso :

- A primeira é que achamos que deveres são muito mais divulgados e cobrados do que direitos, e nós os conhecemos razoavelmente bem. Se nem sempre agimos no sentido de cumpri-los é por comodismo, revolta ou excesso de individualismo.
- A segunda é por acreditar que, se nos conscientizamos de nossos direitos e nos colocarmos sempre no lugar das outras pessoas (sentindo seus anseios, carências e dificuldades), necessariamente nós as respeitaremos e, se estendermos nossa solidariedade aos mais próximos para toda a humanidade, acabaremos por assumir, em nossa vida diária, atitudes generosas. “ p.p. 47

Há alguns pressupostos nas duas afirmações acima que a meu ver precisariam estar pautadas em algum tipo de referencial teórico ou coleta de dados e mesmo assim passíveis de crítica. Como por exemplo, a afirmação que diz que nem sempre agimos no sentido de cumprirmos nossos deveres por comodismo, revolta ou excesso de individualismo. Pode levar o leitor jovem achar que essas justificativas poderiam respaldar atitudes de desrespeito à cidadania.⁴⁴

Ao tratar das relações entre o cidadão e a moradia nas grandes cidades, a autora traça o perfil daquilo que ela chama de padrão burguês de moradia⁴⁵, indicando como marco cronológico para a definição deste perfil, o fim da escravidão e desenvolvimento da indústria, no Brasil.

“ O lar passou a ser o território íntimo, de domínio exclusivo da família, que abre suas portas e limita o seu convívio apenas aos parentes e amigos mais chegados, e , por meio de várias artimanhas e aparelhos, torna o seu acesso às pessoas estranhas quase impossível. A rua, em compensação, passou a ser vista como ‘ a terra de ninguém, perigosa, que mistura classes, sexos, idades, funções, posições na hierarquia. ‘ (citação do livro de Raquel Rolnik, *O que é cidade*, São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 49 e 50) “ p.p. 50

⁴⁴ Basta que lembremo-nos do índio Pataxó que foi queimado por jovens que justificaram sua atitude como uma brincadeira.

⁴⁵ Este modelo burguês de moradia teria esvaziado o espaço público dos seus significados de convivência e trazido para o espaço privado o domínio familiar no que diz respeito às regras de convivência entre as pessoas.

A autora contrapõe o modelo burguês de moradia, à favela⁴⁶, ao barraco e às condições do “cidadão sem teto” e conclui que :

“ Como se pode observar, o direito à vida, à segurança, ao abrigo, consagrado por constituições e declarações, há tanto tempo, não é ainda garantido para milhões de cidadãos brasileiros. “ p.p. 51

Obedecendo esta mesma linha de raciocínio de que uma minoria usufrui dos direitos de cidadania e que uma maioria da população está excluída desses direitos, a autora vai percorrer as questões relativas à moradia, no Brasil e as lutas e movimentos por um “teto”. Vários movimentos sociais são mencionados, em especial os da década de 90 e os direitos ligados à moradia conquistados pela Constituição são invocados para lembrar ao leitor os avanços que a ocupação do solo recebeu em 1988, entretanto, a autora deixa claro que a concepção capitalista de propriedade ainda é a principal responsável pelas distorções e exclusões de muitos, no que diz respeito, ao direito de morar satisfatoriamente.

“ Embora alguns avanços tenham sido conseguidos, a concepção capitalista de propriedade ainda norteia toda a regulamentação do uso do solo, como demonstra a obrigatoriedade de pagamento de indenização pelo poder público, em caso de expropriação. “ p.p. 69

A autora insere nesta discussão, as dificuldades de locomoção da população que mora nas periferias das grandes cidades para chegar ao seu local de trabalho e as dificuldades que esta população enfrenta para participar da vida social.

“ Além do desgaste físico e emocional e da subtração do tempo que poderia ser dedicado a outras atividades e, no entanto, é consumido em locomoção, morar na periferia significa, também dispor de menos informações e, portanto menos poder de participação na vida social. “p. 80

⁴⁶ A autora chama de antimodelo burguês. Não se discute no livro quem é o burguês ou, a burguesia.

Seria bom lembrar que a população que vive na periferia das grandes cidades cria os seus próprios espaços de lazer e que o centro da vida social pode ser construído nos bairros mais distantes do centro da cidade e que podemos observar que há inclusive um movimento contrário que tem levado muitos jovens de classe média a deslocarem-se dos seus espaços habituais de lazer em direção à periferia, por exemplo para freqüentar os bailes funks.

O texto encaminha-se no sentido de indicar ao leitor que contrastes sociais levam aos confrontos. A década de 70 é indicada como o período de rearticulação dos interesses da sociedade civil em busca de uma sociedade mais democrática. A abertura política, a anistia, mais tarde o Movimento Contra a Carestia e na década de 80 as CEBS, os Sabs demonstram um crescimento dos movimentos sociais de redemocratização da sociedade brasileira.

A autora afirma que a multiplicidade de carências das populações de baixa renda têm provocado uma dificuldade de consenso entre os vários movimentos sociais e que o critério para que o cidadão participe deste ou daquele movimento social está pautado pelas necessidades mais imediatas dos cidadãos. Esta questão inclusive tem sido alvo de muitas discussões daqueles que trabalham com movimentos sociais afirmando sua fragilidade, na medida em que, esses movimentos sociais conseguem o atendimento de suas reivindicações e a partir daí o movimento perderia a sua força de articulação provocando o seu esvaziamento. E a própria autora reconhece essa questão quando afirma no final deste capítulo :

“ À medida , porém, que recuperamos as liberdades democráticas, após o fim da ditadura militar, e os partidos mais ligados aos interesses do povo se fortalecem, parece que os movimentos populares urbanos perderam um pouco de sua força. “ p.p. 93

A discussão sobre a violência traça um panorama geral da violência nas grandes cidades e começa discutindo a questão dos seqüestros e da forma como a mídia privilegia e dá espaço para os seqüestros de pessoas ricas deixando um subtexto para o grande público de que a pobreza teria as suas vantagens no sentido de preservar as pessoas desse tipo de violência urbana. O texto trabalha com algumas estatísticas sobre violência no trânsito, roubos, homicídios, violência contra a criança e as mulheres, e atos de vandalismo praticados pelos “cidadãos mais jovens”. A autora afirma que há uma tendência reforçada pela mídia de que há uma relação direta entre criminalidade e população de baixa renda e que há uma certa tolerância com relação aos crimes praticados contra a economia nacional e contra o cidadão.

“ Em compensação, não são facilmente reconhecíveis como criminosos, ou pelo menos são encarados com maior benevolência e até naturalidade, aqueles que, utilizando como arma principal a corrupção, cometem atos danosos nas altas esferas da sociedade. São os governantes, políticos, empresas e empresários. “ p.p. 99

Na discussão sobre violência a autora aborda uma questão a meu ver interessante, questiona a cordialidade do brasileiro plenamente desmistificada, segundo ela, pelo aumento da violência e criminalidade nos grandes centros urbanos e faz um alerta para uma tendência da sociedade em legitimar o uso da violência para conter o aumento da criminalidade.

“ É possível que essa tendência a encarar a segurança como problema individual, na base do cada um que se defenda como pode, se deva a alguma característica autoritária de nossa sociedade, que só o exercício da democracia vai ajudar a superar.” p.p. 108

Ainda sobre a questão da violência o texto vai tratar da infância e da adolescência nas grandes cidades e mostrar como a infância está cerceada pela violência e impedida de brincar nos espaços públicos . Quando se trata

da população de baixa renda a situação se agrava porque as restrições ficam ainda maiores.

“ É porém, nas camadas sociais mais baixas que a falta de espaço e a inexistência de políticas sociais mais voltadas para a infância e adolescência produzem efeitos mais drásticos, já que elas não podem arcar com as alternativas dos serviços particulares de ensino, esporte, educação artística e lazer. Por isso, a rua é a única coisa que sobra na vida desses garotos e garotas, e o pior é que nem sempre é só para brincar. “ p.p. 111

A autora utiliza um recurso interessante no texto sobre violência, destaca o título de uma reportagem de jornal “ Menor assalta criança em frente do colégio “ p.p. 111 e inicia uma discussão sobre as diferenças que a sociedade tem feito entre criança e menor e os significados pejorativos que a palavra menor tem recebido. E menciona toda a legislação referente à criança e ao adolescente que a partir da década de 80 encaminhou à tutela do Estado questões referentes à essa faixa etária. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 12 de outubro de 1990 é o documento que tem pautado o Estado em sua ação tutelar bem como a criação dos Conselhos Tutelares Municipais, órgão da sociedade civil de defesa da Criança e do Adolescente.

Os últimos capítulos do livro vão tratar da questão da saúde nos grandes centros urbanos. O título de abertura da discussão é significativo para compreendermos a abordagem que a autora pretende - “ *Nossas cidades estão doentes. Os cidadãos também.* “ A partir de uma análise da “ urbanização acelerada e desordem dos últimos 40 anos “ a autora vai traçar os principais problemas da má qualidade de vida nos grandes centros urbanos e os problemas de saúde que essa situação provoca . O texto percorre desde questões relacionadas aos detritos produzidos pelas indústrias, pelo lixo doméstico, ruído provocado pelo trânsito, a ausência de áreas verdes, a má qualidade do ar compondo um universo de análise dos fatores ambientais que afetam

diretamente a saúde dos habitantes das grandes cidades. Até questões que analisam as condições de atendimento nos hospitais da rede pública de saúde.

Eu ressaltaria uma reflexão interessante que a autora faz porque remete o leitor jovem à uma questão que lhe diz respeito diretamente, independente do grupo social a que ele pertence : o consumismo desenfreado e a relação desse consumo com a produção do lixo. A minha experiência como professora tem mostrado que os alunos quando não alertados para a questão se esquecem ou não estabelecem relação entre o consumo e o lixo produzido nas grandes cidades e que isso pode se tornar uma questão de saúde pública, é preciso que a sociedade brasileira repense o destino que quer dar à grande quantidade de lixo produzido nos grandes centros urbanos.

“ A reciclagem do lixo representa uma poupança de recursos naturais, além de maior garantia de saúde para o meio ambiente e a população. De uma tonelada de lixo é possível recuperar em termos de papel e papelão, cerca de 160 quilos de matéria-prima, evitando-se o corte de novas árvores necessárias para produzi-los. É bom lembrar que para cada tonelada de papel são abatidas vinte delas (...)

Já que a tendência, com a crescente urbanização, é produzir cada vez mais lixo, que se pense também cada vez mais em formas de aproveitá-lo em benefício da comunidade que e do meio ambiente, em vez de abandoná-lo em algum lugar como se o problema fosse insolúvel. “ p.p. 125
E eu acrescentaria uma reflexão a respeito do próprio consumo dos adolescentes tentando levantar se tudo aquilo que consumimos é necessário ou se muitas vezes somos levados a consumir coisas que são absolutamente desnecessárias e como podemos controlar uma certa compulsão com relação ao mundo das mercadorias.

A autora menciona a categoria da subcidadania para indicar os problemas relacionados à má qualidade de vida que atinge em especial velhos e crianças, aqueles que têm direitos garantidos pela Constituição mas que não

vêm seus direitos assegurados na prática. O texto não trata somente dos males do corpo mas, em tom de denúncia discute a solidão e o stress gerados pelas grandes aglomerações. Uma gama imensa de questões ligadas à vida nas grandes cidades é mencionada pelo texto como, o consumo de drogas, o alcoolismo e as doenças relacionadas ao mundo do trabalho que deixam milhares de trabalhadores excluídos da possibilidade de uma sobrevivência digna gerando um ônus que o Estado acumula por não adotar uma política preventiva na área de saúde do trabalhador.

“ Por tudo o que vimos até aqui, é impossível não deixar de afirmar que é muito caro o preço que muitas pessoas, em nossos maiores aglomerados urbanos, pagam para que só alguns poucos tenham acesso à maior parte dos benefícios do processo civilizatório. “ p.p. 142

No último capítulo do livro a autora estabelece relação entre qualidade de vida e participação política e afirma que ;

“ Os problemas que estivemos analisando até aqui não são exclusivos das regiões metropolitanas. São conseqüências de estruturas que existem em todo o país e estão relacionadas com a concentração da propriedade, renda e poder nas mãos de poucos, os quais determinam a subordinação política da maioria, que vende sua força de trabalho e vive de salários. “ p.p. 143

Deixa claro ao leitor que a tarefa de estender os direitos e deveres de cidadania a todos não é tarefa fácil e rápida, demanda um processo de conscientização. Faz uma crítica ao modelo de democracia representativa da forma como é exercida no Brasil e cita alguns exemplos de distorções do modelo que, segundo ela, acabaria por não fazer valer a vontade do eleitor. E cita alguns exemplos desse possível distanciamento entre o eleitor e seus representantes e dá alguns exemplos :

- “ Poder econômico de alguns candidatos, o que lhes possibilita destinar mais recursos para a sua campanha.

- Recursos colocados por grupos econômicos poderosos e até pela máquina administrativa do Estado a favor de sua campanha. (...) “ p.p. 144

E propõe o *aperfeiçoamento da democracia* salientando o papel da sociedade civil articulada como a grande responsável pela conquista da *verdadeira cidadania*. Uma sociedade civil com todas as organizações possíveis de moradores, profissionais, grupos étnicos ou religiosos, e outros. À sociedade civil articulada nos seus mais amplos segmentos juntem-se os instrumentos jurídico-constitucionais capazes de fazer valer a vontade da maioria entre eles, os referendos populares, denúncia de irregularidades, apresentação de projetos de lei para as câmaras legislativas, mandado de segurança, ações populares e etc..

“ Não basta, porém, que essas novas possibilidades de participação política tenham sido abertas aos cidadãos. É preciso que eles tenham conhecimento disso e desejem realmente participar. Essa é uma questão ligada à democratização da educação e dos meios de comunicação de massa e, portanto, outras conquistas a serem alcançadas. “ p.p.148

Nas considerações finais a autora faz severas críticas aos meios de comunicação por seu papel de “ desestimulador de engajamentos políticos que representem perigo para a manutenção da atual ordem social, omitindo a existência e o trabalho de grupos organizados, minimizando suas vitórias, supervalorizando suas derrotas, ridicularizando-os ou até mesmo apresentando-os como perigosos para a ordem e a tranquilidade da nação “ p.p. 149 E apresenta ao leitor algumas possibilidades que os cidadãos teriam de interferir na qualidade das notícias e das informações veiculadas pela mídia. Como por exemplo ter maior controle sobre as concessões dos canais de rádio e televisão entre as possíveis ações dos cidadãos nesta questão. Aborda também a necessidade de democratizar a educação porque para ela, cidadania se aprende na Escola e eu acrescentaria não só na Escola mas, ela pode ser

um espaço do exercício e construção da cidadania que certamente não se esgota aí.

“ O que se aprende e como se ensina, o tipo de relações estabelecidas entre as pessoas envolvidas no processo educacional e a possibilidade de todos os interessados interferirem no planejamento de suas atividades, na priorização de objetivos, nos critérios de avaliação, na escolha dos livros que serão adotados, nos programas de recuperação etc. são dados fundamentais na preparação da criança e do adolescente para que amem e defendam a democracia, sabendo interferir positivamente na realidade da qual participam, de modo a garantir a qualidade de vida que desejam não só para si mesmos, mas também para as outras gerações que virão. “ p.p. 150

Afirmar no início da análise deste livro que ele seria melhor indicado para alunos de segundo grau pela complexidade da análise que a autora desenvolve ao longo do livro exigindo que o aluno tenha condições de estabelecer relação entre vários tempos históricos e que domine um quadro conceitual mínimo para entender a relação entre capital e trabalho. As possíveis tensões de um modelo de desenvolvimento capitalista que opõe burguesia e proletariado e que em nenhum momento do livro a autora preocupou-se em esclarecer teoricamente para o leitor. O trabalho deste livro, específico para alunos de primeiro grau, exige que o aluno tenha um grau de abstração que os especialistas da área afirmam estar em curso até o final do primeiro grau e que deve ser aprofundado ao longo do segundo grau. Nada impede, entretanto, que o professor selecione alguns capítulos ou partes do livro para serem trabalhados com seus alunos proporcionando um processo de investigação que possibilite ao aluno superar as dificuldades que ele teria com a enorme quantidade de informações e reflexões que o texto oferece.

II - O PAPEL DAS ILUSTRAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO TEXTO . ARTICULAÇÕES ENTRE AS ILUSTRAÇÕES E O TEXTO. TEXTOS EM DESTAQUE AO LONGO DO LIVRO.⁴⁷

Todos os capítulos do livro têm pelo menos uma reprodução de fotos de jornais ou revistas e sempre que elas aparecem a autora preocupa-se em referir-se a elas no texto ou em alguns casos, escreve a sua própria legenda para as fotos articulada com o que estava discutindo no texto ou vai começar a analisar.

No caso deste livro há tabelas, dados estatísticos, mapas sempre contextualizados com o tema dos capítulos e as informações oferecidas são incorporados ao texto, os dados comentados e os mapas exemplificam a situação geográfica das áreas metropolitanas, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro⁴⁸. A autora não deixa em nenhum momento do livro que as informações fiquem aleatórias no conjunto de seus argumentos.

Há uma quantidade grande de textos em destaque, ao longo do livro, desde reportagens de jornais e revistas passando por depoimentos de pessoas chegando nas grandes cidades e relatando suas experiências, até depoimentos por exemplo de Rivelino jogador de futebol sobre a sua infância na cidade de São Paulo e as brincadeiras de rua. Esses textos muitas vezes abrem os capítulos mas isto não é uma regra e a autora utiliza de forma criativa, a meu ver, o recurso dos textos complementares porque os coloca de forma extremamente articulada com o desenvolvimento de seus argumentos. Ela não

⁴⁷ Retomei aqui a questão das ilustrações acrescido da observação dos textos complementares que aparecem com frequência ao longo dos textos.

⁴⁸ O destaque maior é para São Paulo e Rio de Janeiro. Belo Horizonte foi poucas vezes mencionada e Curitiba entrou como exemplo de grande centro urbano preocupado com melhoria da qualidade de vida.

deixa de tecer um comentário sobre todos os fragmentos de textos que selecionou.

III - PROPOSTAS DE ATIVIDADES :

O *Suplemento de Trabalho* tem vinte propostas de atividades, sete delas são testes de múltipla escolha ou para que o aluno assinale com C ou E, três propostas solicitam que o aluno ordene cronologicamente documentos ou fatos históricos mencionados no texto. Outras sete questões exigem do aluno que ele retome partes do texto para resumir, citar e identificar questões abordadas pelo texto. Duas questões exigem que o próprio aluno faça uma reflexão. Uma delas solicita que o aluno explique uma afirmação e a outra pede que ele justifique uma afirmação de Celso Furtado em 1964 .

As propostas de atividades estão diretamente ligadas ao universo de reflexão do próprio livro com exceção de um último item do conjunto de propostas denominado *Temas para Debate* que merece atenção do professor. São dois os temas propostos : *Como atingir uma democracia real ?* e *Melhorar de vida ou melhorar a vida ?*

A última proposta me parece interessante porque pode estimular o aluno a ir além do universo do livro tendo como referência um conjunto de idéias e dados que permita a ele um exercício mais particular de reflexão e que exija dele um certo posicionamento frente à questão proposta. A primeira precisa ser trabalhada com cuidado porque o aluno pode perguntar-se se a democracia real não seria aquela que ele vivencia. Talvez a autora esteja querendo dizer uma democracia de fato? Certamente esse tipo de questão nos faz pensar que ela pensa em uma democracia ideal que deva ser atingida. A segunda pode resultar em um debate instigante entre os alunos permitindo que

possam buscar em outras fontes ou em suas próprias experiências de vida inspiração para a discussão do tema.

*ÉTICA E CIDADANIA*⁴⁹ - Herbert de Souza e Carla Rodrigues - Editora Moderna, 1995.

Apresentação

1. Ética
2. Política e poder
3. Brasil, país de contradições (I)
4. Brasil, país de contradições (II)
5. A volta do irmão do Henfil
6. Impeachment, cai um presidente
7. Por que contra a fome
8. O perfil de Betinho

A. ASPECTOS EDITORIAIS :

I - INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR OU AUTORES:

As informações sobre os autores vêm logo após a folha de rosto no alto da página. Em primeiro lugar dados sobre o sociólogo Herbert de Souza o entrevistado deste livro e em seguida dados sobre a jornalista organizadora do volume, Carla Rodrigues. Em comum os dois têm o trabalho desenvolvido junto ao Ibase⁵⁰ e ao Movimento Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. Além disso o último capítulo do livro é todo dedicado à informações biográficas sobre Herbert de Souza.

Como este livro envolve também a participação de quatro estudantes com idades que variam dos catorze aos dezenove anos, informações sobre seus nomes e respectivas idades encontram-se na *Apresentação* do livro. Não

⁴⁹ Cada um dos capítulos têm subitens. Verificar em Anexo cópias dos Índices de todos os livros que serão analisados

⁵⁰ Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais.

fica claro para o leitor como foi feita a seleção destes alunos e nem à qual Estado eles pertencem e nem suas respectivas Escolas de origem.

Há ainda agradecimentos à equipe do Ibase de apoio à Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida que segundo Carla Rodrigues colaborou de forma significativa para o desenvolvimento do livro.

II - OBSERVAÇÕES SOBRE A CAPA E RELAÇÃO ENTRE A CAPA E O TÍTULO DO LIVRO:

Esta capa é muito significativa na composição deste livro até porque ela foi criada por Elifas Andreato conhecido pelo público pelas capas famosas que fez de vários discos dentre eles os de Elis Regina. O artista utilizou um perfil de rosto em preto que não ocupa todo o espaço da folha deixando aparecer a folha de rosto branca. Na mesma direção da boca que permanece aberta aparecem as letras finais em vermelho da palavra Cidadania que compõe com o rosto preto, que traz em letras amarelas a palavra Ética, o título do livro. O nome dos dois autores fica em letras brancas colocadas na parte superior e inferior da palavra Ética .

A folha de rosto branca também deixa em destaque no canto superior o logotipo da Coleção Polêmica e embaixo o logotipo da Editora Moderna.

A contracapa mantém a cor preta só que ocupa todo o espaço da folha e traz informações e o logotipo do movimento Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, as iniciais do Ibase, um pequeno texto que informa ao leitor que o livro é um projeto conjunto da Editora Moderna com os dois “ órgãos “ mencionados. O título Ética e Cidadania em vermelho vem acompanhado das seguintes frases em branco “ A fome é um crime ético. Democracia e miséria são incompatíveis. “ O logotipo da Editora também compõe a disposição gráfica desta contracapa.

Espero com a descrição dos recursos utilizados para a organização desta capa e das informações que ela oferece deixar claro que o professor pode utilizar esse material como um canal de pesquisa e observação importante para o aluno. E quem sabe a partir das observações iniciais desta capa os alunos possam interessar-se em ampliar as informações sobre os comitês de Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida e até informar-se melhor sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Ibase.⁵¹

III - ILUSTRAÇÕES, DESENHOS, MAPAS E FOTOS; SEU USO E DISTRIBUIÇÃO AO LONGO DO TEXTO:

Os capítulos abrem com uma ilustração, geralmente, um desenho ou uma colagem e os créditos estão mencionados no início do livro juntamente com outras informações de caráter editorial do livro. As ilustrações são fruto do trabalho de três pessoas. Elas não ocupam um papel muito significativo com relação aos textos e ao que parece tem mesmo a função de abrir os capítulos e chamar atenção para o tema que será discutido em cada um dos capítulos.

Vale a pena chamar a atenção para um outro tipo de ilustração que é uma espécie de desenho do rosto de Herbert de Souza, o “Betinho” que marca a entrada de artigos jornalísticos assinados por ele, em jornais do Brasil e do Mundo.

IV - EXISTÊNCIA DE GLOSSÁRIO E DE QUESTÕES DE LÍNGUA SUPLEMENTARES:

Todas as vezes que os autores utilizaram-se de informações complementares a fonte foi citada em forma de nota de rodapé na própria

⁵¹ Há informações mais detalhadas sobre o movimento Ação pela Cidadania(...) no capítulo *Por que contra o fome*.

página em que o texto foi inserido. As músicas que são utilizadas ao longo do texto seguem o mesmo padrão, seus autores são citados logo na sequência de reprodução das letras.

Nas três últimas páginas do livro há *Sugestões de Leitura*, ao todo são onze livros indicados com um pequeno resumo da obra. De qualquer forma não são indicadores de fonte de pesquisa que os autores usaram como referência para construir o livro. O padrão do item *Sugestões de Leitura* é seguido pela Editora Moderna e está presente em outros volumes da mesma coleção analisados por esta pesquisa.

B. QUANTO ÀS NOÇÕES DE CIDADANIA:

I - REALIZAÇÃO DE CIDADANIA POSITIVA DE JEJEM ENCONTRADAS AO LONGO DO TEXTO:

A *Apresentação* deste livro escrita por Carla Rodrigues expõe a preocupação em tornar o livro algo mais que reproduzir uma entrevista com “Betinho” sobre o tema . Para isso foram convidados quatro estudantes que além de entrevistar “Betinho” deram sugestões, como por exemplo, o fechamento ou abertura dos capítulos com músicas.

“ Estava lançado o desafio : um livro sobre ética na política com o Betinho. (...)

Para facilitar a leitura e demonstrar que este volume resulta do trabalho de um grupo, não é feita a identificação dos autores das perguntas. E, nas respostas, tentamos preservar ao máximo a informalidade dos encontros e o discurso de Betinho. Queremos que, ao ler este livro, vocês experimentem o mesmo prazer que nós sentimos ao fazê-lo. “p.p.11

O texto está organizado de tal forma que os títulos dos capítulos são o mote para o desenvolvimento das entrevistas . Os capítulos sempre terminam com a reprodução de matérias de cunho jornalístico que Herbert de Souza

escreveu. São no total nove artigos correspondendo aos oito capítulos do livro.⁵²

O primeiro capítulo *Ética* inicia-se com a reprodução de dois verbetes tirados do Dicionário Aurélio: ética e política. E prossegue com perguntas para “Betinho”⁵³ sobre o que ele entende por ética. As respostas encaminham-se para uma visão de ética com caráter universal invocando princípios cristãos e informando ao leitor que o primeiro código de ética da história são os dez mandamentos.

“ Acho que essa é a definição mais simples : um conjunto de valores, de princípios universais, que regem as relações das pessoas. O primeiro código de ética de que se tem notícia, principalmente para quem possui formação católica cristã, são os dez mandamentos. “p.p.13

Uma questão que pode se colocar para o texto é a seguinte : e para quem não é cristão não há códigos de ética possíveis ? O recorte histórico que o autor escolhe elimina outros códigos de conduta que são simultâneos ao próprio cristianismo e não menciona o caráter de assimilação do cristianismo em relação à tradição judaico-cristã da qual ele é herdeiro e a sua convivência com o Código de Direito Romano. O autor também super valoriza o cristianismo como fundador da civilização ocidental e cristã

⁵² Vou indicar o título dos artigos e as datas de publicação na ordem apresentada pelos capítulos : *O Poder Transformador da Cultura* - Folha de São Paulo (20 de set. de 1993) ; *A Alma da Fome é Política* - Jornal do Brasil (12 de set. de 1993) ; *O Pão Nosso* - Veja 25 Anos - reflexões para o futuro / Editora Abril (sem referência de data de publicação) ; *O que está errado ?* - Folha de São Paulo (3 de set. de 1993) ; *Pela Ética no Trabalho* - Estado de São Paulo (11 de março de 1994) ; *O Golpe*- Folha de São Paulo (1º de abril de 1994) ; *Finalmente* - Jornal do Brasil (30 de set. de 1992) ; *A Resposta da Sociedade* - trecho do artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* (sem referência de data de publicação) ; *O Dia da Cura* - Jornal do Brasil (30 de jan. de 1992).

⁵³ Estou tomando a liberdade de chamar Herbert de Souza de “Betinho” porque é assim que ele é chamado o tempo todo no livro. Gostaria de mencionar que este é o único capítulo que não tem uma música de “abertura”.

retirando a historicidade⁵⁴ possível de ser trabalhada com esta expressão civilização ocidental.

A entrevista prossegue diferenciando ética de moral e de moralismo e afirma o caráter mais universal da ética em detrimento de uma moral mais restrita e circunscrita em períodos que o leitor tem que inferir serem períodos cronológicos, porque o autor não deixa isso claro. Quando vai explicar moralismo utiliza a comparação entre sociedade e organismo humano⁵⁵ indicando que o moralismo “é a doença da ética”. “ Trata-se de uma manifestação doentia de alguma coisa que perde o seu verdadeiro sentido.” p.p.13

Para o autor a racionalidade é responsável pela legitimidade da ética e é através dela que as sociedades podem tomar atitudes éticas ou antiéticas. E passa a utilizar-se de exemplos da sociedade brasileira para indicar esse processo de legitimidade ou não da ética. Casos como o *Impeachment* do presidente Collor e o Movimento pela Ética na Política indicariam para “ Betinho” uma rearticulação da sociedade brasileira em torno daquilo que ele chama de “ fome de ética”.

As dificuldades enfrentadas por um movimento na sociedade brasileira em torno da ética está relacionada com um papel que ele atribui inadequado, da mídia, que faz a banalização da violência e que acaba ocupando um espaço significativo na Educação de nossas crianças e jovens. Ele reconhece que a Escola e as famílias têm um papel importante na orientação dos jovens mas, afirma que o espaço ocupado pela televisão é ainda um espaço sem

⁵⁴ E neste sentido limita uma reflexão mais aprofundada da concepção de cultura ocidental e sua diversidade ao longo da história. Além disso o autor não localiza historicamente a Antiguidade Clássica e a Idade Média Ocidental como engendradoras da concepção de “civilização ocidental”. E as atrocidades cometidas pela Igreja Católica Medieval. não é possível tratar a questão sem dar um amparo histórico para o tema.

⁵⁵ Já chamei atenção para este tipo de metáfora na análise do livro de Gilberto Dimenstein - *o Cidadão de Papel*.

controle, por parte da sociedade. Precisariamos, segundo ele, encontrar caminhos que levassem a um controle dos meios de comunicação, em especial a televisão, sem transformá-los em censura. Ressalta as tevês educativas, como uma saída possível para a melhoria da qualidade dos programas e diz que se a televisão estivesse a serviço da criatividade e comprometida com valores éticos poderíamos mudar o Brasil em pouquíssimo tempo.

A entrevista termina e o artigo que se segue vai enfatizar o papel da cultura como mecanismo de transformação da sociedade. O relato é de um Show no qual vários artistas estariam engajados numa proposta de acabar com a fome através da arte. Não é explícito no artigo quem são as pessoas envolvidas e porque o espetáculo foi realizado e quem foram os organizadores. Com o passar do tempo esses artigos vão requerer por parte do professor uma contextualização para que os alunos possam compreender o universo no qual eles foram escritos.

O segundo capítulo *Política e Poder* inicia-se com a música *Brasil*, de Cazusa e o autor vai trabalhar com as diferenças de concepção entre política e domínio e como essas questões vão ser tratadas no Brasil. Nesta discussão sobre poder e dominação discute-se o poder democrático no Brasil suas limitações e possibilidades e aponta-se como um dos problemas para a definição de uma relação democrática, a centralização e descentralização do poder político e princípios cristãos são utilizados como referencial de análise:

“ O maior teste para a ética é a relação de poder. A ética deve ser mais forte que o poder, os princípios éticos precisam estar acima das manifestações de poder. a sociedade ideal sempre se guia pelos valores da ética. a felicidade humana se produz pela ética, e não pela política. A ética é reino do Bem.” p.p.21

Quando o autor está discutindo as relações de dominação neste país ele refere-se à história como responsável pela miséria que assola o Brasil desde muito tempo e na minha opinião reduz uma complexidade de situações históricas e sociais a um encaminhamento simplista da realidade.

“ Acredito que há tanta miséria e poder no Brasil porque a imensa maioria da população não tem consciência dessa dominação ou não exerce essa consciência . Aqui, não se exige ser tratado como igual, e não como dominado⁵⁶. E isso resulta da nossa história, uma história marcada pela casa-grande e pela senzala, pelo senhor e pelo escravo. O senhor virou empresário, dono do poder, e o escravo virou trabalhador, campesino, negro, mulher. “ p.p.21

O autor introduz ainda neste capítulo a questão da cidadania como um conceito amplo ligado à política. e define o que é ser cidadão:

“ O cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida. Um cidadão com um sentimento ético forte e consciência da cidadania não deixa passar nada, não abre mão desse poder de participação. “ p.p.22 O autor desenvolve a *noção* de cidadania ativa e novamente vai lançar mão da consciência como articuladora desta noção . Não deixa claro, entretanto, para o leitor o que ele entende por consciência e como o cidadão pode adquiri-la.⁵⁷

Não posso deixar de salientar que o autor posiciona-se muitas vezes ao longo do texto e os exemplos são inúmeros. No caso específico deste capítulo ele se diz pessoalmente a favor de um poder democrático porque seria um poder sem domínio.⁵⁸

⁵⁶ Esta frase em minha opinião está mal formulada. o trecho ficou confuso. As afirmações neste caso são muito generalizantes é preciso tomar cuidado ao analisar com os alunos para que não fica uma idéia determinista de história e relações sociais.

⁵⁷ Só neste capítulo que tem quatro páginas o autor utiliza a noção de consciência. cinco vezes.

⁵⁸ Precisaríamos ter mais clareza sobre essa noção de democracia do autor. na medida em que. do modo mais simplista de encará-la poderíamos dizer que no mínimo haveria nos regimes democráticos a imposição da vontade de uma maioria sobre uma minoria e sabemos bem que na prática muitas vezes.

O capítulo fecha com um artigo sobre a miséria e a afirmação central está no próprio título : *A Alma da Fome é Política*. O autor utiliza dados estatísticos sobre a quantidade de pessoas excluídas, no Brasil, de qualquer direito porque simplesmente não tem o básico para a sua sobrevivência. A saída para esta situação é a solidariedade e conclama a todos a se sensibilizarem com a miséria e partirem para a ação a fim de estancar esse mal.

“ (...) Se a exclusão produziu a miséria, a solidariedade destruirá a produção da miséria, produzirá a cidadania plena, geral e irrestrita. Democrática. “ p.p.25

É um artigo extremamente otimista que parte da experiência do Movimento da Ação da Cidadania e que segundo “ Betinho “ está trazendo uma força de mudança no ar.

“ Quando o Movimento da Ação da Cidadania começou, ninguém esperava que fosse capaz de andar tão rápido, de se expandir com tanta força, de tocar tantas e tão diferentes pessoas, de encher auditórios e de se espalhar por todos os cantos do país. Há uma tremenda força de mudança no ar, na terra. Há um movimento poderoso, tecendo a novidade através de milhares de gestos de encontro. Há fome de humanidade entre nós, por sorte ou por virtude de um povo que ainda é capaz de sentir, de mudar e de impedir que se consume o desastre, o suicídio social de um país chamado Brasil. “ p.p.25.

Os dois capítulos seguintes são versões do mesmo título : *Brasil, País de Contradições I e II*. As músicas que abrem cada um deles são respectivamente *Haiti*, de Caetano Veloso e *Apesar de Você*, de Chico Buarque. Estes dois artigos talvez sejam os dois mais interessantes do livro porque esclarecem e colocam em pauta algumas distinções⁵⁹ raramente trabalhadas nos livros que analisei. São elas: distinção entre diferença e

mesmo em regimes democráticos a vontade de uma minoria tem prevalecido sobre a maioria até porque para participar do jogo democrático é preciso estar inserido no mundo do trabalho e ser eleitor.

⁵⁹ Essas distinções aparecem como parte do discurso de outros autores que não tiveram entretanto a preocupação de discutir um pouco melhor essas diferenças.

desigualdade; distinção entre público e estatal e entre a esfera pública e privada.

O capítulo *II* do mesmo título estabelece relação entre o modelo econômico imposto pelo regime militar e responsabiliza esse modelo pelo aumento da miséria no país . Ainda neste segundo capítulo faz uma relação das grandes obras projetadas neste período da história do Brasil e informa se elas foram concluídas ou não e quanto dinheiro foi investido ou conseguido com empréstimos externos para a sua realização.

Para discutir as questões acima mencionadas o autor vai recorrer à definições de caráter mais teórico e depois tentar exemplificar com situações específicas do caso brasileiro. Por exemplo para distinguir diferença e desigualdade vai discutir a situação dos negros no Brasil, de tradição escravocrata e que finge não ser um país racista. Para distinguir a esfera pública da estatal vai utilizar-se da questão da privatização.⁶⁰

O argumento chave do Capítulo *I* é dizer que a revolução cultural é o canal possível de resolver essas contradições vivenciadas no Brasil e o autor deixa clara a sua posição articulando a revolução cultural com um compromisso ético da sociedade a fim de superar suas próprias contradições.

“ O Brasil tem condições de fazer uma revolução cultural e de modificar a percepção que tem de si, alterando suas práticas, suas atitudes. O que decide o destino de um país é sua cultura. Não é sua economia, nem sua tecnologia, nem sua política. O que define o futuro de um país são suas propostas de humanidade⁶¹ . Voltamos, portanto, para a ética. Quais são as propostas éticas de uma sociedade? Por que o Brasil é tão triste ? Porque a pobreza, do ponto de vista ético, é triste.

⁶⁰ Neste capítulo o autor vai fazer um breve balanço das experiências da esquerda ao longo da história, afirmando que ela não soube lidar com a questão da liberdade e da livre expressão em países socialistas.

“ Eu vejo a derrota do socialismo como o resultado de sua incapacidade de conciliar dois princípios fundamentais : igualdade e liberdade. ” p.p.28 É importante mencionar que na discussão sobre privatização “ Betinho ” vai referir-se à esquerda e não vai se incluir como parte desta mesma esquerda.

⁶¹ Que não envolveriam também a esfera política e econômica ? Como separar essas esferas ?

a fome é um crime ético. A fome é inadmissível. Se conseguirmos pensar sob essa ótica, muda tudo : a nossa análise, a nossa avaliação das questões e também as nossas propostas. “ p.p.28

Os artigos que fecham este Capítulo I são uma espécie de balanço do socialismo⁶² no mundo e uma reflexão sobre o atual estágio das relações de mercado⁶³. Através da história política de “Betinho” que se diz parte da esquerda cristã e que foi aos poucos percebendo que os interesses da esquerda foram ao longo do tempo transferindo-se da ética para as ideologias, o autor vai construindo sua argumentação. Afirma mais adiante que ser de esquerda hoje é ter pressa de chegar ao futuro.

A revolução social é descartada porque ele acha que ela será reprimida pela polícia e forças armadas. E que a energia da sociedade tem mesmo que ser canalizada para os movimentos sociais que vão de baixo para cima empurrando mudanças da sociedade em direção ao Estado. O questionamento que o autor faz dos modelos político-econômicos em vigor no mundo, hoje aponta suas contribuições para o aumento da miséria e exclusão de muitos, mas, quando ele vai apontar as possíveis saídas parece que se esquece das contradições estruturais geradas pelo próprio capitalismo, seja em sua versão neoliberal ou não.

“Betinho” afirma que sua crença atual reside no combate à miséria e à fome e vê no *Movimento pela Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida* o espaço privilegiado de atuação de todas as classes sociais, crenças, políticos e sociedade civil para um objetivo comum: extirpar a miserabilidade

⁶² Embora afirme que o “Balanço histórico do socialismo ainda não foi feito e certamente não é uma tarefa fácil.” p.p.34

⁶³ “O capitalismo e suas variadas ideologias (livre iniciativa, mercado livre, estado do bem-estar social, liberalismo, social-democracia, neoliberalismo) fracassaram.” p.p. 35 O autor refere-se várias vezes à noção de ideologia mas, não esclarece ao leitor, qual a sua concepção de ideologia.

neste país. O último parágrafo de um dos artigos⁶⁴ é significativo para que se entenda o tom da fala de “Betinho” :

“ Quando eu era cristão e queria lutar contra a miséria, meu dia começava com um pão-nosso. Tinha fome de divindade. Hoje, ainda luto contra a miséria, mas meu dia começa com um pão-nosso. Tenho fome de humanidade. “⁶⁵

O artigo que completa o conjunto de discussões sobre as contradições no Brasil remete o leitor à segunda fase da Campanha iniciada por “Betinho” e tantas vezes mencionada nesta análise, aquela que vai sensibilizar a sociedade para a geração de novos empregos para terminar de uma vez, segundo ele, com a fome e a miséria. a questão da ética é pensada agora como integrante de uma mobilização de todos, Estado e sociedade civil para a geração de novos empregos.⁶⁶

Os capítulos cinco e seis serão tratados conjuntamente porque em meu entender, assim como os dois anteriores, apresentam uma unidade temática. Lembrando que os títulos são : *A Volta do Irmão do Henfil e Impeachment, Cai um Presidente*. As duas músicas respectivas são *Vai Passar* de Chico Buarque e *Alegria, Alegria* de Caetano Veloso.

Os textos dos dois capítulos estão articulados de tal forma que episódios da vida política de “ Betinho “ se confundem com a própria história do Brasil, estratégia já utilizada anteriormente par a elaboração de perguntas e respostas. Os episódios selecionados são a anistia e depois o Impeachment de Collor. A *noção* de cidadania é trabalhada um pouco melhor nestes capítulos e fica clara uma concepção ligada aos direitos políticos e de participação dos cidadãos.

⁶⁴ Trata-se do *Pão Nosso* e o parágrafo em questão está na p.p.34.

⁶⁵ Aqui há uma afirmação dúbia. o autor deixou de ser cristão ?

⁶⁶ O autor se esquece que uma proposta muito clara do projeto neoliberal é contar com a possibilidade de redução de empregos como meta reguladora do mercado.

“ Sim, a anistia tinha esse sentido. ⁶⁷ A questão não era só trazer os 10 mil brasileiros que estavam fora. Tratava-se de recuperar o direito de cidadania, porque isso representava uma outra forma de matar o golpe. O golpe cassou a cidadania. Mas quando veio a anistia, quando o governo militar precisou concordar com ela porque não havia outro jeito, tanto as pessoas conquistaram a sua cidadania como o Estado perdeu a capacidade de cassá-la. Foi como se a ditadura perdesse os dentes, os caninos. “ p.p.45

Uma outra questão aqui desenvolvida é a maneira como o cidadão adquire consciência política e o autor dá aos meios de comunicação um papel importante nesta tarefa de informar o cidadão para que adquira a sua consciência política. Afirma também que só o exercício do voto pode levar os cidadãos a exercerem seus direitos de cidadania.

O Impeachment do ex-presidente Collor foi na análise de “Betinho” uma revelação de que as coisas estão mudando e que o Brasil está redescobrendo o caminho que o levaria para a plena cidadania. Novamente o papel da cultura é ressaltado e neste caso é a música popular brasileira que ganha espaço como componente importante para a formação política dos jovens.

Um dos artigos que fecha os capítulos relata o Golpe de 64 e é o título do artigo, e o outro, cujo título é *Finalmente*, discute o alívio sentido pela sociedade brasileira com a saída do presidente Collor do poder.

“É possível, a partir de agora, prever um novo Estado e um novo Brasil. É possível afirmar que descobrimos, com muito sacrifício e luta, o caminho das pedras, o caminho da democracia. Acabou o império do PC. A lei maior, a da Constituição, está escrita e começa a ser praticada. Com ela chegaremos à democracia, sem Collor e sua tropa de choque ou do crime organizado. “ p.p.55

⁶⁷ O sentido de ser uma recuperação da cidadania. esta é a pergunta para “Betinho”.

O sétimo capítulo, *Por que Contra a Fome*, que abre com a música *Comida* de Arnaldo Antunes vai percorrer a história do Movimento A Ação da Cidadania que nasceu do Movimento pela Ética na Política. O autor afirma que a idéia inicial era a de não deixar morrer uma força que deu mostras de sua vitalidade como *Impeachment* de Collor e que poderia ser canalizada para combater a fome. Na avaliação de “Betinho” o grande mérito do movimento é seu caráter descentralizado que permite que os comitês ligados ao Movimento se organizem sem burocracia e nos moldes que os grupos envolvidos acreditem ser a melhor. Lembra também o Estado vai tentar aliar-se ao movimento criando o Conselho Nacional de Segurança alimentar (CONSEA) e cuja presidência oferecida pelo ex-presidente Itamar Franco a “Betinho” foi recusada.

Há dois artigos ao final do capítulo *Carta Aberta aos Cidadãos Cariocas e Resposta da Sociedade* que convocam a sociedade à participar dos Comitês da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida que retomam as questões já trabalhadas pela entrevista concedida neste capítulo. Talvez a única coisa “nova” a ser ressaltada pelos artigos é que a mídia é redimida de seu papel nefasto de banalizadora da violência e da fome porque aderiu ao movimento abrindo espaço em seus noticiários e veiculando comerciais que sensibilizaram as pessoas para a questão da fome e miséria divulgando o Movimento.

O oitavo e último capítulo do livro, como já mencionei anteriormente oferece ao leitor dados de caráter biográfico faz um perfil do autor⁶⁸ como o próprio título do capítulo indica e é o único que não segue a regra geral de organização do livro baseada em perguntas e respostas. É um texto corrido

⁶⁸ Este capítulo foi escrito em terceira pessoa do singular e é o único em que o autor não tem fala própria.

que não foi escrito em primeira pessoa. Acompanha este capítulo um dos artigos mais conhecidos de Betinho publicado na mídia : *O Dia da Cura* em que ele mistura ficção e realidade e deixa claro o seu desejo com relação ao sucesso das pesquisas que levem à cura da AIDS . O autor permite que o leitor entre em contato com uma outra face do sociólogo que por ser hemofílico e ter se submetido à várias transfusões de sangue contaminou-se com o vírus da AIDS e tem se mostrado resistente na luta de convivência com a doença.

II - O PAPEL DAS ILUSTRAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO TEXTO . ARTICULAÇÕES ENTRE AS ILUSTRAÇÕES E O TEXTO. TEXTOS EM DESTAQUE AO LONGO DO LIVRO:

Como já mencionei anteriormente, as ilustrações não têm um papel de destaque com relação à composição do texto. Quanto aos textos complementares, que neste caso são textos jornalísticos, há de se acrescentar que são por si só motivo para que o professor discuta outros temas pertinentes à questão da ética e da cidadania. Talvez os autores pudessem ter se lembrado de colocar outros autores e jornalistas que compartilhassem do eixo central de discussão do livro, para que os alunos percebessem uma diversidade de abordagens com relação ao mesmo tema. Desta forma o livro estaria oferecendo a oportunidade ao aluno de aperfeiçoar sua leitura e escrita.

As músicas também “funcionam” como uma espécie de textos complementares embora não haja nenhum comentário explícito sobre elas ao longo das entrevistas elas foram selecionadas para estarem articuladas com o eixo de cada um dos capítulos. São músicas bastante conhecidas do grande público e facilmente encontradas e que poderiam ser trazidas para as aulas

antes ou depois da discussão dos textos. Podendo encaminhar outras discussão e sobre os mesmos temas.

III - PROPOSTAS DE ATIVIDADES :

Acompanha o livro um encarte assinado por Herbert de Souza especialmente dirigido ao professor explicando os propósitos do livro e valorizando o papel da escola e do Professor na reconstrução da Cidadania no Brasil.

“ A escola constitui o espaço da cidadania, do aprendizado e, portanto, o espaço da mudança. *Ética e cidadania* pode servir de matéria-prima para um sem-número de debates em sala de aula, mas o livro é, principalmente, um instrumento de conscientização do poder do cidadão e do poder da sociedade que, forte e mobilizada, tem de ser capaz de determinar o Estado que deseja”

Como é praxe da Editora Moderna acompanha os livros paradidáticos um encarte chamado *Suplemento de Trabalho*. Neste caso são dezessete exercícios distribuídos entre questões subjetivas relativas à algumas das músicas ou trechos retirados do próprio livro, testes, preenchimento de lacunas, completar com V ou F, análise de trechos da Constituição, propostas de temas de redação e trabalhos em grupo também temáticos.

Quando as questões são mais analíticas e o aluno pode posicionar-se frente à sua leitura do texto e articular com a sua experiência pessoal, como é o caso das questões sobre programas de televisão, acredito que o professor possa tirar proveito do *Suplemento de Trabalho*. Pessoalmente eu prefiro não trabalhar com questões testes, lacunas e completar com V ou F porque acabam por não problematizar os temas e neste caso específico são os exercícios menos criativos. Considero as questões sobre a televisão no Brasil muito interessantes até porque o autor ressalta bastante ao longo do livro, a cultura e a mídia como um pólo irradiador de formação do cidadão e da

cidadania e neste aspecto está articulado diretamente com o argumento chave do sociólogo Herbert de Souza.

Eu sempre fico com a sensação que os exercícios não foram elaborados pelos autores dos paradidáticos; deve haver algum setor nas Editoras encarregado de elaborar os *Suplementos de Trabalho* porque eles seguem um certo padrão nas opções de exercícios, como o que eu descrevi no terceiro parágrafo deste item.

DIREITOS DE CIDADANIA⁶⁹ - Paulo Martinez. Editora Scipione, São Paulo, 1996. Série Ponto de Apoio..

Introdução

1. O cidadão “ iluminado “
2. O processo decisório de participação
3. Os direitos que a vida nega
4. Os direitos humanos em risco
5. Alguns casos de baixa cidadania no Brasil
6. Considerações finais
7. Sugestões de leitura

A - ASPECTOS EDITORIAIS :

I - INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR OU AUTORES :

Não há nenhuma informação sobre o autor exceto , um outro livro seu mencionado nas leituras complementares : MARTINEZ, Paulo. *Constituição - legalidade versus realidade*. São Paulo, Moderna, 1991.

“Análise sociológica da Constituição, ressaltando suas ambigüidades e redundâncias e a discrepância entre o texto legal e a realidade.” p.p.63. O leitor pode inferir através deste breve resumo do tema do livro, que o autor transita nesta área das Ciências Humanas sem saber, entretanto, qual a sua área de atuação na sociedade.

II - OBSERVAÇÕES SOBRE A CAPA E RELAÇÃO ENTRE A CAPA E O TÍTULO DO LIVRO :

O livro está inserido numa série da Editora Scipione chamada *Ponto de Apoio* que se propõe a discutir “ aquele ponto do programa que está muito

⁶⁹ Cada um dos capítulos têm subitens. Verificar em Anexo cópias dos Índices de todos os livros que serão analisados

condensado, pouco explorado”. Seguindo a proposta da coleção toda abertura de capítulo tem um ponto preto em destaque logo abaixo do título do capítulo.

A capa é colorida e desenvolve-se em dois planos. Um plano de fundo onde está parte do texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, na França que tem efeitos visuais de envelhecimento. Um segundo plano de imagem é uma mancha branca sobre o texto Constitucional sobre a qual está uma criança dormindo e tentando se aquecer com as poucas roupas que cobrem seu corpo. Ao lado desta criança está uma mancha vermelha, como se fosse de sangue que respinga sobre a criança e sobre o texto.

Na parte superior da capa está o nome da coleção seguida do nome do autor e o título do livro. Tudo escrito com letras brancas sobre um fundo preto. A contracapa segue o mesmo esquema do texto de fundo só que com uma cor um pouco mais clara do que aquela usada na parte da frente, inclusive porque traz informações sobre a *Série Ponto de Vista*.⁷⁰

A capa dos livros paradidáticos tem uma função estratégica que é a de chamar a atenção do leitor-consumidor com imagens e cores significativas, aqui mais uma vez verifica-se esta tendência.⁷¹

III - ILUSTRAÇÕES, DESENHOS, FOTOS E FOTOS, SEU USO E DISTRIBUIÇÃO AO LONGO DO TEXTO:

O livro possui 63 páginas. Deste total, seis páginas têm fotos ou desenhos, todas as ilustrações têm legenda. Todos os capítulos abrem com

⁷⁰ Na definição sobre a Série Ponto de Apoio é possível perceber o caráter complementar do material. Pressupõe-se que o tema já tenha sido abordado anteriormente pelo professor. Informações mais detalhadas sobre a Série estão no item II de Aspectos Editoriais.

⁷¹ No último capítulo desta dissertação de mestrado vamos retomar as reflexões a respeito dos efeitos das capas neste tipo de livro como elementos de comparação entre todos os livros analisados.

uma página que retoma o ponto preto, referência ao logotipo da Série Ponto de Apoio, seguido do título do capítulo.

IV - EXISTÊNCIA DE BIBLIOGRAFIA E DE SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES:

Não há uma bibliografia citada no final do livro, por três vezes o autor utiliza-se de citações ao longo do texto e coloca a fonte logo após a citação. Há *Sugestões de Leitura* envolvendo oito livros no total, a maioria deles sobre Cidadania incluindo o livro do autor que citei em item anterior.

B. QUANTO ÀS NOÇÕES DE CIDADANIA:

I - REPRESENTAÇÃO DE CIDADANIA POSSÍVEIS DE SEREM ENCONTRADAS, AO LONGO DOS TEXTOS:

Na *Introdução* deste livro, o autor faz uma retrospectiva histórica da conquista legal dos direitos de cidadania e do cidadão. Menciona a Revolução Francesa como ponto de partida de um processo de “evolução extraordinária : no enunciado e no reconhecimento dos direitos humanos e de cidadania, no aumento dos direitos em muitos casos, na extensão de certos direitos a um número maior de pessoas em cada uma das fases da vida .” ⁷²p.p.07

Em seguida o autor discute as dificuldades da luta pela cidadania no Brasil, na medida em que, as conquistas da Constituição de 1988 só podem ser desfrutadas por uma parcela da população e que é preciso diminuir as desigualdades sociais para que se possa atingir a plena cidadania para um número maior de pessoas. O caminho para esta conquista plena está vinculada à consolidação da democracia e ao término da violência como recurso dos governos ditatoriais.

⁷² Neste ponto do texto pode-se observar a confirmação da cronologia mais tradicional em História que reforça uma visão eurocêntrica de mundo. A divisão da História em períodos e a Idade Contemporânea iniciada com a Revolução Francesa.

Para finalizar a *Introdução* segue-se um conjunto de verbetes sobre os conceitos básicos utilizados : *direitos do homem; direitos do cidadão; direitos de cidadania; direitos políticos; direitos individuais; direitos naturais; direito positivo; direito de propriedade; direito da natureza (ecológico) e autodeterminação*. Não há referências para o leitor sobre as fontes de onde foram selecionados estes verbetes.

O autor conclui sua *Introdução* comentando e reproduzindo alguns trechos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, na França, ressaltando que a “ grande descoberta do pensamento jurídico francês foi, ironicamente, a própria lei. “p.p.12 E que essa cultura jurídica econômica que vem desde a Revolução Francesa é ainda hoje a orientação para muitos países.

A tese fundamental do livro é fazer uma espécie de balanço histórico da conquista dos direitos de cidadania. O capítulo um é justamente sobre o cidadão “ iluminado “ (as aspas são do próprio autor) e a proposta é de contextualizar “a concepção teórica dos direitos humanos e de cidadania começou a ser elaborada no século XVII por uma corrente filosófica denominada **iluminismo, ilustração** ou **Época das Luzes** “p.p. 14. O autor vai compôr o cenário histórico do período mencionando a Revolução Industrial Inglesa, a Independência dos E.U.A. e as Revoluções Científicas do século XVII, salientando sempre o papel da burguesia como a principal força de “renovação “ .

“ Esses requisitos davam condições à burguesia para revolucionar a ordem existente, distinguir-se da massa popular e igualar-se ou até mesmo substituir as demais classes no controle do poder em todos os seus aspectos ; econômico, político, social e ideológico, o que significava, em última instância, implantar uma nova ordem. e foi o que aconteceu. “ p.p.14

O autor vai insistir ao longo do livro, numa pergunta : “Haverá separação entre o homem real e o cidadão imaginado no enunciado dos direitos humanos e dos direitos de cidadania ? “ p.p.18 Ele vai trabalhar inicialmente com as diferenças entre os

direitos humanos e os direitos de cidadania para mais adiante minimizar essas diferenças afirmando que esses direitos caminham juntos na maioria das sociedades. O autor trabalha com algumas referências teóricas para as quais o professor precisa ficar atento e saber se ele concorda ou não com uma análise que mencione e passe a idéia que as sociedades humanas “evoluem” .

“Quando muito, pode-se admitir uma diferença de grau entre os dois tipos de direitos, correspondentes a diferentes estágios evolutivos da civilização “ p.p.19

O autor sempre recorre à situações brasileiras e neste caso indica que os retrocessos e progressos estão ligados à permanência de estruturas econômicas e sociais que “*datam do tempo colonial* “. E neste caso as *representações* sobre a história passam uma imagem ou idéia de que o passado errou e que temos uma “ *herança histórica* “ que nos atrapalha constantemente. Para o autor o exemplo mais contundente é a estrutura agrária que se mantém até hoje no Brasil, e que, nem mesmo a Constituição de 1988 conseguiu garantir, plenamente, isonomia de direitos para os trabalhadores rurais porque as leis complementares não foram efetivadas.

“ No caso brasileiro, o processo, de avanços e recuos, de progressos e retrocessos na conquista e expansão dos direitos de cidadania pode ser explicado em grande parte pela permanência de estruturas econômicas e sociais que datam do tempo colonial. Por não terem sido totalmente abolidas nem renovadas, servem de obstáculo ao desenvolvimento de relações mais justas, mais livres e mais igualitárias entre grupos e indivíduos.

Devido a essa herança histórica, estabelecem-se distinções, discriminações e preconceitos, não só em relação às condições materiais, mas também no plano cultural, por diferenças de origem social, de raça, de cor, de sexo e de idade. (...)

Um exemplo concreto, vivo e sempre atual da permanência de velhas estruturas de poder é visto nas relações de trabalho da estrutura agrária, que são mais atrasadas no campo do que no meio urbano. (...) “p.p.18

O autor faz uma outra discussão a respeito da maneira de agir do ser humano tentando argumentar que qualquer decisão obedece algum tipo de lógica entre o pensar e o agir e localiza o papel da Educação neste processo de organização interna do indivíduo.

“ A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor mas sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todas, ou para a maioria das pessoas.” p.p. 2

Preocupa-me este tipo de encaminhamento para a questão da cidadania porque trata a questão como um movimento basicamente interno do indivíduo possibilitando ao leitor que perca de vista a dimensão sociológica e histórica do tema em questão .

O texto prossegue na direção de uma discussão a respeito dos direitos políticos que ainda são restritos no Brasil, hoje, apesar de garantidos pela Constituição de 1988. O autor passa a exemplificar o direito de voto em vários momentos da História e pela primeira vez a Grécia Antiga é mencionada como o berço da democracia, embora, com uma cidadania restritiva à maioria dos cidadãos. A Constituição de 1824 no Brasil é mencionada por causa do voto censitário e o sufrágio universal na Inglaterra e no Brasil são datados. Quando o autor vai se referir aos exemplos citados acima, ele usa uma referência de tempo uma expressão que gostaria de ver abolida nos livros paradidáticos porque é vazia de significado como referência cronológica : “ no passado “

“ No passado existiam critérios restritivos a esse direito com base em posição social, renda econômica, sexo, idade e outros fatores. “ p.p.22

II - O PAPEL DAS ILUSTRAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO TEXTO . ARTICULAÇÕES ENTRE AS ILUSTRAÇÕES E O TEXTO. TEXTOS EM DESTAQUE AO LONGO DO LIVRO:

No caso deste livro as ilustrações sejam elas desenhos ou fotos ocupam um espaço pequeno no conjunto do texto. O leitor vê sua leitura literalmente interrompida porque neste caso a foto ou desenho desloca o texto em sua disposição gráfica, entretanto não há nenhuma referência direta à imagem que se segue . O leitor certamente pode tirar as suas próprias conclusões do papel daquela imagem ali colocada mas acredito que o autor perde a oportunidade de trabalhar com uma outra linguagem para se comunicar com o seu leitor que é de analisar ou lançar questões para que o leitor possa prosseguir em sua reflexão.

Os textos complementares neste caso, têm um papel bastante significativo porque das 63 páginas do livro, doze delas é ocupada por reprodução de textos mais especificamente pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão 1789, na França; pela Declaração Universal dos Direitos do Homem - 1948, documento da ONU e pelos capítulos de Princípios Fundamentais e Princípios das Relações Internacionais, da Constituição de 1988, no Brasil. A articulação destes textos com o texto central do autor fica muita mais clara para o leitor porque o autor menciona os seus motivos para incluir os fragmentos de documentos mencionados. É uma das poucas vezes que encontramos no texto um caráter mais pessoal :

“ O documento político que consagrou a vitória do ideário burguês na França foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que transcreveremos a seguir. “ p.p.10

O texto é praticamente construído com sujeitos como : a revolução francesa; a revolução industrial; a burguesia ; a nova ordem política; a participação; a cidadania; o caso brasileiro; as leis; a educação. Em nenhum momento o autor se inclui entre os brasileiros ou trabalhadores ou alguma outra categoria social, política ou econômica, o tom geral do texto é impessoal.

Para o autor a cidadania só se concretiza através da participação que possa se efetivar “através das várias organizações civis, sindicatos, partidos, em movimentos sociais, em eleições, etc, predominando sempre, como forma de ação política, o comportamento coletivo sobre o individual. O indivíduo não se anula quando lhe falta um mínimo de cultura política que lhe permita ter consciência do processo em que está inserido. E aí entra a importância da educação. “ p.p.24 A Educação ganha o status de formadora do cidadão porque pode capacitá-lo a participar do exercício da cidadania através das decisões políticas. O autor reconhece as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional no Brasil e indica uma preocupação em se tentar definir os encaminhamentos que devam ser dados para o processo educacional no país. Importante salientar que o autor estabelece como uma das preocupações que deve nortear essa orientação educacional a de que a Educação deve preocupar-se com a preparação do homem para o trabalho.

Uma outra questão desenvolvida ao longo do texto é a de que as dificuldades em torno de um consenso social justificam um modelo de representação política e o voto como mecanismo de fazer valer a opinião pessoal na vida pública. Salienta que o voto ou as eleições são apenas um momento do longo percurso de um processo decisório do qual o cidadão não participa integralmente. Neste momento do texto são mencionados outros mecanismos de participação não oficiais como as ONGs.

O autor tem uma questão central em seu texto que é estabelecer o dilema entre o ideal e a realidade em todos os níveis de cidadania. E o argumento básico é o de que faltam ideais significativos que sejam capazes de transformar a realidade. As elites dirigentes aparecem como as vilãs dessa história porque agem de forma manipuladora com relação ao restante da população.

“Assim, o desencontro das visões de vida e de mundo cria o dilema entre o ideal e o real. As elites dirigentes tem uma visão muito lógica e pragmática dos seus interesses e dominam os recursos materiais e culturais para a obtenção e manutenção de tais interesses. Oferecem à população uma visão ideal, irrealizável, mesmo a longo prazo, como é o caso dos princípios inscritos na Constituição. A grande maioria da população se debate em meio a toda sorte de carências materiais, limitada pelas estritas possibilidades reais ao seu alcance.

Além das medidas concretas que se fazem necessárias para transformar a realidade, no sentido de melhorá-la para grandes contingentes da população, estão faltando ideais plausíveis que possam levar as pessoas a acreditar neles e a caminhar ao seu encontro. “ p.p.29

O texto neste ponto chega à uma espécie de ápice e daí em diante a Constituição de 1988 no Brasil e a Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU de 1948 são analisados a fim de demonstrar o desrespeito aos direitos de cidadania no Brasil e no mundo. A pobreza é o referencial mais importante para o desenvolvimento dessa argumentação do autor.

Em suas considerações finais o autor retoma basicamente um parágrafo de cada capítulo e termina em tom conciliatório depois de ter feito uma série de denúncias sobre o desrespeito das autoridades e de uma estrutura econômica que garante privilégios de alguns sobre uma maioria.

“ A estrutura econômica possui uma sólida base para realizar grandes saltos de desenvolvimento, mas exige a tomada de algumas decisões corajosas, como reformas na estrutura agrária e educacional.

Os passos da jornada a caminho das liberdades democráticas e do desenvolvimento econômico nacional e global serão decididos pelo livre debate das opiniões e através de muito trabalho. E é fundamental que tudo seja pensado e feito em paz, tanto nas relações internas como nas externas, para que o brilho da cidadania ilumine igualmente a todos. “ p.p.61

Reformas e paz parecem ser para o autor os canais possíveis de conquista da plena cidadania. Seria interessante perguntar se não há problemas com o modelo político-econômico vigente no país e onde está faltando trabalho ou vontade de trabalhar : ou; o que vemos ser denunciado na mídia todos os dias são a diminuição da oferta de emprego e o aumento da pobreza em todo o país.

III - PROPOSTAS DE ATIVIDADES :

O encarte que acompanha esta Coleção faz um breve resumo do livro e propõe ao leitor :

“Após a leitura do livro, responda às questões que seguem. Assim, você reforçará a compreensão do texto, formulando suas próprias conclusões sobre as questões tratadas, da maior importância, que também afetam sua vida. “

A afirmação final sobre a importância das questões tratadas poderiam ficar como uma conclusão do leitor e não do autor. De qualquer forma as questões propostas são de dois níveis. Um primeiro que requer do aluno a localização de informações no texto e reprodução literal nos espaços reservados às respostas. O que já vem facilitado pelos títulos que abrem cada um dos conjuntos de questões e que são exatamente os seguintes : Noções Básicas; A Constituição Brasileira; A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 (ONU) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (França).

E um segundo nível que exige do aluno uma análise da questão legal dos direitos adquiridos pelos Homens ao longo de sua História através dos

documentos propostos. Em muitos casos a questão remete o aluno a capacidade de posicionar-se frente aos artigos comentados ou solicita que ele dê sua própria opinião. Se o professor aproveitar as questões para ampliar o universo de reflexão do aluno remetendo-o a articulações com outras temporalidades e abrindo a discussão para experiência do universo social dos alunos será possível uma discussão interessante.

É possível afirmar que há coerência entre os exercícios propostos e *as noções* de cidadania desenvolvidas pelo autor porque mantém-se a tese central do livro de discutir a cidadania a partir da vertente legalista e que envolva as conquistas de direitos de cidadania através da análise de documentos que garantam pelo menos no papel, esses mesmos direitos e de tentar identificar os limites dessas conquistas em situações reais e concretas, assim definidas pelo próprio autor.

*OS DIREITOS HUMANOS*⁷³ - Ari Herculano de Souza - Editora Moderna, 1989.

Apresentação

- I - O Indivíduo e seus direitos
- II - Histórico dos direitos da pessoa
- III - Os direitos básicos do ser humano
- IV - O que fere os direitos humanos
- V - Por uma nova ordem social

A - ASPECTOS EDITORIAIS:

I - INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR OU AUTORES:

Não há nenhuma referência em todo o livro sobre o autor.

II - OBSERVAÇÕES SOBRE A CAPA E RELAÇÃO ENTRE A CAPA E O TÍTULO DO LIVRO:

A capa é toda colorida e traz um Homem amarrado à uma cadeira de olhos vendados como imagem central. O fundo no qual a figura central está posta é uma cópia da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Assembléia Geral da ONU cujo texto está perfurado por balas das quais escorre sangue.

III - ILUSTRAÇÕES, DESENHOS, MAPAS E FOTOS, SEU USO E DISTRIBUIÇÃO AO LONGO DO TEXTO:

As imagens quase sempre têm legendas; os textos jornalísticos e os documentos são sempre datados.

⁷³ Cada um dos capítulos têm subítens. Verificar em Anexo cópias dos Índices de todos os livros que serão analisados. Este livro pertence a uma Editora que não foi mencionada por nenhuma das escolas consultadas mas foi incluída na análise porque fazia parte do meu universo como professora e coordenadora durante o período no qual exerci esta função em uma escola particular em Campinas. Como foi um material utilizado por mim com os alunos achei que merecia uma análise mais apurada em relação àquela que pude fazer quando o livro chegou em minhas mãos.

IV - EXISTÊNCIA DE BIBLIOGRAFIA E DE SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES:

Não há uma bibliografia no final do livro.

B. QUANTO ÀS NOÇÕES DE CIDADANIA:

I - REPRESENTAÇÕES DE CIDADANIA POSSÍVEIS DE SEREM ENCONTRADAS, AO LONGO DOS TEXTOS:

Depois de fazer um brevíssimo rol das exclusões pelas quais passa a vida humana, Ari Herculano de Souza, explicita seu objetivo - “ Nosso objetivo é mostrar neste livro que, antes de tudo, a grande causa da realidade miserável que vemos na nossa sociedade e no mundo é desrespeito, a violência, a mutilação dos direitos do homem.

Tivéssemos nós uma sociedade na qual os direitos humanos fossem respeitados e por certo teríamos outra realidade a enxergar.

Desejamos assim, com este livro, mostrar, de modo simples, a origem dos direitos humanos, a luta histórica da humanidade pelos seus direitos, os direitos fundamentais da pessoa e a possibilidade de se criar uma nova ordem social mais justa.”⁷⁴

Há aqui uma preocupação com a “ origem dos direitos “ e com a sua historicidade e a indicação que uma nova ordem social mais justa possa ser a solução para a plenitude dos direitos humanos.

A tônica da discussão do autor, perceptível inclusive na maneira como são organizados os capítulos recai sobre os Direitos Humanos. Neste caso o papel da Educação é minimizado e o livro fecha com uma proposta de *Uma Nova Ordem Social*.

O autor dá alguns exemplos de como a questão dos Direitos Humanos foi compreendida pelos Homens em vários momentos de sua História e conclui que atualmente dividimos os Direitos Humanos em duas categorias : Direitos Naturais como o direito à vida, à liberdade, à igualdade e os Direitos

⁷⁴ Não há numeração de páginas na Apresentação deste livro.

Civis, resultado da organização social e política de um povo. E que os Direitos Civis precisam estar na Constituição e nas leis desses povos.

Embora haja aqui uma preocupação inicial em historicizar a origem dos Direitos Humanos o autor abandona esta vertente esquecendo-se de mencionar a Revolução Francesa como parte do processo histórico que separou os Direitos Humanos em Naturais e Civis.

No item Direitos e Deveres o autor afirma que para regular os direitos das pessoas que vivem em sociedade é preciso que se estabeleçam os deveres de cada um, para isso existem as leis e em tom de conselho para o leitor, segue-se uma série de afirmações sobre como agir de acordo com a lei é moralmente correto.

No item *A Cidadania*, o autor afirma : “ A relação entre o indivíduo e o país no qual ele vive se chama cidadania “ p.p.13 E prossegue desenvolvendo uma idéia que “cola” cidadania à uma questão de Nacionalidade. Mais adiante diz que a palavra Cidadania tem dois significados : “ cidadão simples e cidadão ativo “. Resumindo a idéia do autor - o cidadão simples é aquele que não adquiriu direitos políticos e o cidadão ativo é aquele que pode exercer a sua participação política. E ainda que precisamos ficar atentos ao cidadão simples porque para o autor “ A verdadeira cidadania não tem idade, cor, raça, sexo ou gosto ... tem apenas uma qualidade fundamental : ser gente ! “ p.p.13 É bom lembrar que esta separação entre cidadão simples e ativo implica que o cidadão simples não compartilha integralmente do status de cidadão, na medida em que não pode exercer seus direitos políticos , segundo a concepção de Marshall já mencionada em capítulo anterior.

Parece-me, ainda que, o tom do discurso do autor tem um sentido de lição de moral a respeito de condições ideais de cidadania perdendo de vista as restrições sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais que muitas

vezes se impõe aos “cidadãos” ou mesmos àqueles que estão excluídos dessa categoria por razões alheias à sua vontade.

O texto têm algumas frases que estão em negrito e são sempre afirmações do tipo : “ a pessoa tem direitos pela sua própria condição de existir (...) ou Os direitos da pessoa ou são naturais - como o direito à vida, à liberdade, à igualdade; - isto é, fruto da organização social e política de um povo “. p.p.10 e 11 Eu poderia citar muitos exemplos deste tipo de recurso utilizado pelo autor quando ele quer chamar a atenção do leitor para determinadas idéias que ele considera importantes. São sempre afirmações muito incisivas ou quando trata-se de uma rara pergunta do autor, ele imediatamente providencia uma resposta para o leitor.

A maneira como o autor trata a História ao longo do livro é motivo de preocupação porque ela é sempre utilizada como instrumento de constatação daquilo que já era uma certeza para o autor , o que pode induzir o leitor jovem a pensar a história como uma sucessão de causas e efeitos e não como um processo em construção, permeado de permanências e rupturas .

No segundo capítulo do livro *Histórico dos Direitos da Pessoa*, a Antiguidade é tratada como um bloco com relação aos direitos individuais e o autor indica algumas características que seriam gerais para as sociedades antigas, tais como : **Os direitos individuais eram baseados nos costumes da comunidade; quase sempre, representavam a vontade do governante (chefe de tribo ou rei) e dos sacerdotes; eram de base religiosa.**p.p.15 As afirmações vêm em negrito como já mencionamos anteriormente, provavelmente para chamar a atenção do leitor. Digo, provavelmente, porque como não há indicações de atividades no livro fica difícil afirmar as intenções do autor com frases e trechos do texto , em negrito. O autor prossegue cronologicamente na Antiguidade citando pequenos trechos de Sólon, Aristóteles e o Código de Direito Romano para

dizer que eram sistemas de participação excludentes. E que somente com o Cristianismo é que se vai romper com a estrutura antiga dos povos euroasiáticos trazendo justiça e igualdade social. O cristianismo é para o autor o divisor de águas com relação à conquista de uma igualdade social. O autor passa a tratar da questão dos direitos humanos na Idade Média e do papel da Igreja Católica como detentora de uma nova moral baseada no Direito Natural ou Positivo e indica as limitações de uma justiça social porque, para o autor, o clero é parte da “sociedade dominante da época.”

Afirma ainda que a sociedade medieval vivia os seus conflitos e destaca a luta dos reis e da burguesia com os senhores feudais para imporem sua vontade política e salienta o papel da Carta Magna, na Inglaterra como um instrumento legal de limitação do poder dos governantes e que defendia alguns direitos dos cidadãos. Na seqüência, o autor passa para a análise dos Direitos Humanos, na Atualidade e parte do **Bill of Rights** (da Revolução Gloriosa na Inglaterra) para depois mencionar o papel da Revolução Francesa. “A Inglaterra foi, assim, o berço do pensamento democrático moderno. No entanto, foi na França que as idéias sobre os direitos humanos e a democracia se desenvolveram e evoluíram, com um movimento intelectual chamado Iluminismo.”p.p.15 O autor prossegue nesta linha “evolutiva” do pensamento político introduzindo a Revolução Industrial Inglesa, a Independência dos E.U.A. e termina o capítulo mencionando rapidamente as lutas sociais do final do século passado e início deste século, sem mencionar para o leitor quais seriam essas lutas e diz que as lutas resultaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU em 1948.

As próximas quinze páginas do livro serão dedicadas à reprodução da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 e termina o capítulo com dados que informam sobre mortalidade infantil no Brasil e no mundo. Abaixo do texto uma foto de uma criança esquelética nos braços de sua mãe, sem referência de onde foi tirada ou do fotógrafo.

A continuidade do livro vai seguir o mesmo tipo de *representação* sobre cidadania a de que os direitos humanos precisam ser conquistados e que o tempo todo eles são desrespeitados no Brasil e no mundo, especialmente, entre a população de baixa renda.

O texto está sempre permeado por fotos e pequenos fragmentos de artigos de jornal e vêm seguidas de afirmações do autor a respeito daquilo que já foi mencionado nas fotos e artigos, numa tentativa de reforço de idéias.

O livro termina com um capítulo denominado *Por uma nova ordem social* que se inicia com uma citação do Papa João XXIII, retoma o desenho e o texto da capa do livro e estabelece que a nova ordem social teria como parâmetros : O bem comum, a liberdade, a fraternidade, a igualdade, o respeito à dignidade da pessoa e que cabe a todos nós sonharmos e lutarmos por ela. E conclui com a citação dos *Estatutos do Homem* de Thiago de Melo.

O tom do texto me parece que carrega um forte apelo cristão pela escolha dos textos, pela forma que o autor coloca o papel da Igreja Católica e pelas várias menções de um cristianismo primitivo capaz de instaurar uma nova ordem social, mais justa e igualitária.

O professor precisa trabalhar cuidadosamente com os alunos essas questões para não ficar nas limitações de um sermão religioso impedindo que

o aluno possa ter um diálogo com o texto posicione-se e se contraponha às questões colocadas pelo autor.

II - O PAPEL DAS ILUSTRAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO TEXTO . ARTICULAÇÕES ENTRE AS ILUSTRAÇÕES E O TEXTO. TEXTOS EM DESTAQUE AO LONGO DO LIVRO :

O livro todo tem um tom dramático com relação às imagens escolhidas: cenas de miséria e pobreza, crianças subnutridas chorando de fome, condições de habitação precárias ou subumanas, entre outras.

As ilustrações, tanto os desenhos como as fotos, são coloridas em verde que muitas vezes se sobrepõe ao texto ou, às fotos preto e branco.

Há uma grande quantidade de fotos ou desenhos geralmente acompanhadas de um texto jornalístico ou documento oficial, como por exemplo : Assembléia Geral da CNBB, documentos da ONU e UNICEF entre outros. As imagens têm a função de introduzir os capítulos e subitens ou fechá-los. O texto do autor se refere às imagens, entretanto, é como se elas tivessem “ vida própria “. Como se o livro tivesse duas linguagens que não se articulam diretamente : imagens e textos.

III - PROPOSTAS DE ATIVIDADES :

Este é um dos poucos livros que não faz nenhuma proposta de atividades. O livro está inserido na coleção *VISÃO DE MUNDO* que se pretende uma coleção “ que tem o compromisso com os leitores que desejem dar os primeiros passos nos temas polêmicos dos nossos tempos - principalmente, compromissos com os leitores das últimas séries do 1º grau e os estudantes do 2º grau. “

Na proposta da coleção há referências à adequação do material à determinada faixa etária, como já observei anteriormente.

O vocabulário me parece adequado à faixa etária à qual se propõe, entretanto, qualquer dúvida do aluno terá que ser sanada pelo professor ou pelo próprio aluno porque o autor nem sequer deixa para o leitor seus referenciais de pesquisa para montar e escrever o livro.

Não há nenhuma referência ao longo do livro com relação à maneira como o professor deva trabalhar com este material.

IDEOLOGIA E CIDADANIA ⁷⁵ - J.B. Libanio, Editora Moderna, Coleção Polêmica, 1996, São Paulo

SUMÁRIO :

- Introdução
- 1 Conceitos gerais de ideologia e cidadania
- 2 Ideologia, cidadania e política
- 3 Ideologia e cidadania : homem e mulher
- 4 Ideologia, cidadania e religião
- 5 Ideologia e cidadania : no mundo das etnias
- 6 Ideologia e cidadania na fase da infância e da adolescência/juventude
- 7 Conclusões gerais

A - ASPECTOS EDITORIAIS :

I - INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR OU AUTORES :

Na folha de rosto do livro, o leitor pode saber que o autor é formado em Filosofia e Letras Neolatinas e Doutor em Teologia mas, não fica sabendo em qual Universidade foi realizada a sua formação acadêmica. Há também informações que indicam que o autor escreveu várias obras e artigos em revistas nacionais e internacionais, entretanto, não há nenhuma referência de quais revistas e livros seriam estes. Nas *Sugestões de Leitura* deste volume o leitor tem a indicação de um outro volume do mesmo autor; trata-se de *A busca do sagrado*, em co-autoria com Martins Filho pela Editora FTD, 1991, em uma coleção denominada Coleção Biblioteca do Ensino Religioso .

II - OBSERVAÇÕES SOBRE A CAPA E RELAÇÃO ENTRE A CAPA E O TÍTULO DO LIVRO :

⁷⁵ Em Anexo. o *Sumário* com todos os subitens dos capítulos.

A capa tem um fundo branco e cinza formada por peças de um quebra-cabeça, sobre este fundo mais claro há peças do quebra-cabeça agora coloridas que reproduzem cenas de manifestações públicas como, a Campanha pelas diretas-já, os cara pintadas no impeachment de Collor e manifestações contra o lixo atômico. O título do livro está colocado no alto da página em letras roxas, acima o logotipo da Coleção Polêmica e a indicação que trata-se da terceira edição do livro, abaixo do título, o nome do autor em letras vermelhas. No canto inferior da capa encontra-se o logotipo da Editora Moderna.

Na contracapa do livro há o logotipo do Ibase, do Movimento Ação - Cidadania, Contra a Miséria e Pela Vida e novamente o logotipo da Coleção Polêmica, todos colocados no alto da contracapa. O título do livro vem da mesma forma que na capa, logo abaixo da seqüência de logotipos, acompanhado de um pequeno texto que discute a afirmação que vem em negrito “ Só o exercício consciente da cidadania supera os engodos das ideologias. “ Boa parte do conteúdo deste pequeno texto está colocado na *Introdução* do volume. Na parte inferior da contracapa, novamente, o logotipo da Editora Moderna.

III - ILUSTRAÇÕES, DESENHOS, MAPAS E FOTOS, SEU USO E DISTRIBUIÇÃO AO LONGO DO TEXTO:

Neste livro não há ilustrações de nenhum tipo.

IV - EXISTÊNCIA DE BIBLIOGRAFIA E DE SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES:

Como é padrão da Editora Moderna a bibliografia fica restrita ao item *Sugestões de Leitura* e o leitor fica sem saber quais as fontes que o autor recorreu para formular suas idéias e produzir seu texto. Neste caso são cinco

os livros sugeridos, um deles já mencionei acima como sendo do autor deste livro, talvez valha a pena mencionar um destes livros porque ele certamente serviu como referência para o autor trabalhar as *noções* de ideologia. O livro de Marilena Chauí - *O que é ideologia*, da Coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, primeira edição de 1980.

O autor deixa claro na *Introdução* que o livro foi escrito para alunos de segundo grau para ser lido com a ajuda de um professor.

“ Este é um livro escrito para estudantes de segundo grau. Não tanto para ser lido às presas, na véspera de algum exame, mas sim para ser estudado com a orientação de um professor. (...) Em pequenos grupos, em sala de aula, com ajuda experiente do professor, os alunos poderão ir confrontando o que lêem com as próprias vivências, enriquecendo-se com novas reflexões e dando carne a discussões que poderiam perder-se em puras palavras.” p.p. 6

B. QUANTO ÀS NOÇÕES DE CIDADANIA :

I - REPRESENTAÇÕES DE CIDADANIA POSSÍVEIS DE SEREM ENCONTRADAS, AO LONGO DOS TEXTOS :

Na *Introdução* do livro , o autor deixa clara sua intenção afirmando que as palavras só têm sentido na medida em que podem se relacionar com as experiências vividas e que esta é a única maneira delas serem inteligíveis. Por isso ele vai construir seus argumentos através de seis experiências que são os capítulos do livro que ele passa a descrever nesta *Introdução*. É interessante notar que o autor afirma que as experiências é que dão significado às palavras, entretanto, ela faz a opção de começar o primeiro capítulo por *Conceitos gerais de ideologia e cidadania* para depois trabalhar com o que ele está chamando de “ experiências “. Como se pode observar na distribuição dos capítulos, a tese fundamental é construir o conceito de ideologia em torno da idéia de ocultamento da realidade e que o o exercício da

cidadania é a possibilidade de superação de uma ideologia, no caso do Brasil, de caráter dominante nas mãos de uma minoria que controla o Estado e detém a distribuição da renda submentendo uma maioria à sua vontade.

Capítulo um - *Conceitos gerais de Ideologia e Cidadania*. No subitem *Ideologia* o autor cria um debate fictício que poderia acontecer numa aula de História, na qual o professor apresenta seus colegas e convida os alunos a assistirem a um debate cujos pontos de vista são diferentes.

Os convidados são : “ o professor Ariosto - conhecedor da Grécia, exporá a visão grega de mundo. O professor Samuel, cristão de origem judia, conhece de casa, com pormenores, o mundo judaico-cristão. O professor Jefferson, engenheiro e economista, encarna muito bem a moderna cultura tecnocrata. O professor Wellington, fazendo jus ao nome do grande general inglês, está imbuído da cultura materialista saxônica. E, finalmente, o professor Pannikar, nascido na Índia, falar-nos-á da cultura de seu país e das tradições religiosas hinduístas e budistas. “ p.p.07

O debate é iniciado e o tema em pauta á a alma. Os debatedores vão colocando sua opinião e o autor vai intercalando a opinião deles com citações de outros autores sobre o mesmo tema. Como por exemplo durante a fala do professor Jefferson :

“ - Para nós do mundo científico e materialista, é verdade, a morte é um absurdo. M. Heidegger, filósofo alemão, nos definiu como “ser-para-morte” e Paul Sartre dizia que nossa vida é uma “ paixão inútil” (...) “p.p.12

O debate termina e o professor de História fica em sala-de-aula com seus alunos, perguntando-lhes sobre suas impressões. Os alunos vão colocando sua opinião e o professor vai fazendo comentários até o momento em que o professor afirma :

“ Bem, meus alunos, pelos comentários percebi que vocês entenderam o fundamental. Agora vem a pergunta mais importante : qual é o tema que quero explicar, a partir dessa conversa dos professores ?

Como ninguém soube responder, o professor prosseguiu :

- Pois bem meus moços, os professores convidados nos deram excelente demonstração do que é “ideologia” no seu primeiro e mais original sentido. Vocês devem ter ouvido falar muito dessa palavra. Olhem. Cada um dos debatedores assumiu uma visão de mundo, da pessoa, da relação com Deus, com a sociedade. Nisso consiste fundamentalmente a ideologia. (...) p.p. 15 O professor apresenta então a definição grega do termo ideologia e depois localiza o aparecimento do termo ideologia em uma palestra em 1776 proferida por Desttut de Tracy, filósofo francês e ainda, cita a definição de Chatelet sobre o conceito de ideologia. (p.p. 15 e 16)

Na conclusão do subitem desta parte do texto o autor faz um apanhado do que foi discutido no texto. Este vai ser o padrão das conclusões que acompanham os subitens em todos os capítulos e passa então, ao último tópico do capítulo que se refere à cidadania. A etimologia da palavra é o primeiro passo dessa noção de cidadania que, segundo o autor, só poderá ser definida “ com a tomada de consciência explícita da ideologia pode me definir cidadania. “ p.p. 16

O autor retoma as raízes da cidadania na Grécia Antiga refletindo sobre cidade, família, tribos e religiosidade entre os gregos antigos. Discute o caráter iniciático da condição de cidadania para o jovem grego e depois indica a noção de cidadania entre os romanos permeada segundo ele pela “ mentalidade jurídica” p.p.18 e remete o leitor ao verbete, Cidadania, da Enciclopédia Verbo. Vale a pena chamar atenção para a possível omissão que o autor faz do caráter excludente da Cidadania na pólis grega, na medida em que, mulheres, escravos e estrangeiros não podem participar da vida pública e que eles eram a maior parte da população.

No capítulo dois *Ideologia, Cidadania e Política*⁷⁶ a discussão do autor preocupa-se em apreender os diversos sentidos de Ideologia através da História. “ Ela significa visão de mundo e acompanha a cultura humana ao longo de sua história, como se viu no capítulo anterior.

No sentido elaborado pela classe burguesa, a ideologia é uma visão de mundo, em que de maneira racional e explícita se organizam os próprios interesses em conflito com outros. Ela também cumpre várias funções políticas ; cria a identidade de classe, com seus interesses e estratégias, justifica para si e para os outros grupos a ordem estabelecida, mobiliza todos ao máximo possível., para a conquista e depois para a manutenção dessa ordem. Procura gerar e transmitir em todos os corpos sociais - família, escola, igreja, mídia, etc. - valores e idéias que secundem sua maneira de ver a realidade. Para isso oculta os próprios interesses quando eles são contrários aos dos grupos que quer cooptar, gerando, portanto, verdadeira alienação.” p.p.36

Ao tratar da noção de cidadania, neste capítulo, o autor vai estabelecer relação entre cidadania e política : *Cidadania no Mundo da Política Moderna* a partir da noção de cidadania na pólis grega considerando que cidadania e justiça estão interligados para, em seguida discutir as possibilidades do exercício da cidadania estar condicionada pela lei da cidade e por isso a necessidade de lei e ética estarem juntas neste processo de articulação.

“A cidadania se define pela posição diante da lei. A sua expressão maior é dada na democracia, já que nela todos os cidadãos são livres e iguais perante a lei. Não se trata de liberdade arbitrária, mas coletiva, de obediência à lei, para cuja confecção se colabora como cidadão. Vejamos, agora, a definição de ética dada por Herbert de Souza: (...) p.p.37 A citação que se segue é da concepção de Ética de Hebert de Souza em livro analisado nesta dissertação de mestrado - *Ética e Cidadania*..

A análise encaminha-se para as possíveis “ deformações do exercício de cidadania “ caso de leis que atendam aos interesses de um grupo e não da

⁷⁶ Ver em Anexo os vários subitens deste e de outros capítulos.

coletividade e afirma : “ o exercício da cidadania se corrompe. Age-se , destarte, em função não da coletividade, mas dos interesses arbitrários de alguns.

As crises da cidadania aparecem quando as pessoas se dão conta desse jogo arbitrário da lei, que em princípio deve exprimir a vontade do povo, mas, na realidade, faz valer privilégios. (...) Além disso, esse exercício da cidadania oscila entre dois movimentos. De um lado, o ser humano é sonhador, deseja criar realidades ideais e perfeitas. Sem esse horizonte de fantasia e de utopia, falta-lhe oxigênio para viver. (...) por outro lado, existe o risco de o exercício da cidadania perder-se em idealização alienante, sem agarrar-se à realidade concreta. ele necessita partir da análise da realidade e pensar os projetos para essa realidade. “ p.p.37 e 38

A solução histórica para esse movimento que oscila entre as utopias e a realidade é, segundo o autor, o cristianismo que levaria a questão da igualdade entre os Homens até as últimas conseqüências. Essa forma de “cidadania da cristandade” p.p. 38 vai ser superada pela Revolução Francesa que retoma o sentido primordial da cidadania a partir dos direitos naturais e universais.

No Brasil segundo o autor ainda vivemos o dilema para definirmos qual o caminho que o Estado deve tomar com relação à cidadania, levando-se em consideração os dois espaços políticos disponíveis : Estado e Sociedade Civil. Afirma que o Estado Patrimonialista é responsável pela acanhada articulação da sociedade civil em defender seus interesses frente aos possíveis abusos do Estado. E que nos é apresentado, atualmente, no Brasil duas tendências com relação ao papel que deve caber ao Estado. Uma primeira que milita pela privatização do Estado inclusive nas áreas sociais como Educação, Saúde, Habitação e uma segunda que indica o enxugamento do Estado restringindo sua atuação à esfera dos projetos sociais. O autor posiciona-se pela segunda tendência, afirmando :

“ O exercício da verdadeira cidadania consiste em forçar o estado a realizar esse segundo modelo e cumprir as funções que aparecem na nossa Constituição como objetivos fundamentais do próprio país. Esse diálogo participativo com o estado, nos seus diversos níveis- federativo, estadual e municipal - constitui-se tarefa fundamental no exercício da cidadania. “ p.p.40 Para que essa segunda tendência, defendida pelo autor, se efetive ele sugere uma batalha da sociedade civil mais articulada através de sindicatos, igrejas, ONGs, mídia, associações de bairro para forçar o Estado a cumprir aquilo que está delimitado a ele, pela Constituição de 1988. Percorre historicamente os movimentos da sociedade civil desde as Diretas-Já, Impeachment de Collor, Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (1993) e chega aos movimentos ecológicos.

“ A cidadania não é dom natural e muito menos concessão do Estado. É conquista, construção, exercício cotidiano, papel social. Num país como o nosso - que carece dos serviços sociais básicos, tais como saúde, educação, saneamento, habitação, emprego, etc. - , o exercício da cidadania consiste em transformar o direito formal a todos esses serviços, garantidos na Constituição, em realidades concretas, efetivas na vida do povo. “ p.p. 42

O capítulo três *Ideologia e Cidadania : Homem e Mulher* a discussão gira em torno da luta de interesses como um espaço privilegiado da ideologia e que os princípios cristãos da igualdade entre Homens e Mulheres pregada na Gênese Bíblica foi distorcida no decorrer da História pela idéia que as diferenças sexuais deveriam ser vistas como a superioridade do Homem em relação à Mulher. E como ideologia é passível de crítica, o machismo como ideologia possibilitou o surgimento de uma outra ideologia, o feminismo.

Com relação à cidadania e a igualdade entre Homem e Mulher, o autor afirma que, culturalmente dividiu-se o mundo privado e público dando-se ao Homem o espaço público e à mulher o espaço privado. E cita a definição do Novo Dicionário Aurélio para explicar como a linguagem incorporou o

discriminação do homem com relação às mulheres em uma manifestação puramente machista :

“ Homem público : indivíduo que se consagra à vida pública. Mulher pública : meretriz, prostituta. “ p.p. 53

O autor afirma ainda que o processo de conscientização por parte das mulheres não é linear e o processo de “libertação” das mulheres com relação ao mundo imposto pelos homens está em curso. Boa parte do item sobre Cidadania como Igualdade entre Homem e Mulher é dedicado à uma análise da atuação das mulheres em vários espaços da vida em sociedade e dos problemas vivenciados por elas em situações de discriminação e da necessidade que continuem lutando para que seus direitos sejam reconhecidos.

“ A cidadania deixou de ser privilégio do homem, como nas cidades antigas. Nas cidades modernas, cada vez mais em pé de igualdade, homem e mulher constróem a cidadania.

A história , porém, carrega tradições longas e pesadas de preconceitos, de discriminação, encobertas pela ideologia. Cada novo momento em que eles são denunciados, cria-se a possibilidade de salto qualitativo. (...) p.p. 58

No capítulo quatro *Ideologia, Cidadania e Religião* discute-se a relação da religião com ideologia. A estratégia do autor é a de criar três quadros que relatam situações ligadas à determinadas práticas religiosas, entretanto, o leitor fica sem saber quais os referenciais que o autor utilizou para montar os quadros. São eles : 1º Quadro - *A Religião alheia à política.*(da p.p. 59 até a p.p.62) ; 2º Quadro - *A Religião é força de libertação;*(da p.p.62 até a 64); 3º Quadro - *Religião é fonte de alienação.* (da p.p. 64 até a p.p. 69). As situações relatadas neste três quadros vêm acompanhadas de comentários do autor a respeito de cada um dos posicionamentos frente à religião como ideologia.

Ao concluir esta etapa do capítulo o autor afirma que : “ o mundo da religião tem sido, ao longo da história, terreno altamente explorado pelas ideologias. “ p.p.69 e que a religião, no Brasil, é um instrumento ideológico utilizado por políticos para se relacionarem de forma enganosa com seus eleitores.

O autor passa então, a tratar da *Cidadania no campo religioso*, para tanto, parte da análise da cidadania na Idade Média afirmando que durante este período da História, a cidadania ficava restrita ao pertencimento ou não, ao mundo cristão.⁷⁷ E que ao longo dos séculos XVI e XVII a ideologia liberal retira a cidadania do espaço religioso e a razão passa a ser norteadora da cidadania reservando à religião o espaço privado. Mais tarde, segundo o autor, a modernidade vai proibir e rejeitar a presença religiosa tanto no espaço público como privado referindo-se à formulação teórica do positivismo.

Referindo-se ao Brasil, o autor vai argumentar que com a República o Estado separa-se da religião e que a partir desse momento existe uma tendência a excluir-se a religião da vida pública.

“ A ideologia laicista, que consiste em abolir toda influência da esfera religiosa na sociedade, triunfou e permanece em vigor nos meios liberais do país até hoje. ela consiste precisamente em cercar das práticas religiosas todo o espaço público. “ p.p. 70

O autor passa então a exemplificar com situações históricas a exclusão religiosa dos meios políticos ;

“ A expressão máxima do triunfo do espaço público, restrito unicamente ao Estado, à política, com a exclusão total da religião, encarnou-se no socialismo real⁷⁸ (...) No socialismo real, a cidadania vinha regida unicamente pelo partido comunista. Só ele abria e fechava os espaços do cidadão. (...)

⁷⁷ Lembro que isto pode ser uma afirmação válida para o mundo ocidental cristão e não para todas as partes do mundo no mesmo período histórico.

⁷⁸ O autor não indica de quais países socialistas está falando.

O fascismo e o nazismo tomaram posições análogas diante das formas religiosas que eram, de certo modo, críticas à sua ideologia.⁷⁹(...)

Na época da ditadura militar, o Brasil viveu a experiência semelhante. Implantou-se a ideologia da segurança nacional. A presença religiosa devia submeter-se a seus cânones. Toda atividade religiosa pública que se considerasse subversiva era violentamente proibida e reprimida. O único espaço público religioso permitido era aquele que reforçasse o sistema ideológico dominante.⁸⁰p.p.70 e 71

O autor responsabiliza o desenvolvimento de uma ideologia secularista pelo esvaziamento da realidade de seu caráter religioso e vê os anos noventa como um período de recuperação da religião no espaço da vida pública citando dois exemplos para ele significativos desse movimento de reação religiosa . O primeiro seria a vigília religiosa no Aterro do Flamengo por ocasião da ECO - 92 quando diversas religiões disputaram seu espaço público de expressão. O segundo exemplo diz respeito a uma experiência em Campina Grande , na Paraíba por ocasião do Carnaval que realiza todos os anos o encontro de diversas religiões onde os fiéis podem “ vivenciar um carnaval religioso . (...) p.p. 73

O autor conclui este capítulo defendendo a liberdade religiosa e o diálogo entre as diversas religiões afirmando que a cidadania religiosa exige a liberdade religiosa.

O capítulo cinco vai tratar da *Ideologia e Cidadania : no Mundo das Etnias*. O autor vai escolher a questão da discriminação contra os negros, no Brasil, para desenvolver sua argumentação reconhecendo que há outras formas e grupos que são discriminados, entretanto , segundo ele entender a discriminação com relação aos negros serviria para entendermos as demais.

⁷⁹ Seria bom lembrar que na Itália a Igreja Católica foi durante muito tempo conivente com o regime fascista e na Espanha também, com relação ao franquismo.

⁸⁰ Aqui cabe lembrar também do papel da TFP ala com posições mais conservadoras no interior da Igreja Católica que não só apoiou o Golpe Militar como colaborou com o Regime Militar.

“Como a forma mais significativa de racismo no Brasil se refere à etnia negra, e como o conhecimento mais aprofundado de uma única forma ajuda a entender o problema de forma global, vamos, praticamente, nos restringir o problema do negro. São quatro os momentos da ideologia racista : primeiro momento - ideologia escravista; segundo momento- ideologia antiescravista; terceiro momento - ideologia racista difusa e quarto momento - movimento negro como reação contra a ideologia racista. “ da p.p.77 até a p.p.92

No que diz respeito à noção de ideologia o autor organiza o capítulo de acordo com esses quatro momentos e a noção de cidadania vai ser tratada mais diretamente com relação ao último momento, portanto, aquele que remete o leitor à luta dos negros contra a discriminação.

O autor inicia esta discussão citando a lei Afonso Arinos que mais adiante no texto ele reproduz para o leitor, indicando que pelo menos em nível legal o racismo é passível de penalizações, entretanto, só isso não basta; é preciso que a população negra tenha acesso à escolaridade critério básico para o autor , para o pleno exercício da cidadania.

“ Na origem de toda a cidadania está a educação. O negro, submetido à escravidão legal, até o final do século passado - e às suas seqüelas, até o dia de hoje- defronta-se, como primeiro passo para poder exercer sua cidadania, com o desafio de abrirem-se caminhos à sua educação. A escravidão acabou desestruturando a família negra. (...) “ p.p.95

O texto reafirma uma idéia a meu ver extremamente delicada para não dizer de reforço de um preconceito que é, o de afirmar que a família negra é desestruturada. Pergunto baseado em quais dados ou pesquisas o autor está se pautando. Todas as famílias negras estão nessas condições, em todas as regiões do Brasil ?

“ Além disso, na família se aprendem as primeiras normas de comportamento que permitem a inserção da criança na sociedade. Se esta é desestruturada e não possibilita tal aprendizado, a criança se torna a-social e inepta para a vida de convívio humano na sociedade. “p.p. 95

O autor discute ainda a necessidade que os negros têm de livrar-se do estigma da escravidão e de realizarem um processo de interiorização no qual o negro descubra dentro de si o direito ao trabalho digno. Aqui se coloca a seguinte questão: depois de ter vivido sob a escravidão durante anos os negros têm de descobrir dentro de si o direito a um trabalho digno ? E os outros direitos que não podem ser exercidos tanto pela população negra como pela grande maioria da população neste país ?

Segundo o autor somente a consciência crítica dos negros é capaz de ampliar a luta pela cidadania plena.

“ Cidadania nasce sempre da consciência e da luta. Cidadania outorgada contradiz a sua própria natureza. O sistema capitalista mostra-se suficientemente ladino⁸¹ para, de forma sutil e solerte travestir em novas práticas formas antigas de racismo e discriminação. Só a consciência vigilante do negro, aliada a práticas políticas organizadas, consegue impor vitória sobre esse jogo manipulatório do sistema. “ p.p.96

O sexto capítulo do livro *Ideologia e Cidadania na Fase da Infância e da Adolescência Juventude* ;

“ Este capítulo tratará somente da infância e da adolescência/juventude, de modo especial, no contexto da ideologia dominante capitalista, sem deixar de lado alguns dados da história. Isso porque vem sendo explorado ao máximo pela ideologia consumista.” p.p.99

A estratégia utilizada pelo autor para desenvolver seus argumentos se repete aqui, como em capítulos anteriores, através da elaboração de quadros de situações cotidianas que o leitor não sabe muito bem como foram articuladas. Neste caso as situações estão distribuídas da seguinte forma : *A Criança - a Ideologia da Inocência e da Felicidade* (da p.p.99 até p.p.103) ; *Adolescente e Juventude* (da p.p. 103 até a p.p. 107) ; *Juventude das*

⁸¹ Palavras com estas percorrem o texto necessitando que professor e alunos recorram sempre ao Dicionário.

Últimas Décadas (da p.p. 107 até a p.p. 111) . Todos esses quadros são acompanhados de pequenas conclusões.⁸²

A noção de cidadania aparece vinculada ao último quadro de análise e denomina-se : *Cidadania nos Anos Jovens*. O autor afirma que cidadania pertence ao universo adulto e a sua concepção legal restringe o exercício da cidadania a esse universo e que a cidadania nas primeiras idades abre-se em duas frentes; a primeira delas o autor deixa clara a segunda não conseguiu encontrar no desenvolvimento do capítulo.

“ O problema da cidadania nas primeiras idades (infância, adolescência e juventude) abre-se em duas frentes. Uma primeira, a frente pedagógica, consiste em preparar as crianças e os jovens para o futuro exercício da cidadania na idade adulta.

As diferentes instâncias formativas - família, escola, igrejas, movimentos de crianças e jovens - podem ser pensadas diretamente na linha da cidadania. “ p.p. 113

O texto encaminha-se para uma discussão sobre as dificuldades que muitas crianças e jovens têm de ter acesso à escola como um instrumento importante de preparação para o exercício da cidadania, associando pobreza à marginalidade e afirmando que faltam condições básicas para a Educação.

“A formação para a cidadania assenta-se na estrutura familiar, na complementação escolar e no ambiente social. A família transmite as estruturas básicas de valor que impregnam a personalidade da criança. Na família aprende-se o respeito ao outro, à sua singularidade, a resolver as desavenças pela via civilizada do diálogo e nunca pela violência. Nela se adquirem a autoconfiança, a percepção da própria dignidade, dos próprios direitos e dos deveres fundamentais a serem respeitados. Na escola, treina-se, de muitos modos, a prática de tais atitudes básicas em relação aos colegas, aos professores e consigo mesmo. Quanto mais participativa é uma escola, mais forma os alunos para a cidadania. Enfim, o ambiente em que se vive, as conversas que se

⁸² O texto é todo permeado de conclusão a cada subitem tornando, a meu ver, o texto fragmentado e muitas vezes o autor se repete ou faz um apanhado daquilo que ele já disse anteriormente. A minha experiência como professora tem mostrado as dificuldades de uma leitura muito truncada para os adolescentes que podem se perder em tantas conclusões em um mesmo capítulo e até mesmo em conclusões de subitens.

ouvem e de que participa, as relações que se entabulam entre as pessoas podem ir formando ou deformando a consciência de cidadania. “ p.p.114

O autor valoriza bastante o papel do meio como influência negativa ou positiva com relação aos indivíduos e algumas vezes o meio parece ter um papel determinante Além disso se o texto dá a entender que a estrutura familiar é de suma importância para a construção da cidadania é preciso que se esclareça que tipo de família o autor está pensando porque a pobreza pode não ser o único fator de “ desestruturação “ familiar.

O sétimo capítulo do livro *Conclusões Gerais* é composto de uma página e meia até porque existem ao longo do texto inúmeras pequenas conclusões como já comentei em nota anterior. O autor retoma a visão de ideologia com a qual trabalhou ao longo do livro - a de que a ideologia quando está a serviço de interesses particulares oprime e tenta através da força e da violência impôr-se sobre a vontade e interesses da maioria e que somente a consciência crítica é capaz de romper esse *engodo*. E que a prática da cidadania só é plena na medida em que defende os interesses de todos.

“ Ideologia e cidadania fazem parte de nosso agir humano na sociedade, na história. Vivemos dentro de jogos sutis de interesses entre os grupos. Aí estamos bem plantados, mas nem sempre conhecemos o solo que pisamos. Esses pequeno livro pretende ajudar o leitor a conhecer em que tipo de solo está pisando, a fim de que ele possa, percorrer seu caminho de vida e construir uma sociedade mais justa e fraterna. “ p.p. 117

II . O PAPEL DAS ILUSTRAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO TEXTO . ARTICULAÇÕES ENTRE AS ILUSTRAÇÕES E O TEXTO. TEXTOS EM DESTAQUE AO LONGO DO LIVRO:

No caso deste livro, como já dissemos, o autor não utiliza o recurso das imagens para compôr seu texto. Ao todo são 117 páginas , incluindo os

textos complementares. Durante a análise da *noção* de cidadania eu mencionei alguns textos que o autor utiliza para compôr sua argumentação. Há uma multiplicidade de opções de textos complementares neste livro que vai desde poemas como *Operário em Construção*, de Vinícius de Moraes (p.p. 22) ou então *A Minha Madona*, de Joaquim Serra (p.p. 54) como letras de música : *O Bêbado e o Equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc. Várias citações de outros autores como filósofos, sociólogos e teólogos também são utilizadas sempre que o autor julgou necessário reforçar ou complementar suas idéias. Algumas vezes os textos complementares ficavam em destaque com relação ao central, como foi o caso de trechos da Lei Afonso Arinos ou, uma explicação do próprio autor sobre Neoliberalismo. Tabelas e gráficos fizeram parte também das possibilidades do autor para trabalhar seu texto.

A utilização destes textos ao longo do livro esteve sempre relacionado com a discussão que o autor estava fazendo ao longo dos capítulos e muitas vezes ele foi explícito referindo-se às citações, outras vezes os textos foram dispostos sem referência explícita do autor para o leitor. Me pareceu uma opção, neste volume, a substituição de imagens por uma quantidade grande de textos que estou chamando de complementares que até poderiam sozinhos serem alvo de uma análise mais apurada.⁸³

III - PROPOSTAS DE ATIVIDADES :

Neste caso são ao todo 27 exercícios propostos que variam de alternativas para que o aluno coloque V ou F; lacunas a serem completadas; testes com múltipla escolha; busca de significado de expressões que

⁸³ Análise esta que não foi possível de ser realizada por esta pesquisa por não estar delineada nos objetivos propostos.

aparecem ao longo do livro; relacionar coluna e um exercício que pede ao aluno para comentar uma frase do autor. Estes exercícios mencionados estão mais relacionados com o entendimento do texto, não digo interpretação porque poucas vezes o leitor é chamado a colocar sua própria opinião.

Como é padrão no caderno de exercícios desta Editora há dois tópicos finais denominados *Temas para Debate* e *Temas para Pesquisa* que são em minha opinião a oportunidade que o leitor tem de posicionar-se ou trocar idéias com seus pares, no caso do professor que vai optar pela utilização do suplemento dos exercícios. Nos *Temas para Debate* as opções são três:

1. *As formas de cidadania próprias para os jovens no momento atual.*
2. *A questão do machismo na relação entre rapazes e moças.*
3. *O jogo ideológico da propaganda influenciando a condição dos jovens.*

Aqui não me parece muito claro o que se iria debater como “ condição do jovem”, em que sentido ?

E finalmente nos *Temas para Pesquisa* também encontram-se três opções :

1. *A militância política dos jovens da década de 60 (ver os livros *O que é isso, companheiro ?* , de Fernando Gabeira, e *1968 - O ano que não terminou; a aventura de uma geração*, de Zuenir Ventura).*
2. *O significado de “ ética “ (ver o livro *Ética e Cidadania*, de Herbert de Souza e Carla Rodrigues).*
3. *A história do surgimento do conceito de ideologia (ver o livro *O que é ideologia ?*, de Marilena Chauí).*

Afirmo novamente que a possibilidade mais criativa para o leitor poder discutir e posicionar-se frente aos temas propostos encontra-se nestas opções de exercícios promovendo articulações com outros textos, oferecendo ao

leitor condições de sair do universo do livro e trocar idéias com seus colegas ou, produzindo um texto que pode surgir de uma reflexão individual ou coletiva.

CAPÍTULO III

Como foi dito anteriormente este capítulo pretende ser o articulador dos anteriores, bem como tecer as considerações finais. Dados coletados, pesquisa bibliográfica e articulações metodológicas são os indicadores que nortearam algumas conclusões deste trabalho de pesquisa.

A intenção foi a de tratar de *noções* a respeito do tema da cidadania a partir de um dos materiais disponíveis para o professor em sala de aula, os livros paradidáticos.

Em especial, este trabalho pretendeu fazer um balanço dos livros paradidáticos que tratam do tema da cidadania, indicadas pelas escolas focalizadas e disponíveis no mercado editorial. E indicar alguns possíveis parâmetros para aqueles professores que tenham vontade de trabalhar com o tema e possam adotar livros paradidáticos. Para que a sua escolha seja um pouco mais qualificada e que o professor saiba dos limites e aberturas que o livro em questão pode oferecer ao seu trabalho como educador junto a seus alunos.

Retomando de forma breve a discussão metodológica que foi feita no primeiro capítulo desta dissertação de mestrado, gostaria de lembrar quais foram os parâmetros que nortearam a análise dos livros. Em seguida, indicar de que forma as expectativas iniciais com relação ao tema foram abordadas pelo universo dos livros paradidáticos e finalmente sistematizar algumas indicações que possam auxiliar o professor numa escolha mais criteriosa com relação ao material paradidático sobre cidadania. E desta forma atender aos objetivos que me propus inicialmente .

A contextualização histórica da noção de cidadania diz respeito essencialmente a direitos e deveres; basicamente exercida em dois níveis,

individual e coletivo. A cidadania individual envolveria direitos civis e políticos dos indivíduos e a segunda envolveria os direitos de grupos e categorias sociais. Historicamente pode-se indicar três elementos constitutivos de cidadania: o elemento civil, o político e o social. Cada um deles corresponderia às conquistas dos séculos XVIII, XIX e XX respectivamente. E ainda, à cada um desses elementos constitutivos da concepção de cidadania haveria uma correspondência em determinadas instituições sociais. A maneira como se estabelecem as tensões entre esfera pública e privada foi outra questão levada em consideração.

Para esta pesquisa o recorte cronológico foi feito a partir de 1988 com a versão final da Constituição porque considero que muitas das lutas, discussões e conquistas anteriores, serão canalizadas para a redação final da Constituição do Brasil de 1988. Movimentos sociais e ética foram discussões pertinentes ao longo da década de 80 e permanecem, pelo menos por enquanto, na pauta das discussões sobre cidadania. No universo cronológico dessas duas últimas décadas o exercício de respeito pelas diferenças de toda ordem têm sido também alvo das considerações sobre a noção de cidadania. Todos os livros em questão respeitaram este recorte cronológico e o reafirmaram através de suas reflexões.

Através da linguagem escrita esta pesquisa pretendeu apreender as *noções e representações* de cidadania nos livros paradigmáticos. Indiquei durante a análise os recursos que os autores usam para construir suas *noções* de cidadania e para não retomar isoladamente cada um deles vou tentar estabelecer pontos em comum e indicar especificidades quando fôr necessário.

A preocupação com a contextualização histórica da *noção* de cidadania é recorrente na maioria dos autores que procuram retomar a concepção de cidadania na pólis grega e remeter as bases da cidadania contemporânea aos movimentos do final do século XVII e XVIII na Inglaterra, nos E.U.A. e na França como já indiquei durante a análise dos livros. Exceção feita ao texto de Herbert de Souza cuja preocupação pautou-se mais em um histórico da cidadania nas últimas décadas no Brasil.

Pensar cidadania a partir dos parâmetros de direitos e deveres é consenso entre os autores. Evidentemente há nuances entre as abordagens mas, o professor que desejar trabalhar com o tema verá que esse tipo de apreciação por parte dos autores é recorrente. E ainda, cidadania está diretamente relacionada com as cidades e as grandes concentrações populacionais, historicamente e no Brasil também, embora reconheçam que a dicotomia campo/cidade está cada vez mais suavizada, admitem que a cidade é o campo privilegiado das lutas que circundam a conquista da cidadania. A luta pela cidadania é o carro chefe de todas as *noções* de cidadania discutidas pelos autores. No Brasil a tarefa está começando, muito tem que ser feito e o leitor é muitas vezes chamado a posicionar-se e agir nesta direção.

A instituição que mais se discute, no sentido de ter um papel de obtenção da cidadania é a Escola, como um espaço singular na construção e exercício da cidadania ao longo de um percurso que levará os indivíduos à conquista de seus direitos políticos através do voto. Alguns autores como Libanio Batista e Flávia Falivene vão denunciar a Escola como sendo também um espaço de reprodução de uma ideologia dominante e do reforço de referenciais da classe dominante.

Em todos os livros o papel da mídia⁸⁴ é extremamente acentuado como acalentadora das piores distorções com relação à construção da cidadania no Brasil. Cabendo à televisão neste contexto, o papel de vilã. A intensidade com a qual os textos abordam o papel da mídia não tinha sido mencionada por mim pelo menos não desta forma nas considerações metodológicas. Até porque os textos teóricos que li deram mais importância à questão do consumo como parâmetro para conquista da cidadania⁸⁵ atualmente e trataram menos do papel da mídia. A mídia como pude perceber na análise dos livros é tratada como uma instituição poderosa capaz de construir e desconstruir a cidadania. Com relação ao consumo, a mídia é vista como fomentadora da necessidade de consumo. A autora que tratou de forma direta a questão do consumo foi Flávia Falivene quando abordou a produção do lixo nos grandes centros urbanos e associou a questão à uma necessidade de consumo de coisas muitas vezes supérfluas veiculadas pela mídia.

A mesma autora faz uma apreciação com relação à mídia indicando a possibilidade dos cidadãos criarem mecanismos de controle sobre a qualidade do que é produzido por ela como um exercício de cidadania sem transformar esses mecanismos em censura institucionalizada. O livro de Herbert de Souza dá uma contribuição importante neste sentido porque ao discutir ética oferece a possibilidade da elaboração de critérios que poderiam ser utilizados pela sociedade civil inclusive com relação à mídia.

⁸⁴ Mídia entendida como veículos de comunicação de massa em especial, no caso dos livros paradigmáticos, televisão, jornais, revistas. Não se menciona o papel do rádio neste contexto.

⁸⁵ Ver mais sobre esta discussão a respeito da relação entre cidadania e capacidade de consumo dos cidadãos, em livro recente de Renato Ortiz - *Um Outro território* - " No entanto, é preciso ter claro : dizer que a cidadania também se exerce no mercado, é distinto de afirmar que o mercado é o lugar de sua realização. Devemos pensá-la como um conjunto de valores que se atualizam em espaços diferenciados - na política, no cotidiano, nos meios de comunicação, na vida pública, enfim, no consumo. O exercício da cidadania não se confunde com o território no qual ela se concretiza. (...) p.p. 135.

O recorte cronológico dos autores com relação a discussão sobre cidadania no Brasil refere-se às conquistas legais da Constituição de 1988 como havia indicado no primeiro capítulo desta dissertação. Retoma a importância dos movimentos sociais da década de 80 e os movimentos de redemocratização do país do final da década de 80 e década de 90 . Abordagens de caráter mais sociológico podem ser encontradas nos livros de Flávia Falivene e Herbert de Souza onde as tensões sociais que permeiam a noção de cidadania estão presentes enquanto o livro de Paulo Martinez procura aprofundar a discussão sob um aspecto mais legalista.

Todos os autores em questão vão dar especial atenção à cidadania no Brasil. E as noções estão relacionadas com a constatação de que, no Brasil, os direitos garantidos pela Constituição de 1988, pelo Código da Criança e do Adolescente, pela Declaração Universal dos Direitos dos Cidadãos de 1948 da ONU não se efetivaram. Há uma tensão dizem os autores entre a lei e o seu exercício. E cada um deles vai procurar discutir e analisar as articulações possíveis entre as conquistas constitucionais e sua efetivação por parte do Estado e da Sociedade Civil. Há consenso entre os autores em afirmar que cabe à sociedade civil o papel mais importante na conquista da plena cidadania através de suas entidades como sindicatos, Ongs, movimento de bairros, associações religiosas e outras da mesma natureza cobrando do Estado⁸⁶ a implementação dos direitos de cidadania.

Os autores vão escolher caminhos diversos para indicar as dificuldades de implementação da plena cidadania mas sempre pautados nas preocupações

⁸⁶ Os partidos políticos são raramente mencionados. percebi um certo esvaziamento de seu papel como elo de ligação entre Estado e sociedade civil. Pelo menos nos livros que analisei a omissão com relação ao seu caráter representativo no modelo brasileiro de democracia recebeu pouca ou às vezes nenhuma atenção por parte dos autores. posição também expressa nas abordagens recentes sobre cidadania.

que mencionei acima. Gilberto Dimenstein vai lançar seu olhar sobre a infância para compreender uma “cidadania de papel” com o objetivo de penetrar as engrenagens de um sociedade desigual. Júlia Falivene Alves analisa a qualidade de vida nas grandes metrópoles para indicar dificuldades no pleno exercício da cidadania também apontando contradições sociais. O livro de Herbert de Souza vai pautar a discussão no engendramento entre ética e cidadania com o objetivo de convencer o leitor que a ética pode ser um bom regulador do exercício pleno da cidadania. Enquanto Paulo Martinez vai centrar-se numa discussão sobre o Estado de Direito e a consolidação da democracia como garantia da plena cidadania. Ari Herculano tem como ponto de referência em sua análise uma discussão e afirmação de que os Direitos Humanos devem ser o referencial para as condições ideais de cidadania. E finalmente o livro de Libanio discute teoricamente o conceito de Ideologia entendido como ocultamento da realidade e cabendo à cidadania o papel de conscientização e desvendamento com relação às ideologias dominantes.

A crítica ao modelo econômico e má distribuição da renda no Brasil são apontados em todos os livros como responsáveis diretos pelas dificuldades enfrentadas para a efetivação da cidadania. Os autores posicionam-se muito mais na direção de indicar acertos para este modelo econômico do que indicar as possibilidades de sua superação.

Gilberto Dimenstein, Paulo Martinez, Herbert de Souza e Ari Herculano de Souza indicam uma postura reformadora com relação ao Estado e atribuem ao pouco tempo de experiência democrática no Brasil os possíveis desvios do modelo econômico. A reforma do Estado é a “bandeira” destes autores para que a sociedade civil consiga diminuir as desigualdades sociais. Flavia Falivene e Libanio insistem mais em apresentar ao leitor os

modelos socialistas de Estado mas, não deixam claro se esta seria a via possível para o caso brasileiro.

As *representações* estão presentes ao longo da análise desenvolvida, entretanto não posso deixar de chamar atenção para uma delas que é ainda muito presente nos textos. É a de pensar a sociedade como metáfora de corpo humano, um corpo muitas vezes doente que precisa de remédio, um organismo que merece cuidados especiais e a possibilidade de um corpo saudável com todos os seus órgãos funcionando em harmonia. O professor deve ficar atento a esse tipo de enfoque metodológico que está diretamente relacionado com as raízes do positivismo e portanto um paradigma científico datado :

“ Comte ‘ inventou’ o termo *sociologia*, mas é antes Durkheim quem deve ser considerado o pai da sociologia positivista enquanto disciplina científica. A obra de Durkheim contém estudos sociais concretos que poderíamos procurar em vão no autor do *Curso de Filosofia positiva* ; entretanto, a continuidade metodológica entre os dois é inegável. (...) Destas observações já se extrai o conceito central da ciência social positiva segundo Durkheim : *a lei social natural*. ele a vincula diretamente à origem da sociologia : ‘ para que a nova ciência possa ser fundada, é necessário, portanto, estender a idéia das leis naturais aos fenômenos humanos’ . (...) de acordo com Durkheim, a sociedade é, da mesma forma que um ser vivo, ‘ um sistema de órgãos no qual cada um tem um papel particular ‘ ; certos órgãos sociais têm ‘ uma situação especial e, se se quer privilegiada ‘ ; situação evidentemente natural, funcional e inevitável. “⁸⁷

Outra *representação* que aparece com frequência indica a cidadania como um mecanismo de conscientização interna do indivíduo perdendo a meu ver sua dimensão social, suas limitações e avanços históricos.

Tendo como opção o trabalho com livros paradidáticos o professor deve saber que nenhum dos livros analisados por esta pesquisa pretendeu

⁸⁷ LÖWY, M. - *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen - Marxismo e Positivismo na Sociologia do conhecimento*. Editora Busca Vida. São Paulo. 1987. p.p. 26 e 27 .

esgotar o tema. As *noções* de cidadania obedecem abordagens, leituras ou *representações* específicas do universo no qual estão inseridos os autores e, pode ir de um discussão de caráter jornalístico, sociológico, filosófico, teológico, legal com algumas poucas inserções no universo da História.

Trabalhar com cidadania requer do professor um cuidado, uma leitura minuciosa e prévia do material a ser adotado para que ele não corra o risco de se perder em abordagens que não atendam às suas necessidades naquele momento em sala de aula.

É importante que o professor tenha clareza que há certa dicotomia na discussão sobre cidadania nos textos analisados: um caráter mais teórico que salienta parâmetros relativos à origem da cidadania na Grécia Clássica, ou a Revolução Francesa, redimensionando a *noção* a partir de uma abordagem mais universal dos direitos de cidadania extrapolando os limites do Estado-Nação; e um outro caráter mais prático que é o que discute as possibilidades de se ampliar ou definir os direitos de cidadania no Brasil contemporâneo.

Sistematizando um pouco melhor o que foi dito até agora eu diria que o professor ao selecionar um livro paradidático sobre cidadania deveria ficar atento a :

1º - Um livro que não apresente referência sobre seu autor ou autores e preocupa-se pouco em indicar suas fontes de pesquisa pode estar reforçando uma visão limitada da produção de conhecimento nas Ciências Humanas.

2º - Há um vasto material nos livros paradidáticos sobre cidadania além do texto principal que pode ser muito bem explorado pelo professor em

conjunto com seus alunos possibilitando um trabalho mais criativo com o livro paradidático.⁸⁸

3º - Para se desenvolver o tema da cidadania é preciso haver um diálogo constante entre várias áreas do conhecimento sendo as mais fundamentais, neste caso, História e Sociologia; o professor deve estar familiarizado com o universo conceitual básico dessas duas disciplinas para permitindo um trabalho melhor articulado.

4º - Nem sempre os livros paradidáticos preocupam-se em esclarecer termos e conceitos que utilizam e o professor deve ficar atento para a melhor maneira de encaminhar as dúvidas dos alunos.

5º - Uma das maiores dificuldades que o professor poderá enfrentar ao trabalhar com os livros paradidáticos refere-se aos exercícios. Eles geralmente limitam-se a remeter o leitor a encontrar respostas formuladas pelos próprios autores às questões propostas.

Espero ter contribuído através da análise dos livros para uma escolha um pouco mais criteriosa dos livros paradidáticos sobre cidadania, lembrando que nenhum deles esgota o tema, e que talvez, o trabalho ficasse mais rico e interessante se o professor pudesse desenvolver o tema utilizando pelo menos dois livros, criando estratégias que permitissem ao aluno compreender que a produção do conhecimento pode ser abordada de múltiplas formas, e que sempre é possível uma “nova” leitura que pode inclusive ser pensada e elaborada pelos próprios alunos.

⁸⁸ Como é o caso das capas que poderiam dar um trabalho interessante de expressão plástica com os alunos integrando outras disciplinas.

ANEXO I

CAPAS, ÍNDICES E SUMÁRIOS DOS LIVROS SELECIONADOS

O CIDADÃO DE PAPEL



A INFÂNCIA, A
ADOLESCÊNCIA
E OS
DIREITOS
HUMANOS
NO BRASIL

GILBERTO
DIMENSTEIN

EA
editora ática



ÍNDICE

O CIDADÃO DE PAPEL - GILBERTO DIMENTEN
ED. ÁTICA

Prefácio 7

Cidadania 13

- Sintomas da crise
- Direito de ter direitos
- Os direitos das crianças

Violência 25

- Do que você tem medo?
- Um Vietnã em dois anos
- Criança vira personagem de guerra
- O policial que gostou do incêndio
- Paz social
- A origem na escravidão

Renda 47

- O preço de um cheesburger
- A diferença entre pobre e indigente
- Um país jovem
- A injustiça de uma pizza
- O que é PIB
- Distribuição desigual
- A empregada e o patrão tratados iguais
- Sonegar é para poucos
- A importância do orçamento

- O gasto social caiu

Mortalidade infantil

61

- As aparências enganam

- O PIB *per capita*

- A ilusão dos números

- A verdade na mortalidade infantil

- Vontade política

- A distância entre Primeiro e Terceiro Mundo

População

75

- O custo da ignorância

- Paternidade responsável

- Por que a esterilização se propaga

- Educação vira luxo

- Falsa solução

Desemprego

87

- Por que se teme tanto a recessão

- Cintos apertados

- O efeito nas universidades

Inflação

97

- Com o gelo no bolso

- O impacto no nível de vida

- Mínimo de verdade

- O rabo e o cachorro

- Quem produz inflação

- A salvação da poupança	
Década perdida	107
- Combinação explosiva	
- A criança trabalhadora	
- Efeitos políticos	
Urbanização	117
- O eterno drama da seca	
- Violência na família	
- As drogas atacam os meninos	
Desnutrição	129
- Onde começa a derrota	
- Mortos de fome	
- A importância do saneamento	
- A mãe transmite a desnutrição	
Educação	139
- Tragédia educacional	
- Impacto econômico	
- Evasão e repetência	
- Quem é analfabeto	
- Cidadania e escravidão	
Conclusão	151

COLEÇÃO
POLEMICA

3ª
EDIÇÃO

IDEOLOGIA E CIDADANIA

J. B. LIBANIO



S U M Á R I O

	Introdução	5
1	Conceitos gerais de ideologia e cidadania	7
	Ideologia, 7; A cidadania 16	
2	Ideologia, cidadania e política	20
	Deslocamento do sentido de ideologia, 20; Cidadania no mundo da política moderna, 36	
3	Ideologia e cidadania: homem e mulher	43
	Ideologia: entre homem e mulher, 43; Cidadania como igualdade entre homem e mulher, 53	
4	Ideologia, cidadania e religião	59
	Ideologia: a luta contra a religião, 59; Cidadania no campo religioso, 69	
5	Ideologia e cidadania: no mundo das etnias	76
	Quatro momentos da ideologia racista, 76; Recordando a história da Abolição, 92; Cidadania do negro, 94	
6	Ideologia e cidadania na fase da infância e da adolescência / juventude	99
	A criança: a ideologia da inocência e da felicidade, 99; Adolescente e juventude, 103; Cidadania nos anos jovens, 112	
7	Conclusões gerais	116
	Sugestões de leitura	118

COLEÇÃO
POLEMICA

Herbert de Souza
(Betinho)

ÉTICA

Carla Rodrigues



S U M Á R I O

Apresentação 10

1 Ética 12
O poder transformador da cultura, 16

2 Política e poder 19
A alma da fome é política, 22

3 Brasil, país de contradições (I) 26
O pão-nosso, 30
O que está errado?, 34

4 Brasil, país de contradições (II) 37
Pela ética no trabalho, 40

5 A volta do irmão do Henfil 43
O golpe, 47

6 *Impachment, cai um presidente* 50
Finalmente, 54

7 Por que contra a fome 56
Carta aberta aos cidadãos cariocas, 59
A resposta da sociedade, 60

8 O perfil de Betinho 64
O dia da cura, 67

PONTO DE APOIO

PAULO MARTINEZ

DIREITOS DE CIDADANIA

Um lugar ao sol



editora scipione

Exemplar de professor. Preço proibido.

OS DIREITOS DE CIDADANIA - Paulo Marinho
Ed. Scipione

Sumário

<i>Introdução</i>	5	Os efeitos do desenvolvimento urbano e industrial	34
Conceitos básicos utilizados	8	Como se desrespeitam os direitos do trabalhador	36
Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	9	Os direitos políticos desrespeitados	37
<i>1. O cidadão "cluminado"</i>	13	<i>4. Os direitos humanos em risco</i>	39
A separação entre o homem e o cidadão	15	Declaração Universal dos Direitos do Homem	41
Direitos distintos?	18	As decisões foram inócuas	49
Situações brasileiras	19		
<i>2. O processo decisório de participação</i>	21	<i>5. Alguns casos de baixa cidadania no Brasil</i>	51
Os valores da cidadania	23	O caso da população indígena	52
A educação e a cidadania	24	Os negros e o preconceito	54
As decisões coletivas	26	A condição feminina	56
O dilema entre o ideal e a realidade	28	Os estigmas da pobreza	57
<i>3. Os direitos que a vida nega</i>	30	<i>6. Considerações finais</i>	59
A Constituição de 1988	31	<i>Sugestões de leitura</i>	62

POLÊMICA

7ª edição

JÚLIA FALIVENE ALVES

METRÓPOLES

CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA




EDITORA
MODERNA

SUMÁRIO

Introdução	6
1. Êxodo rural: pequeno pulo ou grande salto?	8
O futuro é a cidade, 9 O trator expulsa o homem, 11 Um pé no campo, outro no asfalto, 14	
2. No coração da metrópole sempre cabe mais um	17
... e formaram-se verdadeiros formigueiros humanos, 19 O migrante descobre outros caminhos, novas cidades, 22	
3. Metrópole — realização ou frustração?	24
Metrópole: vantagens só para alguns, 25 Metrópole: problemas para a maioria, 26 As piores dentre as maiores, 29	
4. O processo de industrialização dependente: a acumulação de riqueza e a gestação da miséria	30
O Estado, a burguesia brasileira e as multinacionais, 31 Trabalhadores do Tercceiro e do Primeiro Mundo, 33 Riqueza atrai riqueza... e produz miséria também, 35	
5. O modelo econômico concentrador e excludente	37
A reprodução do capital e da mão-de-obra, 39	
6. De cidadão a cidadão	41
A burguesia conquista seus direitos, 42 A extensão dos direitos de cidadania, 43 A marginalização do subcidadão, 45	
7. Enquanto uns moram, outros apenas se escondem	48
O padrão burguês de moradia, 49 O antimodelo burguês: O "barracão de zinco sem telhado..."; 50 A terra vale mais do que o homem, 53 Debaixo da ponte, no olho da rua, 54	
8. Casa própria: o sonho que tira o sono da gente	56
Os não-acomodados que se mudem!, 56 Responsável como um "bon burguês", 57 No "fundo" mesmo, segundas intenções, 59 Da insônia ao pesadelo!, 61	
9. As lutas coletivas por um teto	64
Mãos que derrubam cercas e constroem casas, 65 Muita luta na construção de uma nova cidade, 66 Democratizando o acesso ao chão, 68	
10. Se é distante o paraíso, mais longe ainda fica o inferno	71
Imensos desertos cercam o oásis, 73 Gente transportada como gado, 75 Tempo é dinheiro, mas só para alguns, 77 Quem pode mais chora menos, 78	
11. Frustrações e carências da periferia	80
Pais e filhos marginalizados — maiores e menores carentes, 81 O que se aprende na escola e o que se vive na rua, 83 Quanto mais pobre se é, mais pobre se fica, 85 Da periferia para o centro novamente, 86	
12. Dos contrastes aos confrontos	88
Os rumos dos movimentos, 90	
13. Crimes da "Boca do Luxo" e da "Boca do Lixo"	94
O preço da liberdade é a eterna vigilância, 95 A violência contra "simples mortais", 96 Ser jovem é mais perigoso, 98 Criminosos de primeira e de segunda classe, 99	
14. Violentos e violentados	101
Violência com violência se paga?, 102 O brasileiro está mais violento. Por que mudou?, 104 Polícia militar ou polícia civil? Polícia por polícia, há quem prefira o ladrão, 105 Afinal, qual é o moicano e quem é o vilão?, 106 Justiceiros e injusticados, 107	
15. Perigo! Crianças na rua	109
Criança — a grande sacrificada, 110 Filho de rico é criança, filho de pobre é menor, 111 "Menino de rua não é marginal. Menino de rua é marginalizado", 113 Vai mal o "bem-estar" do menor, 114	
16. Nossas cidades estão doentes. Os cidadãos também	117
Cidades saudáveis? O que é isso?, 118 H ₂ O versus Objetos Boiadores Não-Identificados, 118 Água boa? Falta para beber e para o lazer também, 119 Quando a água não é de mais, ela é de menos, 121 Gasolina, álcool, metanol... É a saúde do cidadão "indo para os ares"!, 122 O que fazer com tanto lixo?, 124	
17. Os roteiros de saúde e o descaminho da miséria	126
Retrato em preto-e-branco da metrópole, 128 Os males da subcidadania, 129 Do conforto do SPA para a fila do Inamps, 131	
18. Os males da aglomeração	135
"Explode coração!", 136 "Aglomerada solidão", 137 Trabalhar pode ser muito arriscado, 140	
19. Qualidade de vida e participação política	143
Aperfeiçoando a democracia, 145	
Considerações finais	149
Sugestões de leitura	151

Ari Herculano de Souza

Os Direitos Humanos

A ASSEMBLÉIA GERAL

proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem, como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que, em cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se empenhe, através do ensino e da cultura, a promover o respeito a esses direitos e liberdades e a adoção de medidas progressivas de caráter nacional, em assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetivos, tanto entre os povos dos vários Estados-membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I

Todos os homens nascem livres e iguais em direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II

1 - Todo homem tem capacidade para gozar das liberdades estabelecidas nesta Declaração, de qualquer espécie, sem distinção de qualquer natureza, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem social, patrimônio, nascimento, ou qualquer outra condição.

2 - Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no gênero político, jurídica ou internacional, no que se refere ao território independente, sob tutela, sem governo ou qualquer outro status.

Artigo III

Todos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

Ninguém será submetido a castigo cruel, desumano ou degradante.

Todo homem tem o direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei.

Todos são iguais perante a lei. Toda pessoa tem direito a uma proteção igual perante a lei. Toda pessoa tem direito a um julgamento justo e equitativo.

Artigo VIII

Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os seus direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente detido ou preso.

Quem for preso ou detido deve ser informado imediatamente e claramente das razões da prisão ou detenção e dos direitos que lhe são assegurados.

Quem for preso ou detido deve ter acesso imediatamente a um advogado para a defesa.

Quem for preso ou detido deve ser julgado dentro de um prazo razoável e em um tribunal público.

Quem for preso ou detido deve ter o direito de se defender pessoalmente ou por meio de um advogado.

Quem for preso ou detido deve ter o direito de recorrer a um tribunal competente e independente.

Quem for preso ou detido deve ter o direito de ser julgado por um tribunal competente e independente.

Quem for preso ou detido deve ter o direito de ser julgado por um tribunal competente e independente.

Quem for preso ou detido deve ter o direito de ser julgado por um tribunal competente e independente.

Quem for preso ou detido deve ter o direito de ser julgado por um tribunal competente e independente.

Quem for preso ou detido deve ter o direito de ser julgado por um tribunal competente e independente.

EDITORA DO BRASIL S/A

ÍNDICE

● APRESENTAÇÃO	7
I – O INDIVÍDUO E SEUS DIREITOS	9
1 – A Origem dos Direitos Humanos	10
2 – Direitos e Deveres	12
3 – A Cidadania	13
II – HISTÓRICO DOS DIREITOS DA PESSOA.....	14
1 – Os Direitos Humanos na Antiguidade	15
2 – Os Direitos Humanos na Idade Média	18
3 – Os Direitos Humanos na Atualidade	19
III – OS DIREITOS BÁSICOS DO SER HUMANO	38
1 – Direito à Vida	39
2 – Direito à Liberdade	41
3 – Direito à Igualdade	43
4 – Direito à Saúde	45
5 – Direito à Moradia	48
6 – Direito à Educação	50
7 – Direito à Segurança	53
8 – Direito à Defesa	55
9 – Direito à Propriedade	57
10 – Direito ao Trabalho e Remuneração Dignos	59
11 – Direito de Associação e Reunião	62
12 – Direito à Participação Política	64
IV – O QUE FERE OS DIREITOS HUMANOS	66
V – POR UMA NOVA ORDEM SOCIAL	69

ANEXO II - FICHA DAS ESCOLAS CONSULTADAS PARA LEVANTAMENTO DAS EDITORAS QUE DISTRIBUEM SEUS LIVROS NA REDE PÚBLICA E PARTICULAR DE ENSINO NA CIDADE DE CAMPINAS.⁸⁷

1ª Delegacia de Ensino :

Escola Particular : Escola Comunitária de Campinas

Editoras mencionadas : Ática, Moderna, Scipione e Atual.

Escola Pública : E.E.S. de 1º e 2º graus Prof.º Moacir Santos de Campos

Editoras mencionadas : Ática e Scipione

2ª Delegacia de Ensino :

Escola Particular : Colégio Imaculada Conceição.

Editoras mencionadas : Ática e Scipione

Escola Pública : E.E.S. 1º e 2º graus Prof.º José Carlos Nogueira

Editoras mencionadas : Ática e Scipione.

⁸⁷ O último levantamento foi realizado no mês de abril de 1997.

3ª Delegacia de Ensino :

Escola Particular : Colégio Renovatus.

Editoras mencionadas : Ática, Moderna e Scipione

Escola Pública : CEFAM - Padre Ismael Simões.

Editoras mencionadas : Ática e Moderna.

4ª Delegacia de Ensino :

Escola Particular : Colégio Van Gogh.

Editoras mencionadas : Moderna, Ática, FTD e Scipione.

Escola Pública : EEPSG Profº Carlos Lancaster

Editoras mencionadas : Moderna, Scipione, FTD e Ática.

ANEXO III – FICHA DE CONSULTA DE TÍTULOS SOBRE CIDADANIA NAS EDITORAS NA CIDADE DE CAMPINAS:

- **EDITORA ÁTICA** - R: Lions Club, 161 - Jd. Guanabara. Tel. 019-2417825

*TÍTULOS DOS PARADIDÁTICOS : CIDADÃO DE PAPEL; COMO NÃO SER ENGANADO NAS ELEIÇÕES.*⁸⁸

- **EDITORA SCIPIONE** - R: Barros Monteiro, 387 - Jd. Guanabara. Tel. 019-2425964.

TÍTULOS DOS PARADIDÁTICOS : DIREITOS DE CIDADANIA

- **EDITORA FTD** - Av. : Brasil - Jardim Guanabara.

*TÍTULOS DOS PARADIDÁTICOS : NENHUM TÍTULO QUE CORRESPONDA AO UNIVERSO DESTA PESQUISA*⁸⁹

- **EDITORA MODERNA** - R: Dona Eufrosina, 65 - Jd. Guanabara - Tel. 019- 243 8099.

TÍTULOS DOS PARADIDÁTICOS : ÉTICA E CIDADANIA; METRÓPOLES - CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA; IDEOLOGIA E CIDADANIA.

⁸⁸ A Editora Ática foi mencionada pelas Escolas consultadas, entretanto, este volume que poderia ter entrado nesta análise não tem nenhum capítulo específico sobre Cidadania trata-se mais de um manual de instrução de como o eleitor deve portar-se frente às eleições abordando uma das várias práticas de exercício de Cidadania. Pelo tempo disponível para a realização desta pesquisa achei por bem contemplar o outro volume da mesma Editora que se propunha a trabalhar especificamente o tema da Cidadania até porque o autor em questão dos dois volumes é o mesmo.: Gilberto Dimenstein.

⁸⁹ Como já foi mencionado anteriormente o universo desta pesquisa privilegiou os livros paradidáticos de 5ª à 8ª série do primeiro grau e o curso colegial. A Editora em questão tem um título *Cidadania - Vamos entrar nessa ?* de Adriana Ramos, Silvia Snasoni e Mônica de Souza, indicado para as 3ª e 4ª séries.

BIBLIOGRAFIA:

Livros paradigmáticos sobre cidadania :

- DIMENSTEIN, Gilberto - *O Cidadão de Papel* - São Paulo, Editora Ática, 1993.
- SOUZA, Ari Herculano de - *Os Direitos Humanos* - São Paulo, Editora do Brasil S.A., 1989.
- SOUZA, RODRIGUES, Herbert de, Carla - *Ética e Cidadania* - São Paulo, Editora Moderna, Coleção Polêmica, 1995.
- FALIVENE ALVES, Júlia - *Metrópoles - Cidadania e Qualidade de Vida* - São Paulo, Editora Moderna, Coleção Polêmica, 1995.
- LIBANIO, J.B. - *Ideologia e Cidadania* - São Paulo, Editora Moderna, Coleção Polêmica, 1996.
- MARTINEZ, Paulo - *Direitos de Cidadania* - São Paulo, Editora Scipione, Série Ponto de Apoio, 1996.
- PINSKY ELUF⁹², J./L.N. - *Brasileiro(a) é Assim Mesmo - cidadania e preconceito*, São Paulo, Editora Contexto, 1994.
- CANDAU, Vera Maria et alii - *Tecendo A Cidadania - Oficinas pedagógicas de direitos humanos*, R.J., Editora Vozes, 1996.

Fontes e Documentos :

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.
- MEC/ FAE/PNLD. *Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos - Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências - 1ª a 4ª Séries*. 1995.

⁹² Os títulos que se seguem tratam do tema da Cidadania. entretanto. não foram analisados nesta pesquisa porque não foram mencionadas suas respectivas editoras. na consulta que fiz. junto às escolas públicas e Particulares no Município de Campinas.

Livros e artigos :

- ARENDR, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- ARIÈS, P. *O Tempo da História*, trad. de Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1989.
- BENEVIDES, M.V. M. *A Cidadania Ativa*, São Paulo, Editora Ática, 1991.
- BITTENCOURT, C.M.F. *Livro Didático e Conhecimento Histórico* - Tese de Doutorado - Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1993.
- BOBBIO, N. et alii. *Dicionário de Política*, Brasília D.F., 8ª Edição, Vol. 1, 1995.
- COSTA, S. *Esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil in: Novos Estudos CEBRAP*, nº 38, março de 1994.
- COVRE, M.L.M. *O Que É Cidadania*. São Paulo, Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1992.
- _____. (org.) *A cidadania que não temos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.
- DAGNINO, E. *Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania, Os Anos 90 : Política e Sociedade no Brasil*, 1993.
- DARTON, R. *O Que é a História dos Livros? in O Beijo de Lamourette ; mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Editora Cia. das Letras, 1990.
- FREYTAG, B. *Política Educacional e Indústria Cultural*. Cortez / Editores Associados, 1987.
- FEYTAG, B., M.,V.R., C.,F. *O livro didático em questão*. São Paulo : Cortez ; Autores Associados, 1989.

- GALZERANI, M. C.B. *Belas Mentiras - A ideologia nos estudos sobre livro didático in : O Ensino de História e a Criação do Fato* . São Paulo, Editora Contexto, 1988.
- GIANNOTTI, J.A. *Observações Exploratórias sobre o Público e o Privado in : Saúde no Brasil : Retrato de uma Encruzilhada*. Rio de Janeiro, Sarah Letras, 1995.
- GOFF, J.L. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp. 1990.
- GOHN, M. G. *História dos Movimentos e Lutas Sociais - A Construção da Cidadania dos Brasileiros*. São Paulo, Edições Loyola, 1995.
- HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HOFLING, E. M.- *A Concepção de Cidadania Veiculada em Livros de Estudos Sociais do Primeiro Grau*. Tese de Mestrado, UNICAMP, S.P., 1981.
- LAMOUNIER, B. et alii - (organizadores) - *Direito, Cidadania e Participação* São Paulo, Editora TAQ, 1981.
- LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*, trad. Frias R., São Paulo : Moraes, 1991.
- _____ *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo, Editora Ática, 1991.
- LOWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*. São Paulo, Editora Busca Vida, 1987.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967.
- MARTINS, J.S. (org.) *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996.

- MOISÉS, J. A. *Cidadania e Participação*. São Paulo, Editora Marco Zero/ Cedec 1990.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. *A escola e suas mediações como se usa o material didático*. In: Educação e Sociedade. S.P., Cortez, ano 5, nº. 16, dezembro de 1983, p.p. 138-141.
- ORTIZ, R. *Um Outro Território - ensaios sobre a mundialização*. São Paulo, Olho d'água, 1997.
- RAMOS, M. C. M. *O Paradidático esse rendoso desconhecido*. Tese de doutorado, USP, 1987.
- SANTOS, M. *As Cidades Mutiladas in: O Preconceito*, São Paulo IMESP, 1996/1997
- SANTOS, W.G. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- _____. *O Estado e os Direitos dos Cidadãos*, in: Revista Lua Nova, São Paulo, 1985, Vol. 1; nº4; Jan./Março..
- SENNET, R. *O Declínio do Homem Público - As Tirantias da Intimidade*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Carne e Pedra - o corpo e a cidade na civilização ocidental* - Rio de Janeiro, Editora Record, 1994.
- SEVERINO, A.J. *Metodologia do Trabalho Científico*, São Paulo, Editora Cortez, 20ª Edição, 1996.
- SHAMA, S. *Cidadãos - Uma Crônica da Revolução Francesa*. Companhia das Letras, São Paulo, 1989..

SOUZA, R.A. (Coord.) et. alii. - *Trabalho e Cidadania* - Salvador,
Coleção Cidadania - UFBA, 1990..

VÁRIOS. *História em Quadro Negro : Escola, Ensino e Aprendizagem*. São
Paulo, Revista Brasileira de História, v. 9, nº 19, set. 1989/fev. 1990..

VEIGA, C.G. *Cidadania e Educação na Trama da Cidade*.

ZAMBONI, E. et alii. *Sabor e Dissabores do Ensino de História*. São Paulo,
Revista Brasileira de História, Vol. 9, set/89, fev/90.

_____ *Que História é Essa ? - Uma Proposta Analítica dos
Livros Paradidáticos de História*. Tese de doutorado, Unicamp,
Faculdade de Educação, Campinas, 1991.

_____ *Desenvolvimento das Noções de Espaço e Tempo na
Criança in : A Prática de Ensino de História - Caderno Cedes, nº 10,*
São Paulo, CEDES / Cortez, 1984.

_____ *O conservadorismo e os paradidáticos de história.
Memória, história e historiografia - Dossiê ensino de História, in:*
Revista Brasileira de História, nº 25/26, set. 1992/ago. 1993.

_____ e Dulce Camargo. *A criança, novos tempos, novos espaços; A
História e a Geografia na Escola*. In: Revista Em Aberto, Brasília.